



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS BINACIONAL
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA

PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Oiapoque/AP
2025



Júlio César Sá de Oliveira

Reitor

Ana Cristina de Paula Maués Soares

Vice-Reitora

Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Christiano Ricardo dos Santos

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD

Carlos Eduardo Costa de Campos

Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PROPESPG

Robert Ronald Maguiña Zamora

Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias - PROEAC

Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

Emanuelle Barbosa

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP

José Caldeira Gemaque

Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais - PROCRI

Almiro Alves de Abreu

Departamento de Interiorização -DINT

Francisco Otávio Landim Neto

Diretor Geral do Campus Binacional

Luiz Gustavo da Silva Costa

Coordenador do Curso de Licenciatura em História

- **Comissão de Reestruturação do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em História / Campus Oiapoque.**
- **Portaria Nº 1.265/2023, homologada em 17/07/2023 – DIRG/Oiapoque**
- **Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em História / Campus Oiapoque.**
- **Portaria Nº 1.641/2024, homologada em 06/11/2024 – DIRG/Oiapoque**

Equipe:

Alexandre Souza Amaral
Evelanne Samara Alves da Silva
Gladson Paulo Milhomens Fonseca
Luiz Gustavo da Silva Costa
Marcia Gomes Fernandes

Equipe:

Alexandre Souza Amaral
Evelanne Samara Alves da Silva
Gladson Paulo Milhomens Fonseca
Luiz Gustavo da Silva Costa

Dados de Identificação do Curso: Licenciatura em História

Área de Formação: História

Forma de Ingresso: Processo Seletivo
Vagas Autorizadas: 25 (uma turma por ano)
Turno de Funcionamento: Noturno
Modalidade de Oferta: Presencial
Habilitação: Licenciatura em História
Título Acadêmico: Licenciado em História
Regime acadêmico: Semestral

Integralização da Matriz Curricular

Integralização do Curso: 8 Semestres (mínimo)
Integralização do Curso: 16 Semestres (máximo)
Carga Horária: 3.615 horas
Carga Horária Teórica: 1.620 horas
Carga Horária Prática: 1.635 horas
Carga Horária de AAE: 360 horas
Créditos: 241

SUMÁRIO

1. INSTITUIÇÃO	04
1.1. A INSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE: OBJETIVOS E PRINCÍPIOS ESTRUTURAIS.	04
1.2. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL	04
1.3. MISSÃO.	05
1.4. INSERÇÃO REGIONAL E DADOS SOCIOECONÔMICOS.	07
1.5. POLÍTICA DE ENSINO DA GRADUAÇÃO	08
2. INTERIORIZAÇÃO INSTITUCIONAL: O CAMPUS BINACIONAL	09
2.1. INTERIORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE	09
2.2. O CAMPUS BINACIONAL DO OIAPOQUE	09
2.3. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS	10
2.3.1. ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA ESTRUTURA DO CAMPUS	10
3. ENSINO E FORMAÇÃO EM HISTÓRIA: DO PERCURSO À IMPLANTAÇÃO DO CURSO	11
3.1. O PERCURSO DO ENSINO E A FORMAÇÃO EM HISTÓRIA NA UNIFAP	11
3.2. OIAPOQUE: A IMPLANTAÇÃO DO CURSO E A REESTRUTURAÇÃO DO PPC EM HISTÓRIA	13
3.2.1. O COLEGIADO DE HISTÓRIA: CORPO DOCENTE	15
4. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	16
4.1. ATOS LEGAIS DE CRIAÇÃO (CONSU): AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E/OU RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO	20
5. OBJETIVOS DO PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR – PPC	20
5.1. OBJETIVO GERAL	20
5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
6. DIRETRIZES CURRICULARES: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE HISTÓRIA	21
6.1. O PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DOS EGRESSOS NA MODALIDADE LICENCIATURA	22
6.2. AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS A SEREM DESENVOLVIDAS	22
6.3. AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS NA LICENCIATURA	23
6.3.1. CONHECIMENTO E COMPREENSÃO PROFUNDA	25
6.3.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA E HABILIDADES DE ENSINO	25
6.3.3 HABILIDADES INTERPESSOAIS E ÉTICAS	26
6.3.4 PESQUISA E FORMAÇÃO CONTINUADA	26
7. A ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA	28
7.1. OS CONTEÚDOS CURRICULARES	32
7.2. JUSTIFICATIVA PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA	33
A) NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA	34
1. NUCLEAÇÃO DE TEORIA E METODOLOGIA	35
2. NUCLEAÇÃO DE HISTÓRIA GERAL E AMÉRICA	36
3. NUCLEAÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL	38
4. NUCLEAÇÃO DE HISTÓRIA: OPTATIVAS	40
7.3. JUSTIFICATIVA PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE	41

B) NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE.....	44
1. NUCLEAÇÃO DE FORMAÇÃO BÁSICA DA LICENCIATURA.....	45
2. NUCLEAÇÃO DE PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA.....	46
3. NUCLEAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA.....	47
4. NUCLEAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	47
5. NUCLEAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC).....	48
6. NUCLEAÇÃO ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO (AAE).....	49
8. FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR E PERÍODO LETIVO SEMESTRAL (COMPONENTES CURRICULARES)	50
8.1 Fluxograma da Matriz Curricular – Licenciatura Em História	51
8.2 PERÍODO LETIVO SEMESTRAL (COMPONENTES CURRICULARES)	52
9. PRÁTICA, ESTÁGIOS E AS CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	53
9.1. PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA.....	53
9.2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA.....	54
9.3. ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	55
9.3.1. DOCUMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS	56
10. LINHAS DE PESQUISA.....	57
11. POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	60
12. A CARGA HORARIA E AS DIMENSÕES DOS COMPONENTES COMUNS.....	60
12.1. PRINCIPAIS PONTOS DA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4.....	61
A) NÚCLEO I – FORMAÇÃO GERAL.....	62
B) NÚCLEO II – FORMAÇÃO EPECIFICA.....	63
C) NÚCLEO III – ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO.....	64
D) NÚCLEO IV – ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	65
13. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO E A CONEXÃO COM A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	66
A) 1º EIXO – INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PPC.....	66
B) 2º EIXO – AVALIAÇÕES DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS DISCENTES.....	68
C) 3º EIXO – AVALIAÇÕES DO DESEMPENHO DOS DOCENTES REALIZADA PELOS DISCENTES.....	69
D) 4º EIXO – AVALIAÇÃO EXTERNA: EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE.....	70
REFERENCIAS.....	71
ANEXOS.....	75
ANEXO 01 – EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	76
ANEXO 02 – FORMULÁRIO: FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	115
ANEXO 03 – FICHA A (DIMENSÃO 1)	118
ANEXO 04 – FICHA B (DIMENSÃO 2)	123
ANEXO 05 – FICHA C (DIMENSÃO 3)	128
ANEXO 06 – FICHA D (PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO NDE)	133
ANEXO 07 – FICHA E (REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS)	136
ANEXO 08 – AVALIAÇÃO DOS DISCENTES	138

1. INSTITUIÇÃO.

1.1. A INSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE: OBJETIVOS E PRINCÍPIOS ESTRUTURAIS.

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é uma instituição de ensino superior e fundação pública autorizada pela *Lei Nº 7.530*, de 29 de agosto de 1986, instituída pelo *Decreto Nº 98.977*, de 02 de março de 1990, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. Logo, a UNIFAP tem por objetivos e funções, conforme Art. 3º. do Regimento Geral:

- I. Ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão;
- II. Desenvolver as ciências, as letras e as artes;
- III. Prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e
- IV. Promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

Parágrafo único - Para o alcance dos seus objetivos, a UNIFAP, poderá firmar convênios, contratos, acordos e protocolos com entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras. (*Regimento Geral*. Resolução Nº 09/2002 – CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002.)

Por isso, a universidade goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da Constituição Federal, das leis que regem as matérias, do Estatuto da Universidade e do Regimento Geral. Assim, em conformidade com o Art. 5º. do Regimento Geral, a UNIFAP organiza-se e estrutura-se com base nos seguintes princípios:

- I. Unidade de patrimônio e administração;
- II. Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- III. Universalidade de campo, pelo cultivo das áreas do conhecimento humano e das áreas técnico-profissionais;
- IV. Pluralismo de ideias e de concepções; e
- V. Racionalidade de organização com utilização plena de recursos humanos e materiais. (*Regimento Geral*. Resolução Nº 09/2002 – CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002.)

1.2. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL.

Inicialmente, a UNIFAP foi dirigida por reitores *pro-tempores*. A professora Maria Alves foi a primeira reitora, posteriormente, sendo substituída pela professora Laíses do Amparo Braga, que promoveu o primeiro vestibular da instituição e a institucionalização de atos legais e normativos. A partir de 1992, sucedeu-a o professor Antonio Gomes de Oliveira, responsável pelo reconhecimento dos cursos, promoção e organização do quadro efetivo de técnicos-administrativos e docentes. Em 1997, assumiu a reitoria o prof. Dr. João Renor Ferreira de Carvalho, que promoveu a interiorização da Instituição, por meio de cursos modulares nos municípios de Oiapoque e Laranjal do Jari, além de ter constituído a Fundação de Apoio à Unifap (FUNDAP). Por fim, em 1999, assumiu a gestão o

professor Paulo Fernando Batista Guerra, responsável pela criação do Conselho Superior Universitário (CONSU) e aprovação do Regimento Geral.

Em junho de 2002, o professor João Brazão da Silva Neto tomou posse como o primeiro reitor eleito, ao lado do vice-reitor João Nascimento Borges Filho, continuaram a expansão do quadro de servidores efetivos. Igualmente, a partir de 2006 a 2014, foi eleito por dois mandatos consecutivos o prof. Dr. José Carlos Tavares Carvalho, consolidando o processo de expansão da Unifap, a criação de novos cursos e a efetivação de servidores por meio de concursos públicos. Sucedeu-o a profa. Dra. Eliane Superti, no quadriênio setembro/2014 a setembro/2018. Atualmente, o professor Dr. Júlio César Sá de Oliveira está no segundo mandato (2022-2026), e tem reestruturado e ampliado a UNIFAP, para atender as novas demandas de espaços físicos de gestão e ensino, além de recursos humanos.

A UNIFAP possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Conforme estabelecido no Artigo 3º do Regimento Geral, tem como missão oferecer ensino no âmbito de nível superior que é indissociável da pesquisa e da extensão, desenvolvendo as ciências, as letras e as artes no estado do Amapá, prestando serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral promovendo o desenvolvimento nacional, regional e local.

A Universidade Federal do Amapá desenvolve programas e projetos de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão com o objetivo de contribuir para a cidadania e o desenvolvimento nacional e amazônico na qual está inserida. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2026, a UNIFAP possui atualmente 53 (cinquenta e três) cursos de graduação, presenciais e a distância, distribuídas nos 4 (quatro) Campi, assim como, 04 (quatro) Cursos de Doutorado, 13 (treze) Cursos de Mestrado e 19 (dezenove) Cursos de Especialização lato sensu dentre esses 10 (dez) no formato presencial e 09 (nove) no formato a distância. No

Campus Marco Zero são 34 (trinta e quatro) cursos de graduação distribuídos em 7 (sete) Departamentos Acadêmicos, conforme as áreas de atuação dos cursos, entre licenciaturas, bacharelados e tecnológicos. No campus Binacional do Oiapoque, localizado no município do Oiapoque, são 8 graduações, entre licenciaturas e bacharelados. O campus de Mazagão possui 01 (um) curso de graduação em licenciatura e o de Santana, 3 Licenciaturas.

1.3. MISSÃO.

De acordo com o *Decreto Nº 98.997*, de 2 de março de 1990, a Fundação Universidade Federal do Amapá, fundação pública, nos termos da *Lei Nº. 7.596*, de 10 de abril de 1987, vinculada ao

Ministério da Educação, tem por objetivos ministrar o ensino e desenvolver as ciências, as letras e as artes, regendo-se por Estatuto e Regimento Geral. Sendo a sede localizada: Rodovia Josmar Chaves Pinto, Km-02, Jardim Marco Zero. CEP: 68.903- 419 – Macapá, Amapá – Brasil.

Logo, a missão institucional compreende ser uma fonte geradora de saberes e práticas nas diversas áreas do conhecimento por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o desenvolvimento regional amazônico.

Logo, nos termos da *Resolução Nº. 09/2002 – CONSU/UNIFAP*, de 29 de abril de 2002 (*Regimento Geral*), a UNIFAP tem por objetivos e funções “ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão”, “desenvolver as ciências, as letras e as artes”, “prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral” e “promover o desenvolvimento nacional, regional e local.” Destacando-se por defender os princípios da “universalidade de campo, pelo cultivo das áreas do conhecimento humano e das áreas técnico-profissionais”, o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “racionalidade de organização com utilização plena de recursos humanos e materiais.”

Igualmente, a *Resolução Nº 01/2013 – CONSU/UNIFAP*, de 14 de janeiro de 2013, referente ao Campus Binacional, tem por objetivos a promoção do “desenvolvimento educacional, social, econômico e ambiental”, o favorecimento da “construção da criticidade, da investigação científica, cultural e tecnológica”, a formação de “profissionais qualificados nas diversas áreas do conhecimento, dentro de uma perspectiva ética, humana e ambiental contribuindo para as futuras gerações com uma sociedade mais coletiva” e a contribuição “para o crescimento regional e nacional apoiando-se na busca da excelência para uma Amazônia econômica, ambiental e socialmente mais equilibrada.”

Neste sentido e ao encontro da *Lei Nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996, observa-se que a missão institucional da Unifap visa o estímulo cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo na formação profissional e no desenvolvimento da sociedade, numa relação de reciprocidade na produção de conhecimento, na formação de quadros profissionais, na produção de reflexões sobre os diversos campos do pensamento humano e na defesa da crítica irrestrita.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2026 da Universidade Federal do Amapá instituiu 28 objetivos estratégicos para o fortalecimento das atividades acadêmicas, sendo esses objetivos:

1. Contribuir com o avanço científico e tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região amazônica;
2. Promover formação cidadã e profissional para fomentar a integração com a sociedade;
3. Impulsionar a gestão universitária democrática por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão;
4. Aprimorar as políticas de acessibilidade e inclusão social;

5. Implementar políticas de avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação;
6. Implementar políticas de atualização curricular;
7. Promover o uso de tecnologias e metodologias inovadoras no processo de ensino-aprendizagem;
8. Otimizar o uso de espaços, materiais e equipamentos para elevar a qualidade do ensino;
9. Fortalecer a assistência estudantil e proporcionar condições de permanência aos discentes na Universidade;
10. Promover a integração da universidade com a sociedade;
11. Impulsionar a extensão universitária para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
12. Estimular a participação de técnicos administrativos em programas de pós-graduação;
13. Fortalecer os programas de pós-graduação;
14. Incentivar a pesquisa científica e a inovação tecnológica;
15. Consolidar as ações de ensino, pesquisa e extensão contextualizadas às realidades locais;
16. Estabelecer mecanismos para a efetivação da autonomia acadêmica, administrativa e financeira;
17. Promover a internacionalização e a cooperação Interinstitucional;
18. Incentivar intercâmbio e mobilidade acadêmica;
19. Implementar mecanismos e práticas de governança pública a partir do planejamento integrado;
20. Adequar a estrutura organizacional da Universidade;
21. Institucionalizar e fortalecer políticas e práticas de gestão de pessoas;
22. Implementar ações inovadoras de gestão de pessoas;
23. Fortalecer a governança de T.I.;
24. Fortalecer ações de planejamento, com vistas à definição da política de infraestrutura;
25. Priorizar ações de infraestrutura de acordo com o planejamento estratégico;
26. Criar e implementar políticas de captação de recursos;
27. Implantar políticas de economicidade e otimização no uso dos recursos;
28. Priorizar a alocação de recursos por meio de iniciativas estratégicas.

1.4. INSERÇÃO REGIONAL E DADOS SOCIOECONÔMICOS (PDI 2020-2026)

O Amapá possui Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) de 0,708, considerado alto, ocupando a 12ª posição entre os estados brasileiros. Contudo, apenas Macapá e Serra do Navio mantêm IDHM alto; os demais 14 municípios apresentam índices médio ou baixo, sendo Itaubal o menor (0,576). Amapá e Laranjal do Jarí têm IDHM médio de 0,642 e 0,665, respectivamente (PNUD, 2010).

O estado registra a maior taxa de mortalidade infantil do país, com 23,2 mortes por mil nascidos vivos (IBGE, 2010b). O rendimento nominal mensal per capita é de R\$ 857,00, 21º do Brasil (IBGE, 2010a). Considerando todas as atividades profissionais, a média é de 1,7 salários mínimos, inferior à média nacional de 3,1 salários em 2015. A economia é fortemente dependente do funcionalismo público, com fraca presença dos setores industrial, tecnológico e primário, exceto o extrativismo. O setor pesqueiro é restrito.

Nesse contexto, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) assume relevância, estimulando o desenvolvimento econômico por meio de qualificação científica, tecnológica e profissional. Desde 1997, com a Resolução nº 04/CONSU, a universidade interioriza o ensino superior em convênio com

prefeituras. Atualmente, mantém três campi: Oiapoque (Binacional, com 8 cursos), Santana (3 cursos de licenciatura) e Mazagão (Licenciatura em Educação do Campo). Também possui estrutura física em Amapá, Laranjal do Jarí e Tartarugalzinho, além de áreas em Calçoene, Porto Grande e Cutias.

A UNIFAP atua ainda em municípios paraenses próximos, como Almeirim, Monte Alegre, Gurupá, Prainha, Afuá, Anajás, Chaves e Breves, que mantêm vínculos mais fortes com o Amapá que com Belém. Grande parte da juventude dessas regiões migra ao Amapá em busca de formação superior. Para ampliar a inserção regional, especialmente de populações tradicionais, a UNIFAP implantou uma Bonificação Regional de 20% nas notas de ingresso via ENEM, SISU e Vestibulinho.

1.5. POLÍTICA DE ENSINO DA GRADUAÇÃO.

Conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2026, UNIFAP, 2020), a execução da política de ensino da Graduação da UNIFAP será articulada à Extensão, à Pesquisa e à Pós-graduação e deve ofertar cursos de graduação (presencial e a distância por meio da UAB) em diversas áreas do conhecimento. O ingresso ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e por processo seletivo próprio. A UNIFAP segue a Lei nº 12.711/2012 que estabelece a política de cotas sociais e raciais, contemplando ainda reservas de vagas para alunos oriundos de escolas públicas. A unidade responsável pela aplicação das políticas/diretrizes de ensino é a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Tendo as seguintes diretrizes:

- I. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- II. Flexibilização curricular;
- III. Atualização permanente dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional, de modo a garantir práticas inovadoras;
- IV. Impacto social e transformação da sociedade;
- V. Integração com a comunidade;
- VI. Democratização do acesso, garantia da permanência discente e da qualidade da formação;
- VII. Respeito à pluralidade, à diversidade étnica, cultural e à biodiversidade;
- VIII. Produção e difusão do conhecimento científico, cultural e tecnológico em articulação com os aspectos regionais, nacionais e internacionais;
- IX. Monitoramento e avaliação permanente das práticas pedagógicas;
- X. Gestão democrática;
- XI. Sustentabilidade socioambiental. (PDI 2020-2026, UNIFAP, 2020, p. 46-47)

A Política de Ensino contempla as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação, uma vez que “o processo de ensino- aprendizagem deve estar orientado para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes assim definidas”:

- Competência como capacidade de articular, de relacionar os diferentes saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores construídos por intermédio de vivências e por meio da reflexão crítica sobre conhecimentos já construídos em ambientes de aprendizagem,

- implicando na problematização, reflexão e operacionalização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores;
- Habilidades como práticas de operações físicas ou mentais desenvolvidas de modo intencional e sistemático. São os componentes das competências explicitáveis na ação efetiva e relevante. A prática das habilidades consolida as competências e são as próprias ações que especificam a competência;
 - Atitude como a capacidade de compreensão do outro, de percepção de todas as interdependências e necessidades. (PDI 2020-2026, UNIFAP, 2020, p. 47-48)

2. INTERIORIZAÇÃO INSTITUCIONAL: O CAMPUS BINACIONAL.

2.1. INTERIORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE.

Conforme *Plano de Desenvolvimento Institucional*, a interiorização da Universidade faz parte da política de graduação e do programa de interiorização, por meio da expansão e desenvolvimento do estado, tendo como princípio a democratização do acesso ao ensino superior. Igualmente, a política de expansão e interiorização visa atender as regiões mais distantes do Estado do Amapá, onde a Universidade fomenta investimentos e recursos para construção de instalações físicas, com vista à implantação de Cursos regulares permanentes.

Por isso, a interiorização institucional visa ampliar e diversificar a oferta do ensino de graduação, para atender às demandas crescentes no plano da formação profissional nas diferentes áreas do conhecimento, além de consolidar a pós-graduação (*lato e stricto sensu*).

Em termos de estrutura organizacional a UNIFAP se apresenta como uma IES com estrutura *multicampi*, com inserção regional assim constituída: *Campus* Marco Zero do Equador (Macapá - AP), *Campus* Universitário Santana (Santana - AP), *Campus* Laranjal do Jari (Laranjal do Jari – AP), *Campus* Mazagão (Mazagão – AP) e *Campus* Binacional do Oiapoque (Oiapoque - AP).

2.2. O CAMPUS BINACIONAL DO OIAPOQUE.

O Campus Binacional do Oiapoque localiza-se no município de Oiapoque, extremo norte do Estado do Amapá, na Rodovia BR 156, nº. 3051, Bairro Universidade.

A *Resolução Nº 04/1997*, de 08 de setembro de 1997 aprovou o Projeto de Interiorização da UNIFAP; e a *Resolução Nº 19/2000*, de 11 de dezembro de 2000, instituiu o Campus do Oiapoque, para realização de Cursos de Licenciatura fora da sede. Assim, conforme a política de interiorização e expansão institucional, por meio do Processo nº 23125.002057/2011-01, que tratou do Projeto do Campus Binacional do Oiapoque, o Presidente do Conselho Universitário da UNIFAP, conforme Art. 14, Inciso XIII do Estatuto da UNIFAP, e, também, o Art. 24, Inciso V do Regimento Interno do

CONSU, decidiu através das prerrogativas legais, “*ad referendum*”, transformar o antigo Campus do Oiapoque em Campus Binacional (Art. 1º. da *Resolução Nº 01/2013* – CONSU/UNIFAP, de 14 de janeiro de 2013), para a realização de cursos de ensino superior da UNIFAP, em observância ao projeto da Universidade Binacional.

Nos termos do Art. 2º e 3º. da *Resolução Nº. 01/2013*, o Campus Binacional, obrigatoriamente, está vinculado a Reitoria da UNIFAP, sendo dirigido por um Diretor Geral, indicado pela Reitoria e tem como objetivos:

- I. Promover o desenvolvimento educacional, social, econômico e ambiental;
- II. Favorecer a construção da criticidade, da investigação científica, cultural e tecnológica;
- III. Formar profissionais qualificados nas diversas áreas do conhecimento, dentro de uma perspectiva ética, humana e ambiental contribuindo para as futuras gerações com uma sociedade mais coletiva;
- IV. Contribuir para o crescimento regional e nacional apoiando-se na busca da excelência para uma Amazônia econômica, ambiental e socialmente mais equilibrada.
(*Resolução Nº 01/2013* – CONSU/UNIFAP, de 14 de janeiro de 2013).

Igualmente, o Presidente do CONSU aprovou “*Ad Referendum*”, no Art. 1º. da *Resolução Nº 037/2013* – CONSU/UNIFAP, de 06 de novembro de 2013, a normatização dos Cursos: Ciências Biológicas, Direito, Enfermagem, Geografia, História, Letras Francês e Pedagogia

2.3. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS.

O Campus Binacional, localiza-se no município de Oiapoque-AP, na Rodovia BR-156, nº 3051, Bairro Universidade, extremo norte do Estado do país, têm 7.200 m² de área, e 540 m² de área construída.

A infraestrutura parca do Campus Binacional, até pouco tempo, demonstrava-se como principal entrave para o desenvolvimento e consolidação dos cursos de graduação do campus, conforme aponta o Relatório de Gestão da Direção Geral do Campus Binacional, de 10/04/2016. Há um novo panorama no ano de 2025, sendo que o curso de Licenciatura em História ainda carece de estrutura adequada, pois conta apenas com uma sala pequena, o Laboratório de História, que, no momento, é também utilizado como sala de aula. A seguir consta organização dos espaços:

2.3.1. ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA ESTRUTURA DO CAMPUS

Conforme dados da Prefeitura da UNIFAP, no primeiro semestre de 2025, a estrutura do Campus é dividida em blocos, sendo estes o bloco A, B, C e D.

O Bloco A contém: banheiros masculino e feminino; 9 laboratórios; 3 gabinetes de orientação; 5 salas administrativas

O Bloco B (Didático e Administrativo) Campus Oiapoque - UNIFAP é constituído por: i) 4 salas de aula; banheiros masculino e feminino; uma copa; 4 salas administrativas com recepção; biblioteca do Campus Oiapoque; área de convivência.

O Bloco C (Multidisciplinar) Campus Oiapoque - UNIFAP, ainda está em fase de construção e será constituído por: I) área urbanizada com um redário; duas áreas de convivência cobertas; áreas de convivência ao ar livre e um anexo multidisciplinar; II) térreo um auditório com capacidade para 150 pessoas; banheiros masculino e feminino; um almoxarifado; seis salas administrativas; uma sala de aula; uma copa; uma sala de reuniões e um depósito e, III) primeiro pavimento contará com novo laboratório de informática com capacidade para 48 computadores; cinco salas de aula, oito gabinetes, uma sala para rádio universitária (recepção, sala técnica e sala acústica) e uma plataforma de elevação.

O Bloco D possui 5 salas de aula; 3 salas administrativas; 1 laboratório de informática; 1 auditório. Área de urbanização: 2 bicicletários; área de convivência com bancos; espaço de Xerox e Lanchonete.

3. ENSINO E FORMAÇÃO EM HISTÓRIA: DO PERCURSO À IMPLANTAÇÃO DO CURSO.

3.1. O PERCURSO DO ENSINO E A FORMAÇÃO EM HISTÓRIA NA UNIFAP.

O currículo mínimo do curso de História remonta a década de 1960, sendo a área de conhecimento o ensino de História do Brasil e o baixo grau de profissionalização, refletido na ausência de pesquisa de docentes e estudantes.

A década seguinte foi marcada por mudanças nas universidades públicas, como a implantação do regime de dedicação exclusiva e um sistema nacional de Pós-Graduação em História, com financiamento e bolsas de pesquisa. Paradigma ainda tímido, que modificaria o antigo currículo mínimo e a necessidade da profissionalização do historiador a partir do ensino e da formação em História.

A proliferação de cursos de graduação em História e a consolidação de programas de pós-graduação na área, paralelamente ao crescente volume editorial e financiamento público de pesquisadores evidenciava a partir dos anos 1980 a consolidação de um novo ensino e formação em História, assim como em outras áreas de ciências humanas.

Ensino-Pesquisa-Extensão tornaram-se o tripé do ensino público, bem como no trabalho do historiador com variadas fontes documentais e, conseqüentemente, dos múltiplos objetos de estudo. Assim, para usar a feliz expressão de Bloch:

[...] O historiador não apenas pensa "humano". A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade. [...]

Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica. Acima de qualquer outro, aquele que questiona até a razão de ser de nossos trabalhos [...]. (BLOCH, 2002:55).

Logo, o conhecimento, o ensino e a formação em História passariam a ser incorporado gradativamente nas IES e entendido como estratégico no desenvolvimento social, tornando-se necessário na criticidade e problematização da história como ciência dos “homens no seu tempo”, conforme nos ensinara Bloch.

Concomitantemente, a oferta de ensino superior no Amapá iniciou na década de 70, através de convênio firmado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Secretaria de Educação do governo do então Território Federal do Amapá, objetivando a qualificação e habilitação do pessoal já em exercício docente nas unidades de ensino amapaense.

Na época, instalou-se o Núcleo de Educação de Macapá (NEM), extensão do Centro de Educação da UFPA, oferecendo diversos cursos e, entre estes, o de licenciatura em Estudos Sociais, transformado em 1979, em licenciatura plena em História.

A *Lei Nº 7.530*, de 29 de agosto de 1986, autorizou a instituição da Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e, posteriormente, o antigo Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA) cedeu lugar à instituição da UNIFAP, através do *Decreto Nº 98.977*, de 02 de março de 1990.

Após a realização de exame vestibular, em 1991, a UNIFAP passou a oferecer nove (09) cursos superiores, dentre os quais, o de Bacharelado e Licenciatura em História, sendo necessária a reestruturação da matriz curricular para atendimento da formação desejada em 1995.

O Curso de Bacharelado e Licenciatura em História foi reconhecido pela Portaria MEC Nº 1.482/95, de 6 de dezembro de 1995. No ano seguinte, a Resolução Nº 003 CONSU/UNIFAP, de 07 de março de 1996 do Conselho Superior de Implantação aprovou a alteração da grade curricular do Curso de História.

O Curso de História da Universidade Federal do Amapá até a turma de 2005 contemplou a Licenciatura e o Bacharelado em uma única matriz curricular. As diretrizes direcionavam-se para a formação de educadores, por meio da capacitação de licenciados, para atuarem como agentes pedagógicos do conhecimento histórico e de pesquisadores, por meio da capacitação do bacharelado para atuação em centros de pesquisas, documentação, informação em instituições públicas ou privadas, bem como assessoria em Museus e Centros de Memória.

3.2. OIAPOQUE: A IMPLANTAÇÃO DO CURSO E A REESTRUTURAÇÃO DO PPC EM HISTÓRIA.

Inicialmente, a partir do Edital Nº 07/2013 - UNIFAP, de 22 de março de 2013, realizou-se Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior para o quadro permanente da Universidade Federal do Amapá, após a homologação por meio do Edital Nº 16/2013 - UNIFAP, de 22 de julho de 2013, tomaram posse os primeiros professores do Colegiado de História. São eles: Ana Cristina Rocha Silva, Danieli Machado Bezerra, José Inaldo Chaves Junior, José Petrúcio de Farias Junior, Luiz Gustavo da Silva Costa e Renan Marques Birro.

Posteriormente, realizou-se novo concurso através do Edital Nº 13/2013 - UNIFAP, de 15 de julho de 2013, homologado pelo Edital Nº 20/2013 - UNIFAP, de 22 de novembro de 2013. Assim, observa-se a composição do corpo docente (Colegiado de História), por classe, área de conhecimento e regime de trabalho, lembrando que o quadro ainda é insuficiente para atender as demandas da graduação:

CORPO DOCENTE: ÁREA DE CONHECIMENTO, EDITAL E REGIME DE TRABALHO

Nº	Docente	Área de Conhecimento (concurso)	Edital	CH/RT
01	Alexandre Souza Amaral	História da Amazônia e do Amapá	Nº. 13/2013	40h/DE
02	Dinaldo Barbosa da Silva Junior	História Moderna	Nº. 07/2013	40h/DE
03	Evelanne Samara Alves da Silva	História e povos tradicionais (História antiga, cultura afro-brasileira e indígena)	Nº. 05/2018	40h/DE
04	Gladson Paulo Milhomens Fonseca	História Contemporânea e Brasil Contemporâneo	Nº. 13/2013	40h/DE
05	Jonathan Viana da Silva	Metodologia do Ensino de História	Nº. 07/2013	40h/DE
06	Luiz Gustavo da Silva Costa	História do Brasil	Nº. 07/2013	40h/DE
07	Marcia Gomes Fernandes	Teoria da História e História das Américas	Nº. 05/2018	40h/DE
CH = Carga horária RT = Regime de trabalho DE = Dedicção exclusiva				

A *Resolução Nº 037/2013 – CONSU/UNIFAP*, de 06 de novembro de 2013, aprovou a normatização do curso de Licenciatura em História, por meio do Processo Nº. 23125.002621-2013-40, instituindo também o Projeto Pedagógico do Curso em Licenciatura em História. Outrossim, após os primeiros docentes terem tomado posse, observa-se que não lhes foi delegado a elaboração do PPC, uma vez que fora criado *Ad Referendum*, por meio da *Resolução Nº 037/2013 – CONSU/UNIFAP*.

Igualmente, observa-se a partir dos dados extraídos do cadastro das Instituições de Educação Superior no sistema E-MEC, do Ministério da Educação, que o Ato Regulatório evidencia o registro através do **Código do Curso nº 1270474**, por meio da *Resolução Nº 037/2013 – CONSU/UNIFAP*, conforme Parecer/Despacho em 04/12/2013 da *Coordenação Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior*, vinculada à *Diretoria de Regulação da Educação Superior* e, conseqüentemente, à *Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior*, do Ministério da Educação.

Inicialmente, os primeiros docentes – Ana Cristina Rocha Silva, Danieli Machado Bezerra, José Inaldo Chaves Júnior, José Petrúcio de Farias Júnior, Luiz Gustavo da Silva Costa e Renan Marques Birro – observaram a necessidade de instituição de uma *Comissão Interna* para reavaliar o PPC, uma vez que receberam o projeto sem haver qualquer debate e participação dos docentes do Colegiado do *Campus Binacional* na elaboração.

Por conseguinte, a Comissão detectou por meio de *Parecer Interno* e, em caráter emergencial, alguns problemas e incoerências, como aspectos voltados para o curso de Bacharelado e a insuficiência de professores concursados em áreas específicas para ministrar as disciplinas iniciais. Logo, proporião a revisão na oferta das disciplinas por semestre, que deveria nortear o “caminho crítico” do colegiado e a oferta de disciplinas para as primeiras turmas do curso de História.

Ainda durante o primeiro semestre ocorreu a posse dos novos docentes – Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior, Alexandre Souza Amaral e Gladson Paulo Milhomens Fonseca – reiterando a necessidade não apenas de revisão do PPC, mas sim de uma profunda reestruturação pedagógica.

Logo, diante das orientações do *Parecer CNE/CP Nº 9/2001*, de 8 de Maio de 2001, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, nos cursos de licenciaturas, de graduação, o Colegiado de História do Campus Binacional observando a necessidade de reestruturação do PPC solicitou à Reitoria, a qual instituiu a *Comissão de Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de História*, por meio da *Portaria Nº 1.219/2014 – Reitoria*, de 21/08/2014, presidida pelo professor Alexandre Souza Amaral, sendo composta pelos membros os docentes Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior, Ana Cristina

Rocha Silva, Gladson Paulo Milhomens Fonseca, José Petrúcio de Farias Júnior, Luiz Gustavo da Silva Costa e Renan Marques Birro.

Concomitantemente, o Colegiado de História implantou o *Núcleo Docente Estruturante* (NDE), presidido pelo professor Luiz Gustavo da Silva Costa, sendo composto pelos membros os docentes Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior, Alexandre Souza Amaral, Ana Cristina Rocha Silva, Danieli Machado Bezerra, Gladson Paulo Milhomens Fonseca, José Petrúcio de Farias Júnior e Renan Marques Birro.

Com a posse da Prof^a Elke Daniela Rocha Nunes (área de Patrimônio Histórico e Cultural) e Prof^o Jonathan Viana da Silva (área de Metodologia do Ensino de História) o colegiado deliberou por instituir um novo núcleo docente estruturante a partir de junho de 2016 contando com a totalidade das/dos docentes, uma vez que a reformulação do PPC se tornou questão imperativa para o funcionamento e consolidação do curso.

Por conseguinte, a *Comissão de Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de História* e o *Núcleo Docente Estruturante*, reuniram-se em sessões consecutivas com o objetivo de reestruturar o PPC.

Nas reuniões procuramos definir a identidade profissional na formação das/dos discentes e os caminhos norteadores do Curso de História referentes à organização curricular e à garantia do saber histórico. Por isso, deliberamos pela necessidade da/do discente ter uma sólida formação acadêmica a partir dos *Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica* e *Núcleo de Formação Docente*, compreendendo a Carga Horária de 3.240 horas, que possibilitaram a atuação profissional em qualquer estado da federação, respeitando as especificidades regionais. Neste caso, o PPC designa atenção especial à Região Amazônica.

3.2.1. O COLEGIADO DE HISTÓRIA: CORPO DOCENTE:

Atualmente, o Colegiado de História conta com um quadro restrito de apenas de 7 (sete) professores efetivos em regime de 40 (quarenta) horas, com dedicação exclusiva. Trata-se de um corpo docente qualificado em programas de pós-graduação devidamente reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento Superior (CAPES).

Os professores mantêm regularidade na publicação de artigos em revistas indexadas, capítulos e livros em âmbito nacional e internacional, além de desenvolverem projetos de pesquisa e extensão. Igualmente, destaca-se a participação dos docentes em encontros, simpósios e seminários, tanto na região Amazônica, quanto no âmbito nacional e internacional

CORPO DOCENTE: ÁREA DE FORMAÇÃO E TITULAÇÃO

Nº	Corpo docente	Graduação	Titulação		
			Especialização	Mestrado	Doutorado
01	Alexandre Souza Amaral	História, UFPA, 2002		História, UFPA, 2006	
02	Dinaldo Barbosa da Silva Junior	História, UFPB, 2001	Educação, FAAT, 2005	Educação, UNICAP, 2007	Direitos Humanos, UV, Espanha, 2017
03	Evelanne Samara Alves da Silva	História, UNIFAP, 2005	- História da Amazônia, FAMA, 2011 - Educação Especial e Inclusiva, UNINTER, 2014	Educação Sexual, UNESP, 2017	História, UEMA, 2024
04	Gladson Paulo Milhomens Fonseca	História, UFT, 2006		Ciências Sociais, UFRN, 2010	Sociologia, UFPB, 2020
05	Jonathan Viana da Silva	História, UVA, 2010	História do Amapá, UNINTER, 2012	Estudos de Fronteira, UNIFAP, 2019	História, UFPel, 2025
06	Luiz Gustavo da Silva Costa	História, UNIFAP, 2005	História do Brasil, FIJ, 2008	Desenvolvimento Regional UNIFAP, 2013	Ciência da Educação FICS, Paraguay, 2023
07	Marcia Gomes Fernandes	História, USP, 1996		História, USP, 2010	História, USP, 2018

4. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO:

A manutenção do curso de História no ensino superior, especialmente no *Campus* de Oiapoque, justifica-se pela sua importância na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de analisar o presente à luz do passado, além de contribuir para a preservação e compreensão dos costumes em comum, da cultura e identidade de um povo. O curso de História oferece ferramentas essenciais para a interpretação de fontes, análise de diferentes perspectivas e questionamento de verdades estabelecidas, importantes em diversas áreas do mercado de trabalho e na vida em geral. Entre as razões da necessidade de formação de historiadores e historiadoras no município de Oiapoque, certamente teremos: 1) a **formação de cidadãos críticos**: que desenvolveram habilidades de análise, interpretação de documentos e compreensão de diferentes pontos de vista, essenciais para a formação de cidadãos ativos e conscientes de seu papel na sociedade; 2) a **compreensão do presente**: a História não é apenas um estudo do passado, mas uma ferramenta para entender o presente. Ao analisar como as sociedades se desenvolveram, como as decisões foram tomadas e quais foram suas consequências, os alunos podem compreender melhor os desafios e oportunidades do mundo atual; 3) **preservação da memória e identidade**: o curso de História contribui para a preservação da memória coletiva, a valorização da cultura, dos costumes e da construção das identidades. Ao estudar a história, os alunos aprendem sobre suas origens, suas tradições e seus valores, fortalecendo seu senso de pertencimento. 4) **desenvolvimento de habilidades transferíveis**: a pesquisa histórica, a análise de fontes e a comunicação clara e concisa são habilidades valiosas em

diversas áreas do mercado de trabalho, como jornalismo, pesquisa, museologia, arquivologia, educação e muitas outras; 5) **valorização da cultura e dos costumes em comum:** o curso de História contribui para a valorização da cultura em suas diversas manifestações, desde a arte e a literatura até os costumes e tradições em comum. Ao conhecer o passado, os alunos podem apreciar a riqueza e a diversidade cultural de sua sociedade e do mundo; 6) **preparação profissional:** a capacidade de analisar criticamente o passado e compreender as mudanças sociais é fundamental para a tomada de decisões profissionais. O curso de História prepara os alunos para enfrentar os desafios do século XXI com conhecimento e discernimento.

Por tudo isso, a manutenção do curso de História no ensino superior é crucial para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados, além de contribuir para a preservação da memória, a valorização da cultura e o desenvolvimento de habilidades relevantes para o mercado de trabalho e a vida em sociedade.

Dessa maneira, faz-se necessária a formação na área de conhecimento histórico, enfatizando também as áreas da pesquisa em Patrimônio Histórico, Arqueologia e Antropologia, devido ao grande potencial de diversidade étnico-cultural da região. Assim, a UNIFAP não poderia, dentro deste contexto, deixar de ofertar um curso desta natureza no município fronteiriço tão peculiar na Amazônia e no estado do Amapá.

- a. **Denominação do Curso:** Licenciatura em História
- b. **Forma de ingresso:** O provimento de vagas no curso de Licenciatura em História será por meio de Processo Seletivo para o *Campus Binacional*, observadas as disposições constitucionais, os termos legais e administrativos, as resoluções do CONSU/UNIFAP que regulamentam o Processo Seletivo, bem como as normas definidas em Edital.
- c. **Número de vagas oferecidas por processo seletivo:** 25 vagas. A redução de vagas de 50 para 25 justificasse pela baixa procura e, principalmente, pela necessidade de garantir a qualidade do ensino, considerando a relação inadequada entre número de alunos e professores disponíveis. Isso permitirá um melhor aproveitamento do curso pelos alunos e um trabalho mais eficaz do corpo docente. Entre as razões que vem sendo discutidas e avaliadas no Núcleo Docente Estruturante (NDE), especialmente quando relacionados à qualidade do ensino e à gestão eficiente dos recursos educacionais, detalhamos as razões principais: **1. Baixa procura de alunos:** uma vez que a demanda inicial nas primeiras entradas atendeu a missão institucional e, conseqüentemente, tivemos dificuldade de formar a última turma, que ocorreu após 4 chamadas publicas um processo especial, baseado tão somente em entrevistas, sendo de conhecimento da PROGRAD, que conduziu esse processo. Portanto, se a procura pelo

curso é consistentemente baixa, manter um número elevado de vagas pode gerar custos desnecessários e desperdício de recursos. Reduzir as vagas para um número mais realista de alunos interessados pode otimizar o uso de salas de aula, equipamentos e materiais didáticos. Isso também evita a formação de turmas com baixa frequência, o que pode prejudicar o desenvolvimento do curso e a motivação dos alunos presentes.

2. *Relação insuficiente entre Alunos e Professores:* um número elevado de alunos por professor compromete a qualidade do ensino e a atenção individualizada que cada aluno precisa. Ressaltando que temos um número insuficiente de docentes, e por inúmeros motivos, perdemos professores que deixaram o curso, sem termos a devida recomposição do quadro docente. Logo, com mais alunos, certamente os docentes podem ter dificuldades em acompanhar o progresso individual, identificar dificuldades de aprendizagem e oferecer suporte adequado. A redução do número de alunos por turma permite que o professor dedique mais tempo a cada estudante, promovendo um aprendizado mais eficaz e personalizado.

3. *Melhoria da qualidade do ensino:* a redução de vagas, devidamente justificada pela necessidade de equilibrar o número de alunos com a capacidade de atendimento do corpo docente, pode levar a um ensino mais personalizado e eficaz; com menos alunos, os docentes podem adotar metodologias de ensino mais dinâmicas e interativas, promovendo a participação ativa dos estudantes e o desenvolvimento de habilidades mais profundas. Isso pode resultar em um aumento da satisfação dos alunos com o curso e em melhores resultados acadêmicos.

4. *Otimização de recursos:* reduzir o número de vagas pode permitir uma melhor alocação de recursos, como salas de aula, laboratório, equipamentos e materiais didáticos. Portanto, se a demanda é baixa, é mais eficiente concentrar os recursos em um número menor de alunos, garantindo que eles tenham acesso a tudo o que precisam para o aprendizado, o que vai ao encontro da política da UNIFAP de combate a evasão acadêmica. Neste sentido, a redução de vagas de 50 para 25 é uma medida necessária e estratégica para garantir a qualidade do ensino, otimizar a utilização dos recursos e promover um ambiente de aprendizado mais eficaz e personalizado para os discentes. Sendo objeto constante de debate e avaliação do NDE.

- d. **Grau:** Licenciatura em História;
- e. **Turno de Funcionamento:** A licenciatura funcionará no turno noturno, conforme Processo Seletivo e o Calendário Acadêmico.
- f. **Modalidade de ensino:** Educação Presencial
- g. **Regime de matrícula:** Semestral. A forma de organização do Regime de matrícula acadêmico é semestral e diz respeito a matrícula na série (semestre) por parte da/do discente, garantido de forma irrestrita a oferta das disciplinas e, conseqüentemente, a integralização semestral de

forma alternada. Outrossim, permite-se a matrícula em disciplinas de outro curso da UNIFAP, respeitando o crédito, a carga horária e a ementa, com anuência do Colegiado. Igualmente, a matrícula por disciplina caracteriza-se pela oferta de disciplina disponibilizada ao Curso de Licenciatura em História, observando-se o cumprimento de pré-requisitos da disciplina e o número de vagas reservadas.

- h. **Formação acadêmica conferida:** Licenciado em História
- i. **Período mínimo e máximo de integralização:** a duração do curso está diretamente relacionada a *Integralização da Matriz Curricular*, sendo o tempo mínimo de 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos e, máximo de 16 (dezesesseis) semestres ou 8 (oito) anos.
- j. **Regime de organização das aulas semanais:** Os componentes curriculares serão ofertados de maneira sequencial, com os dias letivos consecutivos, respeitando o cumprimento e término da carga horária dentro do semestre letivo, sendo a organização deliberada pelo colegiado de História e acompanhada pela coordenação.
- k. **Carga horária total do curso:** A Carga Horária (CH) compreende a **3.615 horas**, sendo que estas estão distribuídas em Carga Horária Teórica (CHT): 1.620 horas, Carga Horária Prática (CHP): 1.635 horas e 360 horas em Carga Horária de Atividade Acadêmicas de Extensão (CHAAE), que obrigatoriamente compõe a Matriz Curricular, totalizando 241 Créditos.

Em observância ao Artigo 14º da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados para a formação em nível superior dos cursos de licenciatura, observa-se:

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 880 (oitocentas e oitenta) horas dedicadas às atividades de formação geral, de acordo com o Núcleo I, de que trata o art. 13, inciso I, desta Resolução, conforme o PPC da instituição formadora;

II - 1.600 (mil e seiscentas) horas dedicadas ao estudo de aprofundamento de conhecimentos específicos, na área de formação e atuação na educação, de acordo com o Núcleo II, de que trata o art. 13, inciso II desta Resolução e conforme o PPC da instituição formadora;

III - 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão conforme Núcleo III, de que trata o art. 13, inciso III desta Resolução, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura; essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora; e

IV - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio curricular supervisionado, conforme Núcleo IV de que trata o art. 13, inciso IV desta Resolução, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, na área de formação e atuação na Educação Básica, realizadas em instituições de Educação Básica, segundo o PPC da instituição formadora.

Neste caso o Conselho Nacional de Educação fixou a carga horária mínima do curso de Licenciatura em História em 3.200 horas, devendo o currículo do curso na UNIFAP contemplar o mínimo, igualmente, a carga horaria é de 3.615 horas, para atendimento à legislação federal. Exemplificando:

4.1. ATOS LEGAIS DE CRIAÇÃO (CONSU): AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E/OU RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO:

- Ato Regulatório: Criação de Curso Presencial
- Tipo de documento: Resolução
- Nº. Documento: Nº 037/2013 – CONSU/UNIFAP.
- Data do documento: 06/11/2013
- Data de publicação: 06/11/2013
- Prazo de validade: vinculado ao Ciclo Avaliativo
- **Identificação do Coordenador do Curso:**
 Prof. Dr. Luiz Gustavo da Silva Costa. Professor de História do Brasil na Universidade Federal do Amapá / Campus Binacional do Oiapoque. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Amapá (2005). Especialista em História pela FIJ (2008), Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIFAP (2013) e Doutor em Ciência da Educação pela FICS (2025)

5. OBJETIVOS DO PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR - PPC.

5.1. OBJETIVO GERAL:

O presente PPC tem por objetivo o compromisso de formar profissionais reflexivos sobre o processo histórico, na área de Licenciatura em História, com competências e habilidades voltadas ao ensino, que é indissociável da pesquisa e da extensão, para promover a construção da criticidade

irrestrita e, também, da investigação científica no desenvolvimento educacional e histórico da sociedade, com forte presença regional no Estado do Amapá, construindo reciprocamente conhecimentos em diversos campos do pensamento humano, conforme os princípios da Política de Graduação disposta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2026)

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- I. Pensar o espaço escolar como um *lócus* de pesquisa e extensão, na qual a reflexão sobre a prática docente e o ensino também deve ser constantemente investigada e repensada a partir dos percursos curriculares;
- II. Ofertar a formação para a Licenciatura em estreita relação com o ensino de história e as políticas públicas na área da educação, por meio do vínculo com a prática profissional;
- III. Formar profissionais para o exercício do magistério nas disciplinas de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, desde que seja cumprida a exigência da LDB quanto à obrigatoriedade da licenciatura.
- IV. Habilitar profissionais capazes de conhecer as principais vertentes da História, que orientam as análises e debates historiográficos presentes nos avanços teóricos-metodológicos da ciência histórica, do Ensino de História e da Educação;

6. DIRETRIZES CURRICULARES: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE HISTÓRIA.

As diretrizes curriculares e a organização didático-pedagógica do curso de História seguem as resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, amparado nas normatizações e deliberações da Câmara de Educação Superior, conforme disposto na *Lei Nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Neste sentido, as diretrizes tem consonância na *Resolução CNE/CES Nº 13/2002*, de 13 de março de 2002 (Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História), *Parecer CNE/CES Nº 492/2001*, de 03 de abril de 2001, *Parecer CNE/CES Nº 1.363/2001*, de 25 de dezembro de 2001 e *Parecer CNE/CP Nº 28/2001*, de 02 de outubro de 2001, os quais orientam a formulação do Projeto Pedagógico Curricular do curso de Licenciatura em História; e a Resolução CNE/CP N. 04/2024.

6.1. O PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DOS EGRESSOS NA MODALIDADE LICENCIATURA.

1. *Perfil dos Formandos*

O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc.

(*Parecer CNE/CES Nº 492/2001*, de 03 de abril de 2001. HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 04/07/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.)

O Curso de Licenciatura em História se propõe a habilitar professores para a área de História dentro de um perfil profissiográfico que se caracteriza pela autonomia intelectual baseada em sólidos suportes teórico-metodológicos na produção do conhecimento, dialogando com as correntes teóricas-metodológicas da História e da historiografia internacional e brasileira. O graduado deverá estar capacitado a operar o conhecimento historiográfico, de forma a problematizar o ensino e a produzir, a partir dele, Saber Histórico.

Igualmente, o egresso do curso de Licenciatura em História deverá estar habilitado ao exercício da docência na disciplina de História, nos Ensinos Fundamental e Médio da Educação Básica, promovendo a construção, interlocução e problematização do conhecimento histórico a partir da realização de pesquisas nas principais correntes teóricas e historiográficas, operando a implementação de forma indissociável de projetos de pesquisa, ensino e extensão.

Para que esse profissional possa desenvolver seu ofício de maneira consciente e crítica, é imprescindível que tenha uma sólida formação interdisciplinar e humanista, uma postura ética coerente com os valores sociais, morais e culturais da sociedade em que vive e um preparo científico, intelectual e pedagógico próprio da sua esfera de atuação.

Nesse sentido, a expectativa é que o Licenciado em História saiba promover diálogos e inter-relações entre o ensino e a pesquisa, entre a teoria e a prática, entre memória individual, coletiva e a história como disciplina do fazer histórico e da produção do saber histórico escolar.

6.2. AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS A SEREM DESENVOLVIDAS.

2. *Competências e Habilidades*

A) Gerais:

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- b. Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;

- d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- f. Competência na utilização da informática.

(*Parecer CNE/CES Nº 492/2001*, de 03 de Abril de 2001. HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 04/07/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.)

Conforme *Parecer CNE/CES Nº 492/2001*, o graduado em licenciatura em História deverá, portanto, estar capacitado ao exercício do trabalho docente, em todas suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão, o que pressupõe um conjunto de competências e habilidades, como:

- I. Capacidade para atuar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na área de História;
- II. Compreensão do significado das produções históricas, em seus aspectos mais amplos, reconhecendo a toda a complexidade envolvida nestes processos, localizando-os no tempo e no espaço;
- III. Situar-se no tempo presente, compreendendo as contingências do mundo contemporâneo e reconhecendo as principais transformações científicas, filosóficas, sociais e históricas pelas quais os grupos humanos têm passado;
- IV. Capacidade de estabelecer relações temporais coerentes, sequenciais ou simultâneas, entre diferentes marcos históricos, reconhecendo a existência de complexas injunções de ordem cultural, econômica, política e social que sustentam e permitem a emergência de tais acontecimentos;
- V. Domínio das principais referências bibliográficas que constituem o campo do saber histórico e da educação, distinguindo-as por área teórica e por abordagem metodológica;
- VI. Habilidade de localizar, identificar, analisar e sintetizar informações a respeito de processos recentes ou do passado;
- VII. Reconhecimento de relatos históricos como formas narrativas construídas por sujeitos históricos, submetidas às determinações de vários tipos;
- VIII. Conhecimento da pluralidade de fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam múltiplas facetas da produção humana, evitando categorizações meramente redutoras e funcionais, buscando devolver aos processos históricos sua carga de complexidade e dinamicidade;
- IX. Percepção do papel das ações do sujeito nas transformações dos processos históricos, observando como se dá a relação entre a liberdade de escolha e a determinação da sociedade;
- X. Acompanhamento e participação do debate historiográfico contemporâneo, levando em consideração abordagens diversas sobre temas clássicos e contribuindo para a criação e inclusão de novos objetos de estudo;
- XI. Produção de artigos e textos acadêmicos que contribuam para a construção de conhecimento histórico em nível regional e nacional, mantendo respeito e reconhecimento a autorias intelectuais, obrigando-se a comunicar com correção a origem das informações;
- XII. Habilidade para estimular o conhecimento das sociedades pretéritas e contemporâneas, nas escalas mundial, nacional, regional e local;
- XIII. Percepção da aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos.

6.3. AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS A SEREM DESENVOLVIDAS NA LICENCIATURA.

- 2. *Competências e Habilidades*
- B) Específicas para licenciatura

- a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
 - b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.
- (*Parecer CNE/CES Nº 492/2001*, de 03 de abril de 2001. HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 04/07/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.)

Neste sentido e ao encontro do *Parecer CNE/CES Nº 492/2001* serão desenvolvidas competências e habilidades a partir dos componentes curriculares que atendam às políticas públicas voltadas para a educação básica, conforme a *Lei Nº 9.394*, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; bem como os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, uma vez que propõem reflexões sobre o ensino de História, por meio de eixos temáticos, comprometidos com o exercício da cidadania e com a construção de uma sociedade plural e democrática. Igualmente, de acordo com os objetivos do curso, e com o perfil do profissional a ser formado, espera-se que o Licenciado em História possa:

- I. Conhecer as principais correntes historiográficas da historiografia brasileira;
- II. Conhecer as variações dos processos históricos, bem como suas diferentes modalidades de combinações no tempo e no espaço;
- III. Conhecer e diferenciar as interpretações históricas propostas pelas principais escolas historiográficas, visando com isso dominar o conhecimento sobre procedimentos teórico-metodológicos e as modalidades de narrativa histórica;
- IV. Saber transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz de diferenciá-las e, sobretudo, de qualificar o que é específico do conhecimento histórico;
- V. Compreender e explicar os diferentes conceitos que formam as estruturas e relações sócio-históricas de uma dada realidade;
- VI. Operar o conhecimento historiográfico de modo a transformá-lo em Saber Histórico Escolar;
- VII. Compreender a complexidade da atividade docente, não a dissociando de seus fundamentos político-pedagógicos e da pesquisa, tanto no âmbito formal como em práticas não-formais de ensino;
- VIII. Pensar e organizar conteúdos de História de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos, a partir da realidade discente, bem como da cultura local;
- IX. Refletir sobre as questões educacionais e pedagógicas referentes ao ensino da História nos níveis Fundamental e Médio, de forma a propor projetos de intervenção na realidade escolar, capazes de permitir a educação histórica do cidadão;
- X. Transitar pelos saberes históricos e pedagógicos com competência de forma a elaborar material didático em diversas linguagens, amparados em referências teórico-metodológicas trabalhadas no curso;
- XI. Promover a educação de crianças, adolescentes e adultos no sentido amplo, incluindo, além do ensino de disciplinas escolares e o desenvolvimento cognitivo, o cuidado com aspectos afetivos, físicos, sócio-culturais, ambientais e éticos, sobretudo atuando na formação plena da cidadania;
- XII. Selecionar e usar recursos didáticos adequados e estratégias metodológicas do ensino da História de acordo com o grau de maturidade pedagógica e psicológica dos alunos.

Também é preciso observar as competências e habilidades previstas na Resolução CNE/CP N. 04/2024. A Resolução CNE/CP nº 04/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar

Básica, estabelece um conjunto de competências e habilidades que os futuros professores e professoras devem desenvolver. A Resolução infere as competências e habilidades por meio dos princípios, fundamentos e objetivos da formação docente. Dessa forma, podemos organizar as competências e habilidades esperadas nos seguintes eixos:

6.3.1. CONHECIMENTO E COMPREENSÃO PROFUNDA:

- **Domínio do Conteúdo Específico:** Capacidade de compreender e aplicar os conhecimentos específicos da área em que irá atuar (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, etc.).
- **Conhecimento Pedagógico:** Capacidade de compreender teorias e práticas de ensino e aprendizagem, de dominar estratégias de ensino e planejamento de aulas, realizar avaliação educacional e desenvolver conhecimento em gestão da sala de aula e do ambiente educativo.
- **Conhecimento do Contexto Educacional:** Capacidade de compreender o funcionamento do sistema educacional brasileiro, obter conhecimento das políticas educacionais e suas implicações, entendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de analisar e contextualizar o currículo escolar.
- **Conhecimento do Desenvolvimento Humano:** Desenvolver habilidade para a compreensão das diferentes fases do desenvolvimento dos estudantes (cognitivo, social, emocional, físico) e para identificar e atender às necessidades de aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais.

6.3.2. PRÁTICA PEDAGÓGICA E HABILIDADES DE ENSINO:

- **Planejamento e Organização:** Capacidade de planejar aulas e sequências didáticas alinhadas aos objetivos de aprendizagem e de selecionar e utilizar recursos didáticos variados e adequados.
- **Condução do Processo de Ensino-Aprendizagem:** Capacidade de domínio de metodologias de ensino diversificadas e ativas, de estimular a participação ativa e o protagonismo dos estudantes e desenvolver habilidade em gerenciar a sala de aula de forma eficaz, promovendo um ambiente de aprendizagem positivo.
- **Avaliação da Aprendizagem:** Habilidade para utilizar diferentes instrumentos e estratégias de avaliação formativa e somativa; e capacidade de interpretar resultados de avaliação para

redirecionar as práticas pedagógicas.

- **Inclusão e Diversidade:** Desenvolver habilidade para adaptar estratégias e materiais para atender às necessidades de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e ter capacidade de promover uma educação inclusiva que valorize a diversidade cultural, social, étnico-racial e de gênero.
- **Tecnologias Digitais:** Desenvolver habilidade para integrar as tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem de forma significativa e pedagógica e a capacidade para utilizar ferramentas digitais para pesquisa, produção de materiais e comunicação.

6.3.3. HABILIDADES INTERPESSOAIS E ÉTICAS:

- **Comunicação:** Desenvolver a capacidade de comunicar-se de forma clara e eficaz com estudantes, pais, colegas e demais membros da comunidade escolar e habilidade em escuta ativa e *feedback* construtivo.
- **Reflexão Crítica e Autoavaliação:** Desenvolver a capacidade de refletir sobre sua própria prática docente, identificando pontos fortes e fracos e a habilidade para buscar o aprimoramento contínuo de suas competências profissionais.
- **Compromisso Social e Ético:** Ter uma atuação pautada pela ética profissional e pelo compromisso com a formação integral dos estudantes. Desenvolver a habilidade para promover os direitos humanos, a cidadania e os valores democráticos no ambiente escolar; e a capacidade de atuar para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais, entre outras.

6.3.4. PESQUISA E FORMAÇÃO CONTINUADA:

- **Pesquisa na Prática Pedagógica:** Desenvolver a capacidade de investigar e analisar sua própria prática e a realidade educacional; e a habilidade para buscar informações e produzir conhecimento relevante para o campo da educação.
- **Desenvolvimento Profissional Contínuo:** Reconhecer a importância da formação continuada e da atualização constante; e ter habilidade para participar de cursos, seminários e outras ações que contribuam para seu crescimento profissional.

O desenvolvimento das competências e habilidades específicas, como objetivo do ensino da História, procurará superar a “passividade” das/dos alunos(as) frente à realidade social e ao próprio conhecimento, possibilitando a compreensão da lógica dessa realidade e da construção do conhecimento, haja vista a necessidade de aproximar as competências com os *Parâmetros Curriculares Nacionais de História*, que envolvem três eixos: a representação e comunicação, a investigação e compreensão; e a contextualização sociocultural.

Do ponto de vista da representação e comunicação, a/o aluno deverá criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção; bem como produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos, a partir de categorias e procedimentos próprios do discurso historiográfico.

Em relação à investigação e compreensão, o aluno deverá compreender e relativizar as diversas concepções de tempo e as diversas formas de periodização do tempo cronológico, reconhecendo-as como construções culturais e históricas; bem como nos estudos dos processos históricos estabelecer relações entre continuidade/permanência e ruptura/transformação. Permitindo assim, construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos, simultaneamente, como sujeito e como produto dos mesmos. Atuando sobre os processos de construção da memória social, partindo da crítica dos diversos “lugares de memória” socialmente instituídos.

Por fim, sobre a contextualização sociocultural, a/o aluno(a) deverá considerar as produções culturais nos contextos sociais de sua elaboração e utilização, situando as diversas produções da cultura – as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências, as tecnologias e outras manifestações sociais – nos contextos históricos de sua constituição e significação, relacionando os acontecimentos do passado, em suas singularidades, a outros acontecimentos de seu tempo presente, situando os momentos históricos nos diversos ritmos da duração e nas relações de sucessão e/ou de simultaneidade.

Por tudo isso, a/o aluno(a) deverá questionar a realidade social em que está inserido(a), no sentido de estabelecer relações de diferença e semelhança, mudança e permanência entre as problemáticas identificadas e as questões vivenciadas por outros sujeitos, comparando as problemáticas atuais e de outros momentos históricos, permitindo ultrapassar a posição de espectador(a) passivo(a) diante da vida coletiva, posicionando-se diante de evidências presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado.

7. A ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA:

3. Estruturação dos Cursos

Os colegiados das instituições deverão estruturar seus cursos, programas, disciplinas, áreas, setores ou outras modalidades, de acordo com seus objetivos específicos, assegurada a plena formação do historiador. Deverão incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado. O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

(*Parecer CNE/CES Nº 492/2001*, de 03 de abril de 2001. HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 04/07/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.)

Ressalta-se que o curso se encontra registrado no cadastro das Instituições de Educação Superior no sistema E-MEC, do Ministério da Educação:

Ato Regulatório: Curso Existente Presencial
 Código do curso: 1270474
 Tipo de Documento: Resolução Nº 037/2013 – CONSU/UNIFAP.
 Data do Documento: 06/11/2013.
 No. Parecer /Despacho: Portaria CGCIES/MEC
 Prazo de validade: vinculado ao ciclo avaliativo.
 No. Documento: Portaria 37 de 06/11/2013
 Data do despacho: 04/12/2013
 Modalidade: Presencial.
 Local de funcionamento: Campus Binacional.

O ingresso discente no Curso de Licenciatura em História ocorrerá nos termos do Art. 108, do Regimento Geral da UNIFAP:

Art. 108. O ingresso discente nos diversos cursos da UNIFAP dar-se-á:
 I. por processo seletivo;
 II. por transferência, na forma da legislação pertinente;
 III. para preenchimento de vagas remanescentes dos processos seletivos aos portadores de diploma de nível superior;
 IV. para complementação de estudos, observada a legislação pertinente; e
 V. por convênio ou acordo cultural internacional.
 (*Resolução Nº 09/2002 – CONSU/UNIFAP*, de 29 de abril de 2002).

Outrossim, no *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação* (revisado em setembro de 2010) utilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ainda que omissivo, possibilita-nos refletir sobre o assunto.

- a) No Indicador 1.6 (número de vagas), observa-se a atribuição de conceitos sobre o número de vagas ofertadas e a correspondência com a dimensão do corpo docente, bem como as condições de infraestrutura da IES.

- b) No Indicador 2.10 (Número de vagas anuais autorizadas por “docente equivalente a tempo Integral”), observa-se a atribuição de conceitos sobre a relação entre o número de vagas anuais autorizadas e o número docente equivalente a tempo integral, variando no máximo de 35/1 a 20/1.
- c) No Indicador 2.11 (Alunos por turma em disciplina teórica), observa-se a atribuição de conceitos sobre “o número de alunos por turma em disciplina teórica”, variando no máximo de 80/1 a 50/1.
- d) No Indicador 3.3 (sala de aula), observa-se a atribuição de conceitos quando “as salas de aula do curso estão equipadas” e atendem, (in)suficientemente, “aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida”.

Portando, os consultores do Inep, nos processos de avaliação *in loco*, avaliaram se as “condições de infraestrutura [...] em uma análise sistêmica e global” são adequadas ao número de vagas existentes, podendo analisar se as dimensões das salas para aulas expositivas ou teóricas e para as atividades práticas são adequadas à quantidade de alunos por turma. Assim, os avaliadores do Inep formarão o seu juízo de valor, na atribuição dos conceitos a partir dos indicadores apontados.

Neste sentido, a quantidade de alunos por turma, em aulas teóricas ou expositivas e nas atividades práticas, contempladas no PPC (a lei do curso), de acordo com componentes curriculares, em quantitativo busca facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Por tudo isso, o Colegiado de História assim se posiciona:

- a) **Número de vagas:** 25 (vinte e cinco) vagas para a Licenciatura em História por turma anualmente.
- b) **Turno de funcionamento:** A licenciatura funcionará no turno noturno.
- c) **Forma de oferta:** Regular (Semestral/Modular), a critério da deliberação do Colegiado de História e, em observância às deliberações das instâncias superiores.
- d) **Forma de organização:** Regime Acadêmico Semestral. A matrícula é na série (semestre) e, não na disciplina. Igualmente, a matrícula por disciplina caracteriza-se pela oferta de disciplina pelo Colegiado de História, observando-se o cumprimento de pré-requisitos da disciplina e o número de vagas reservadas.

Sobre o Calendário Acadêmico a oferta das atividades previstas neste PPC, dar-se-á no nos termos do Capítulo I, *Do Ano Letivo e Do Calendário Acadêmico*, do Regimento Geral da UNIFAP; observando-se os Artigos 105, 106 e 107, garantindo-se o cumprimento irrestrito dos 200 (duzentos) dias letivos e horas-aula estabelecidos no *Calendário Acadêmico*, que é aprovado e homologado anualmente pelo *Conselho Superior Universitário* (CONSU); bem como a autonomia deliberativa do *Colegiado de História* na elaboração do calendário específico do curso de História:

Art. 105. O ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º. O CONSU aprovará, anualmente, o calendário acadêmico, por proposta do DERCA em conjunto com as Pró-Reitorias, sendo passível de alteração sempre que necessário.

§ 2º. Aprovado o calendário acadêmico, deverão os Colegiados de Curso elaborar os seus calendários específicos.

Art. 106. O ano letivo admitirá período especial de aulas para atender as excepcionalidades. Parágrafo Único - O período letivo especial será definido pelo Colegiado de Curso, com a aprovação do respectivo Conselho Departamental, devendo ser a COEG comunicada da excepcionalidade.

Art. 107. A duração do ano letivo e o cumprimento do limite de carga horária serão acompanhados pelos respectivos Coordenações de Curso.

(Resolução Nº 09/2002 – CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002).

A oferta dos componentes curriculares do curso de Licenciatura em História ocorrerá dentro do Calendário Acadêmico aprovado pelo CONSU, garantido o cumprimento do Art. 15. Outrossim, a oferta dos componentes curriculares e, respectiva organização do semestre letivo dentro do ano regular, é atribuição exclusiva do Colegiado do Curso – com parecer do Núcleo Docente Estruturante –, nos termos do Art. 15, § 2º, que define a competência do Colegiado na elaboração do calendário específico do curso: “§ 2º. Aprovado o calendário acadêmico, deverão os Colegiados de Curso elaborar os seus calendários específicos”.

A organização das aulas semanais é componente integrante do Calendário Acadêmico aprovado pelo Colegiado do Curso. Os componentes curriculares serão ofertados de maneira sequencial com os dias letivos consecutivos respeitando o cumprimento da carga horária dentro do semestre letivo sendo a organização deliberada pelo colegiado de História e acompanhada pelo Núcleo Docente Estruturante e a Coordenação.

Será conferido o título de *Licenciado em História* ao formando, observando-se o cumprimento da duração, carga-horária e créditos. A duração do curso de Licenciatura em História será de no mínimo 8 (oito) semestres, conforme *Integralização da Matriz Curricular* de 3.615 (três mil seiscentos e quinze) horas/relógio e 241 (duzentos e quarenta e um) créditos, sendo o tempo máximo para integralização de 16 (dezesesseis) semestres.

Por fim, a estrutura do curso, programas e componentes curriculares, de acordo com os objetivos assegurará ao graduado a plena formação de historiador, conforme dispõe a Matriz

Curricular. Os componentes curriculares presentes na Matriz Curricular dizem respeito ao conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas que devem ser cursadas pelos discentes, conforme o Núcleo de Formação, sendo 3.615 horas, sendo que estas estão distribuídas em Carga Horária Teórica (CHT): 1.620 horas, Carga Horária Prática (CHP): 1.635 horas e 360 horas em Carga Horária de Atividade Acadêmicas de Extensão (CHAAE), que obrigatoriamente compõe a Matriz Curricular, totalizando 241 Créditos.

Conforme Matriz Curricular, a formação da/do licenciado(a) em História abrange o próprio conhecimento histórico, no sentido de ampliar estudos sobre as problemáticas contemporâneas, nas diversas temporalidades, servindo como arcabouço para a reflexão sobre possibilidades e/ou necessidades de mudanças e/ou continuidades. Em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica - Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 - a Licenciatura em História deve:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Escolar Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício das funções de magistério na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância, Educação Escolar Quilombola e Educação Bilíngue de Surdos), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger mais de um campo específico e/ou interdisciplinar.

§ 1º A formação inicial de profissionais de magistério de que trata o caput deve garantir a compreensão ampla e contextualizada da educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação da proposta pedagógica das instituições de Educação Básica, com a finalidade de garantir os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, a gestão democrática da escola e dos sistemas de ensino e os processos de avaliação institucional orientados para a melhoria contínua da qualidade da oferta educativa.

§ 3º A formação inicial de profissionais do magistério da Educação Básica deverá considerar a integralidade do sujeito em formação e do próprio fenômeno educativo, articulando as dimensões científica, estética, técnica e ético-política inerentes aos processos pedagógicos. (Parecer CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024).

O curso de Licenciatura em História também contempla a estrutura curricular estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Dessa forma os/as estudantes de Licenciatura estarão qualificados/as para o exercício da docência e abordar temas como: compreensão do tempo histórico; diversidade cultural e social; relação entre local, regional, nacional e global; fontes históricas; construção da cidadania e direitos humanos; história do Brasil e história geral.

Por isso, os componentes curriculares (disciplinas) da área de História devem ser entendidos no interior da formação de uma cultura educacional e do perfil da/do egresso(a), uma vez que no conhecimento histórico escolar, os currículos atuais são indicativos das transformações paradigmáticas do campo que envolve o conhecimento histórico como um todo, conforme defende os *Parâmetros Curriculares Nacionais de História*.

7.1. OS CONTEÚDOS CURRICULARES.

4. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos básicos e complementares da área de História se organizam em torno de:

1. Conteúdos histórico/historiográficos e práticas de pesquisa que, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, definem e problematizam os grandes recortes espaço-temporais.
2. Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada instituição e dos profissionais que nelas atuam. As instituições devem assegurar que o graduando possa realizar atividades acadêmicas optativas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento.
3. Conteúdos complementares que forneçam instrumentação mínima, permitindo a diferenciação de profissionais da área, tais como: atividades pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, necessariamente acompanhadas de estágio.

No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

(*Parecer CNE/CES Nº 492/2001*, de 03 de abril de 2001. HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 04/07/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.)

A Matriz Curricular do Curso de História tem 2 (dois) núcleos curriculares o “Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica” e o “Núcleo de Formação Docente”; permitindo ao longo do curso a totalização de 3.615 horas, sendo que estas estão distribuídas em Carga Horária Teórica (CHT): 1.620 horas, Carga Horária Prática (CHP): 1.635 horas e 360 horas em Carga Horária de Atividade Acadêmicas de Extensão (CHAAE), que obrigatoriamente compõe a Matriz Curricular, totalizando 241 Créditos.

Em observância ao perfil do egresso e dos objetivos, ressalta-se que a Carga Horária Prática (CHP) compreende a necessidade de atividades acadêmicas desenvolvidas pelo corpo docente nos componentes curriculares (disciplinas), obrigatoriamente nas linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e extensão e grupos de pesquisa, inter-relacionando com o tripé universitário da pesquisa-ensino-extensão.

Integralização da Matriz Curricular	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
A) Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica	1560	1170	390	--	104
B) Núcleo de Formação Docente	2055	450	1245	360	137
Total	3615	1620	1635	360	241

Neste sentido, os *Núcleos Curriculares* encontram-se devidamente sistematizados no sentido de atender a política de graduação institucional da UNIFAP, a Diretriz Curricular Nacional, o perfil do egresso na modalidade licenciatura e os objetivos do PPC, conforme *Fluxograma da Matriz Curricular*:

7.2 JUSTIFICATIVA PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA:

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 estabelece que a formação inicial de professores da Educação Básica deve articular sólida fundamentação teórico-metodológica, aprofundamento dos conteúdos específicos e integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas sociais e educacionais contemporâneas. Nesse contexto, justifica-se a criação de um **Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica**, estruturado em quatro eixos: (1) Teoria e Metodologia; (2) História Geral e das Américas; (3) História do Brasil e (4) Optativas.

Esse núcleo é fundamental para assegurar a organicidade entre a base epistemológica e a prática pedagógica, formando licenciados capazes de compreender os processos históricos em múltiplas escalas, desenvolver análise crítica das fontes e refletir sobre a escrita da História. A presença articulada de **Teoria e Metodologia** garante a apropriação dos referenciais historiográficos e dos debates epistemológicos, imprescindíveis à docência crítica e reflexiva. O eixo de **História Geral e das Américas** promove a contextualização do Brasil nas dinâmicas globais e regionais, possibilitando leituras comparadas e transnacionais. Já o eixo de **História do Brasil, Amazônia e Amapá** atende às especificidades regionais, conforme determina a Resolução, que orienta a valorização da diversidade sociocultural, étnico-racial e ambiental no processo formativo.

A transversalidade é assegurada pela incorporação sistemática de **história das mulheres, educação em direitos humanos, história e cultura afro-brasileira e africana, educação ambiental, cultura indígena e relações étnico-raciais**. Esses temas respondem ao disposto nos artigos 4º, 5º e 10º da Resolução, que exigem a formação docente voltada à equidade, à valorização da diversidade, ao enfrentamento das desigualdades estruturais e à construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

Assim, o Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica não apenas cumpre as exigências legais e normativas, mas se constitui em espaço estratégico de integração entre teoria e prática, ciência e docência, tradição disciplinar e inovação pedagógica. Sua implementação é condição necessária para garantir que os futuros licenciados em História possam atuar com competência científica, sensibilidade social e compromisso ético-político frente aos desafios da Educação Básica e às demandas do contexto amazônico e nacional.

FLUXOGRAMA DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA

1. Nucleação de Teoria e Metodologia	a	2. Nucleação de História Geral e Américas	a	3. Nucleação de História do Brasil	a	4. Nucleação de História: Optativas
Introdução aos Estudos Históricos		História Antiga		História do Brasil I		Arqueologia
Metodologia da Pesquisa em História		História Medieval		História do Brasil II		Ensino de História e o Livro Didático
Metodologia do Ensino da História		História Moderna		História do Brasil Contemporâneo		História e Educação Ambiental
Teoria da História I		História da América I		História da Amazônia I		História e Literatura
Teoria da História II		História da América II		História da Amazônia II		História, Memória e Oralidade
		História Contemporânea I		História do Amapá		Museologia e Patrimônio Cultural
		História Contemporânea II		História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas		Representações e Imaginários Amazônicos
		História das Mulheres		História e Cultura Indígena		Território, Fronteira e Globalização
		Educação em Direitos Humanos		Educação das Relações Étnico-Raciais		Memória, Identidades e História Oral

A) NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA:

A) Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
1. Nucleação de Teoria e Metodologia	300	225	75	--	20
2. Nucleação de História Geral e Américas	540	405	135	--	36
3. Nucleação de História do Brasil	540	405	135	--	36
4. Nucleação de História: Optativas	180	135	45	--	12
Total	1560	1170	390	--	104

O *Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica* habilitará o licenciado nas principais vertentes da história, orientando o graduado nos debates historiográficos presentes no ensino de história. Paralelamente, esse núcleo possibilitará a reflexão sobre a pesquisa, a prática docente e o ensino a partir dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de História*.

Esse núcleo de formação possibilitará uma sólida e reflexiva capacidade para atuar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na área de História. Permitindo interlocução com as produções históricas, análises e inter-relações de tempo e espaço presentes no processo histórico, com a pluralidade de ações de sujeitos sociais na construção e produção de conhecimentos voltados para o saber histórico escolar. Logo, o núcleo foi sistematizado em 4 (quatro) nucleações de formação:

1. Nucleação de Teoria e Metodologia.

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0102	Introdução aos Estudos Históricos	60	45	15	--	4
DIRG0137	Metodologia da Pesquisa em História	60	45	15	--	4
DIRG0110	Metodologia do Ensino da História	60	45	15	--	4
DIRG0124	Teoria da História I	60	45	15	--	4
DIRG0133	Teoria da História II	60	45	15	--	4
	Total	300	225	75	--	20

A *Nucleação de Estudos de Teoria e Metodologia* procura compreender a construção da ciência moderna a partir da *Introdução aos Estudos Históricos*, permitindo apreender a história como ciência e na iniciação do ofício, bem como conceitos específicos da profissão, como tempo, espaço, historiografia, processos, experiências, entre outros. Além disso, permite o estudo dos fundamentos da pesquisa e da escrita da História: teoria e método.

Além do mais, a *Nucleação de Estudos de Teoria e Metodologia* permitirá à/ao discente dialogar com as correntes teóricas da História (história social, micro história, movimento ou escola dos *Annales* e a história Cultural, por exemplo), uma vez que na disciplina *Teoria da História* a/o discente aprofundará o diálogo sobre o ofício do historiador com problemáticas da história como ciência da mudança e da transformação da realidade empírica. Essa reflexão integrada com a *Metodologia do Ensino de História* permitirá pensar a prática didática do ensino de História e do saber fazer, próprios da formação da/do professor(a) de história, conforme propõe os *Parâmetros Curriculares Nacionais de História*.

Fundamentalmente, em *Metodologia da Pesquisa em História*, a formação permitirá debater o conhecimento científico, a construção e estrutura dos trabalhos acadêmicos por meio das normas técnicas da *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT), bem como a orientação e instrumentalização da pesquisa, reforçando as possibilidades de investigação envolvendo fontes, métodos e técnicas da pesquisa histórica, haja vista a obrigatoriedade da construção do projeto de pesquisa. Lembrando ainda que esse componente curricular é requisito obrigatório (aprovação) para cursar a disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso* (TCC I), determinando assim a formação dentro do *Nucleação de Estudos de Teoria e Metodologia*, voltados para os processos de aprendizagem e aprofundamento dos conteúdos específicos; por isso, corrobora a maturidade na formação discente ao cursar a *Metodologia da Pesquisa em História*, uma vez que o graduando tem na construção do Projeto de Pesquisa um leque de possibilidade para dialogar com a historiografia e as experiências metodológicas sobre determinado objeto de estudo.

Essa reflexão integrada com a *Metodologia do Ensino de História* permitirá pensar a prática didática do ensino de História e do saber fazer, próprios da formação do professor de história, conforme propõe os *Parâmetros Curriculares Nacionais de História*.

2. NUCLEAÇÃO DE HISTÓRIA GERAL E AMÉRICAS.

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0133	História Antiga	60	45	15	--	4
DIRG0109	História Medieval	60	45	15	--	4
DIRG0116	História Moderna	60	45	15	--	4
DIRG0117	História das Américas I	60	45	15	--	4
DIRG0129	História das Américas II	60	45	15	--	4
DIRG0131	História Contemporânea I	60	45	15	--	4
DIRG0132	História Contemporânea II	60	45	15	--	4
DIRG0126	História das Mulheres	60	45	15	--	4
DIRG0138	Educação em Direitos Humanos	60	45	15	--	4
	Total	540	405	135	--	36

O Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica tem na Nucleação de História Geral e Américas, o estudo de componentes clássicos e essenciais na formação da/do graduando, pois os componentes curriculares além de encontrar consonância no PCNs, também desenvolveram habilidade e competências sobre *História Antiga*. A perspectiva desses componentes curriculares direciona ao debate das principais concepções sobre a formação da humanidade e a questão do ofício da/do historiador(a), permitindo dialogar com a historiografia das primeiras grandes culturas referentes à Antiguidade Clássica (greco-romana).

Por outro lado, nas disciplinas *História Medieval*, observa-se elementos de continuidade e, também, de rupturas que marcam essa transição da história Antiga para a Medieval, principalmente a partir das transformações ocorridas no mundo romano (DC. 300-600) e a constituição dos reinos romano-germânicos; igualmente, engendra-se assim a organização eclesiástica e a formação dos senhorios na Europa, bem como o pensamento escolástico e, conseqüentemente, o paradigma com o humanismo em fins da Idade Média.

A necessidade de apreender a antiguidade e medievalidade, próprias da periodização francesa do século XVIII, reforça a construção dos tempos modernos. Por isso, em *História Moderna* o racionalismo evidencia as tensões com a mentalidade tomista-escolástica, como exemplo as reformas religiosas. O mundo moderno emerge com força nesses componentes curriculares, sendo características marcantes as revoluções burguesas, a crítica iluminista, o processo de industrialização e a transformação do mundo europeu.

Por conseguinte, em *História das Américas II* a contemporaneidade engendrada, ainda no século XIX, dos processos históricos ocorridos no continente americano concentra a análise na historiográfica de temáticas caras na formação docente, como os sistemas liberais oligárquicos na América Latina, a Revolução Mexicana, o estado Populista, a revolução Cubana, os regimes militares na América Latina, a Contracultura e o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos; bem como a contemporaneidade americana na Guerra Fria nas Américas e a América Latina no século XXI.

Após essa diversidade presente nos tempos modernos e integrada com outros componentes curriculares, a/o discente tem na formação de *História Contemporânea I e II* a reflexão sobre a *Era das Revoluções* e seus reflexos no mundo; destacando o liberalismo e o imperialismo e emergência de uma nova ordem mundial na passagem dos séculos XX para o XXI. Essa contemporaneidade tem características singulares e profundas, com as guerras mundiais, o totalitarismo e movimentos sociais: feminismo, pacifismo e ambientalismo. Em consonância com os debates da contemporaneidade, a disciplina História das Mulheres permite análises sobre a participação das mulheres nos processos históricos, ensino de História e estudos de gênero, entre outras temáticas. Permitindo amplo diálogo com a historiografia.

Após essa diversidade presente nos tempos modernos e integrada com outros componentes curriculares, o discente tem na formação de *História Contemporânea I e II* a reflexão sobre a *Era das Revoluções* e seus reflexos no mundo; destacando o liberalismo e o imperialismo e emergência de uma nova ordem mundial na passagem do século XX para o XXI.

A Educação em Direitos Humanos (EDH) no Brasil é um direito garantido por diversas leis e diretrizes, buscando integrar a promoção e a defesa dos direitos humanos na educação formal e não formal. O objetivo é formar cidadãos conscientes e atuantes, capazes de promover uma cultura de respeito e igualdade., com base na Legislação e Diretrizes: a) a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB - Lei nº 9.394/96): a LDB estabelece que a educação abrange diversos processos formativos, incluindo a convivência humana e as instituições de ensino, o que inclui a ED; b) o **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**, definindo a EDH como um processo sistemático e multidimensional, buscando articular conhecimentos, valores, atitudes e práticas sociais que promovam a cultura dos direitos humanos; c) as **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012)**, em que a EDH deve orientar a formação de todos os profissionais da educação e ser um componente curricular obrigatório nos cursos de formação; d) além de outras **Leis e Decretos**: Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que também abordam a temática e fundamentam a EDH.

A EDH busca formar cidadãos capazes de exercer seus direitos e deveres de forma plena e responsável na sociedade, sendo um processo contínuo e global que visa promover uma cultura de

respeito à dignidade humana, através da conscientização, valorização e prática dos direitos humanos em todos os níveis da sociedade. Ela envolve a compreensão dos direitos, a formação de atitudes e valores condizentes com a cultura dos direitos humanos e a ação em prol da sua promoção e defesa. Buscando uma mudança cultural profunda, envolvendo a mudança de mentalidades, atitudes e comportamentos. Por isso, se articula em três eixos principais: Educação sobre direitos humanos; Educação para os direitos humanos; e Educação nos direitos humanos. Eixos norteadores na formação de cidadãos conscientes, na prevenção da violência e da discriminação, na promoção da democracia, no fortalecimento da cultura de direitos humanos. Uma vez incorporada no currículo formativo do discente, promovendo práticas pedagógicas inovadoras, acreditamos numa gestão que criará um ambiente escolar seguro, acolhedor e promotor da cultura de direitos humanos, que vai ao encontro do PNEDH.

3. NUCLEAÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0118	História do Brasil I	60	45	15	--	4
DIRG0127	História do Brasil II	60	45	15	--	4
DIRG0136	História do Brasil Contemporâneo	60	45	15	--	4
DIRG0119	História da Amazônia I	60	45	15	--	4
DIRG0128	História da Amazônia II	60	45	15	--	4
DIRG0134	História do Amapá	60	35	10	--	3
DIRG0125	História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas	60	45	15	--	4
DIRG0130	História e Cultura Indígena	60	45	15	--	4
DIRG0135	Educação das Relações Étnico-Raciais	60	45	15	--	4
	Total	540	405	135	--	36

A *Nucleação de História do Brasil* compreende apreender o campo profícuo da historiografia nacional e os diferentes conceitos que formam as estruturas da sociedade brasileira.

Por isso, a partir do componente *História do Brasil I*, voltado para a consideração das análises sobre a formação da sociedade colonial na América Portuguesa, como a organização do espaço, o trabalho indígena e africano e as experiências do Brasil colonial. Consequentemente, em *História do Brasil II*, voltada para a consideração das análises sobre a formação da sociedade nacional, a/o graduando(a) estudará a complexidade de temas na formação da nação brasileira presentes no processo da Independência e as estruturas sociais e culturais do Império.

A partir de *História do Brasil Contemporâneo*, voltada para a consideração das análises sobre a formação do universo republicano e do universo político brasileiro na contemporaneidade. Logo, a/o graduando(a) desenvolverá habilidades referentes à formação do Estado republicano no Brasil, os

movimentos sociais (sociedade civil, conflitos, associativismo e mediações), os militares, operários e trabalhadores urbanos e rurais. Além da redemocratização no Brasil de 1946, os governos militares e a redemocratização pós-governos militares, bem como o debate na nova república.

Encadeado a esses componentes e, também, integrados no debate historiográfico, temos o estudo de *História da Amazônia I e II*. No primeiro momento, observa-se os estudos sobre as estratégias políticas de uma Corte distante, a Amazônia Colonial e Imperial, a saga pela dominação das Terras do Cabo Norte no relato de viajantes e o Amapá no contexto do projeto colonial português. No segundo momento, apreende-se a historiografia da Amazônia a partir do século XIX e os conflitos na Costa Setentrional do Grão-Pará, a expansão econômica na Amazônia com a sociedade da borracha na *belleépoque*; a política do Território Federal do Amapá e do Estado do Amapá e a Amazônia no planejamento da economia nacional, referente às grandes empresas agropecuárias e mineradoras e o meio ambiente.

Importante salientar a especificidade do PPC referente a inserção da UNIFAP em atender demandas locais, por isso em *História do Amapá* o debate recupera o diálogo das terras do Cabo Norte no relato de viajantes e o Amapá no contexto do projeto colonial português, com ênfase para a historiografia amapaense, que tem debatido: fronteira, colonização e conflitos na Costa Setentrional do Grão-Pará e intervenção econômica e política da segunda metade do século XX com ênfase nas bases de organização econômica e política do Território Federal do Amapá e do Estado do Amapá.

Ainda nessa nucleação e, em observância a Lei nº 11.645, de 10/03/2008, que designa diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Neste sentido, as disciplinas *História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas e História e Cultura Indígena* são componentes curriculares obrigatórias e procuram desenvolver o estudo da historiografia africana e afro-brasileira, destacando a presença de negros e índios na formação da sociedade colonial e, posteriormente, brasileira.

A Educação das Relações Étnico-Raciais é uma ação educacional que visa promover a igualdade racial e o respeito à diversidade cultural, especialmente nas escolas. Ela busca desconstruir preconceitos, valorizar a história e a cultura afro-brasileira e indígena, e construir um ambiente escolar mais justo e inclusivo no ambiente escolar, seja nas práticas de ensino, seja no estágio curricular supervisionado, fortalecendo a prática pedagógica até a relação entre alunos, professores e a comunidade. Logo, esse componente curricular envolve: a) reconhecimento e valorização da diversidade e da pluralidade nas culturas afro-brasileira e indígena; b) desconstrução de preconceitos e estereótipos no combate ao racismo e a discriminação; c) inclusão da história e cultura afro-

brasileira e indígena no currículo escolar; d) formação de educadores que estejam preparados para lidar com as questões étnico-raciais, promovendo um ambiente escolar acolhedor e justo.

Por tudo isso, Educação das Relações Étnico-Raciais contribuirá na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, visando a promoção, o bem-estar e a autoestima dos alunos. Formando cidadãos conscientes e críticos, além de atender o cumprimento da Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação Básica.

4. NUCLEAÇÃO DE HISTÓRIA: OPTATIVAS

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0158	Arqueologia	60	45	15	--	4
DIRG0159	Ensino de História e o Livro Didático	60	45	15	--	4
DIRG0161	História e Educação Ambiental	60	45	15	--	4
DIRG0160	História e Literatura	60	45	15	--	4
DIRG0164	História, Memória e Oralidade	60	45	15	--	4
DIRG0165	Museologia e Patrimônio Cultural	60	45	15	--	4
DIRG0168	Representações e Imaginários Amazônicos	60	45	15	--	4
DIRG0169	Território, Fronteira e Globalização	60	45	15	--	4
DIRG0162	Memória, Identidades e História Oral	60	45	15	--	4
	Total	180	135	45	--	12

Na *Nucleação de História: Optativas*, obrigatoriamente, o discente deverá cursar 3 (três) disciplinas optativas, totalizando a Carga Horária (CH) mínima de 180 horas e 12 Créditos de componentes curriculares na *Nucleação de História: Optativas*. As disciplinas abordam temáticas variadas e estão relacionadas às atividades de pesquisa e extensão dos professores do Colegiado de História e, também, como forma de ofertar e atender demandas de outros cursos.

Na Matriz Curricular a oferta dos componentes curriculares – *Optativa I*, *Optativa II* e *Optativa III* – ocorrerá por meio de deliberação do Colegiado de História, que ofertará até 3 (três) disciplinas no respectivo semestre. Assim, as/os discentes poderão escolher as opções de oferta e, consequentemente, efetuar a matrícula na(s) disciplina(s).

Ressaltando que as disciplinas optativas se distribuem ao longo do percurso curricular da Licenciatura ao par e ao passo das disciplinas do *Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica* e *Núcleo de Formação Docente*.

7.3. JUSTIFICATIVA PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE:

No âmbito da licenciatura em História, conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, a estruturação de um Núcleo de Formação Docente se justifica como eixo transversal e articulador da matriz curricular, visando assegurar a coerência e a integração entre os diferentes componentes formativos e articulada à especificidade da licenciatura em História. Esse núcleo organiza-se nas seguintes nucleações:

1. **Nucleação Básica da Licenciatura:** fundamenta a formação geral do licenciando, oferecendo base teórico-metodológica sólida para compreender a educação como processo histórico, social e cultural. Ao integrar fundamentos filosóficos, epistemológicos e pedagógicos, promove o desenvolvimento crítico sobre a função social da História no currículo escolar e sua relação com a cidadania e a democracia.

2. **Prática de Ensino em História:** a prática, prevista como eixo estruturante das Diretrizes Curriculares, deve perpassar toda a formação, aproximando o licenciando dos contextos reais da escola básica. No caso da História, isso implica exercitar metodologias de ensino críticas e criativas, capazes de dialogar com a diversidade cultural, étnico-racial e social, e enfrentar as desigualdades educacionais que marcam o espaço escolar.

3. **Estágio Curricular Supervisionado em História:** conforme a Resolução acima, o estágio constitui-se em ponte entre a formação acadêmica e a prática profissional, sendo progressivo e acompanhado por supervisores. No campo da História, permite que o licenciando vivencie os desafios concretos da docência, desenvolvendo competências relacionadas à transposição didática dos conteúdos históricos, à elaboração de materiais pedagógicos e à gestão do processo de ensino-aprendizagem.

4. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):** o TCC é elemento integrador de pesquisa e prática, possibilitando ao licenciando desenvolver investigação sobre temas históricos ou sobre o ensino da História, consolidando sua identidade profissional e seu compromisso com a produção e a aplicação de conhecimentos científicos na área educacional.

5. **Atividades Complementares:** contribuem para a ampliação da formação cultural, acadêmica e científica, favorecendo a autonomia intelectual e o contato com múltiplas linguagens e espaços de aprendizagem, como museus, arquivos, centros de memória e instituições culturais, fundamentais ao exercício da docência em História.

6. **Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE):** previstas na Resolução como práticas vinculadas ao curso, as AAE's possibilitam a inserção do licenciando em projetos que articulam universidade e escola básica, estimulando o protagonismo discente e o diálogo com a comunidade

escolar. Na História, esse vínculo fortalece a função social do ensino histórico, contribuindo para a valorização da memória, do patrimônio e da diversidade cultural.

Assim, o **Núcleo de Formação Docente** configura-se como requisito essencial para a coerência pedagógica e acadêmica do curso de Licenciatura em História, garantindo a transversalidade entre os núcleos estruturantes previstos na Resolução CNE/CP nº 4/2024 (formação geral, aprofundamento de conteúdos específicos, extensão e estágio curricular supervisionado) e a especificidade da prática docente em História.

A organização proposta permite compreender a educação como processo contínuo, emancipatório e permanente, em que a formação inicial constitui etapa decisiva, mas articulada à formação continuada. Dessa forma, assegura-se que o futuro professor de História atue com competência científica, responsabilidade social e compromisso ético-político, apto a enfrentar os desafios da escola contemporânea e a contribuir para uma sociedade democrática, justa e inclusiva.

FLUXOGRAMA DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE

1. Nucleação Básica da Licenciatura	2. Nucleação de Prática de Ensino em História	3. Nucleação de Estágio Curricular Supervisionado em História	4. Nucleação de Trabalho de Conclusão de Curso	5. Nucleação de Atividades Complementares	6. Nucleação de Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE
Didática Geral	Prática de Ensino em História I: Meio Ambiente, Patrimônio e Arqueologia	Estágio Curricular Supervisionado em História I	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	Atividades Complementares	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE I
Educação Inclusiva e Acessibilidade	Prática de Ensino em História II: História Antiga e Medieval	Estágio Curricular Supervisionado em História II	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II		Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE II
História e Antropologia	Prática de Ensino em História III: História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas	Estágio Curricular Supervisionado em História III			Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE III
História e Filosofia	Prática de Ensino em História IV: História Moderna e Contemporânea				Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE IV
História e Sociologia	Prática de Ensino em História V: História das Américas e Brasil				Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE V
POLEB	Prática de Ensino em História VI: História da Amazônia e Amapá				Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VI
LIBRAS					Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VII
Psicologia da Educação					

B) NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE:

B) Núcleo de Formação Docente	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
1. Nucleação Básica da Licenciatura	480	360	120	--	32
2. Nucleação de Prática de Ensino em História	450	--	450	--	30
3. Nucleação de Estágio Curricular Supervisionado em História	405	--	405	--	27
4. Nucleação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	150	90	60	--	10
5. Nucleação de Atividades Complementares	210	--	210	--	14
6. Nucleação de Atividade Acadêmicas de Extensão	360	--	--	360	24
Total	2055	450	1245	360	137

Concomitantemente, o *Núcleo de Formação Docente* habilitará os componentes curriculares básicos e complementares da prática profissional do licenciado em História, permitindo a verticalidade e abordagens históricas, em diferentes matrizes didáticas, acadêmicas e científicas voltadas para o exercício pedagógico na educação básica.

Esse núcleo abordará durante a formação do discente as especificidades para atuar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na área de História. Por isso, o graduando produzirá artigos e textos acadêmicos que contribuam para a construção de conhecimento histórico, mantendo respeito e reconhecimento a autorias intelectuais, obrigando-se a comunicar com correção a origem das informações. Assim, a percepção da aprendizagem é vista como processo de construção de conhecimentos, habilidades, competências e valores em interação com a realidade social e com os cidadãos.

Por conseguinte, o licenciado deverá dialogar com componente curriculares presentes no *Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica*, em diferentes níveis de ensino, transitando pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, transformando constantemente e de forma continuada o conhecimento historiográfico em saber histórico escolar; haja vista a complexidade presente nas atividades docente, não a dissociando de seus fundamentos político-pedagógicos e da pesquisa, tanto no âmbito formal como em práticas não-formais de ensino.

A *Nucleação de Atividade Acadêmicas de Extensão* tem componentes de créditos curriculares obrigatórios aos discentes, como forma de atender a Resolução CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024, que instituiu a obrigatoriedade da inclusão de Atividades de Extensão no currículo durante o percurso da Matriz Curricular, por meio de Diretrizes, sendo destinados pelo menos 320 horas e 22 créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Portanto, o *Núcleo de Formação Docente* tem carga horário superior ao mínimo exigido na Resolução CNE/CP Nº 4, totalizando 360 horas e 24 créditos. Igualmente, alicerçará o egresso para exercer e promover a educação de crianças, adolescentes e adultos no sentido amplo, incluindo, além do ensino de disciplinas escolares e o desenvolvimento cognitivo, o cuidado com aspectos afetivos, físicos, socioculturais, ambientais, inclusivos e éticos, sobretudo atuando na formação plena da cidadania.

1. NUCLEAÇÃO DE FORMAÇÃO BÁSICA DA LICENCIATURA.

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0103	Didática Geral	60	45	15	--	4
DIRG0107	Educação Inclusiva e Acessibilidade	60	45	15	--	4
DIRG0108	História e Antropologia	60	45	15	--	4
DIRG0111	História e Filosofia	60	45	15	--	4
DIRG0104	História e Sociologia	60	45	15	--	4
DIRG0106	POLEB - Política e Legislação Educacional Brasileira	60	45	15	--	4
DIRG0113	LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais*	60	45	15	--	4
DIRG0120	Psicologia da Educação	60	45	15	--	4
	Total	480	360	120	--	32
* A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, tornando-a componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício da Licenciatura.						

A *Nucleação de Formação Básica da Licenciatura* compreende outras áreas de conhecimento, (como a Pedagogia, a Filosofia, a Sociologia e a Psicologia) envolvendo a interdisciplinaridade e diálogo científico, a fim de instrumentalizar o graduando no exercício da docência, seja do ponto de vista da didática, seja nas questões profissionais do cotidiano educacional.

Nos componentes curriculares *História e Filosofia*, *História e Antropologia* e *História e Sociologia*, de caráter humanista, ético e moral que envolvem as relações sociais e científicas, propõem-se a reflexão nos inter-relacionamentos da prática profissional.

Em relação a interação com a Pedagogia, a disciplina *Psicologia da Educação* instrumentaliza o desenvolvimento e estudo das relações comportamentais do processo cognitivo da infância e da adolescência e, também, as implicações no processo de ensino aprendizagem. Nessa seara, *Didática Geral* apresenta ao discente as tendências pedagógicas na prática escolar, uma vez que a didática se configura como atividade pedagógica na ação docente, envolvendo diferentes aspectos no processo de ensino-aprendizagem, destacando-se o planejamento escolar, a didática e as práticas pedagógicas.

Por conseguinte, em *Política e Legislação Educacional Brasileira* (POLEB) observa-se o estudo da educação no Brasil, os aspectos normativos da Constituição Federal, com especial atenção

a educação básica conforme preconiza a *Lei Nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Igualmente, discute-se o financiamento da Educação Básica e os planos educacionais presente nas políticas públicas.

Neste sentido, *LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais* atende à Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o ensino de Libras, tornando-a componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício da Licenciatura. Ao encontro desse componente, *Educação Especial e Inclusiva* procura instrumentalizar os fundamentos legais da política de educação inclusiva, a partir da compreensão das transformações históricas da Educação Especial.

2. NUCLEAÇÃO DE PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA.

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0139	Prática de Ensino em História I: Meio Ambiente, Patrimônio e Arqueologia	75	--	75	--	5
DIRG0141	Prática de Ensino em História II: História Antiga e Medieval	75	--	75	--	5
DIRG0143	Prática de Ensino em História III: História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas	75	--	75	--	5
DIRG0146	Prática de Ensino em História IV: História Moderna e Contemporânea	75	--	75	--	5
DIRG0148	Prática de Ensino em História V: História das Américas e Brasil	75	--	75	--	5
DIRG0152	Prática de Ensino em História VI: História da Amazônia e Amapá	75	--	75	--	5
	Total	450	--	450	--	30

A *Nucleação de Prática de Ensino em História*, que compõe o *Núcleo de Formação Docente*, propõe à/ao graduando(a) a oportunidade de operar os componentes curriculares históricos e historiográficos, de forma a transformá-lo em saber histórico escolar. Portanto, as *Práticas* procuram oportunizar o desenvolvimento de habilidades e competências voltados à reflexão teórica e metodológica presente nas nucleações e componentes curriculares do *Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica*, primando pela prática nas seguintes disciplinas: *Prática I: Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Arqueologia*; *Prática II: História Antiga e Medieval*; *Prática III: História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas*; *Prática IV: História Moderna e Contemporânea*; *Prática V: História das Américas e Brasil*; e *Prática VI: História da Amazônia e Amapá*.

Corroborando ainda a necessidade de diagnosticar o ensino de História, observação da regência de aulas e a vivência no cotidiano escolar; a/o graduando(a) problematizará a seleção, organização e uso de recursos didáticos, voltados para o planejamento de

aulas, reiterando a formação anterior nas disciplinas presentes na Matriz Curricular, com ênfase às atividades voltadas ao ensino, por exemplo, a reflexão sobre procedimentos de avaliação, bem como a análise e usos de livros didáticos de História.

Por isso, as práticas de ensino propõem desenvolver a execução de atividades, a produção de material didático e reflexões sobre procedimentos de execução e avaliação de atividades sobre noções de tempo e espaço, sem perder de vista a formulação de projetos de intervenção escolar e de aprendizagem, além da transposição didática de textos historiográficos. Lembrando ainda que a prática tem características próprias na formação da/do discente.

3. NUCLEAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA.

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0145	Estágio Curricular Supervisionado em História I	135	--	135	--	9
DIRG0151	Estágio Curricular Supervisionado em História II	135	--	135	--	9
DIRG0156	Estágio Curricular Supervisionado em História III	135	--	135	--	9
	Total	405	--	405	--	27

A *Nucleação de Estágio Curricular Supervisionado em História* tem nos componentes curriculares *Estágio Curricular Supervisionado em História I, II e III* a finalidade de reiterar as práticas de ensino, no sentido de reforçar a operacionalização do conhecimento histórico e historiográfico em saber histórico escolar, por meio de fundamentos pedagógicos e de pesquisa nos ensino fundamental e médio, de forma a propor projetos de intervenção na realidade escolar a partir da seleção e organização de conteúdos de História, que assegurem o processo de aprendizagem pelas/pelos alunos(as), por meio da realidade discente, bem como da cultura local.

Por isso, a pesquisa no ensino de História visa a elaboração de projetos de pesquisa e ensino-aprendizagem voltados às problemáticas do ensino de História por meio do estudo e análise das abordagens teóricas e metodológicas encontradas nas Diretrizes Curriculares Nacionais de História, direcionando o conhecimento construído para a elaboração de materiais didáticos e práticas avaliativas. Igualmente, o *Estágio Curricular Supervisionado* tem a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente.

4. NUCLEAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC):

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0150	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	60	45	15	--	4
DIRG0154	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	90	45	45	--	6
	Total	150	90	60	--	10

A *Nucleação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)* tem nas disciplinas *TCC I* e *II* um caráter teórico-prático, voltada para a elaboração da pesquisa em História, na qual o discente desenvolverá o Trabalho de Conclusão de Curso, que consistirá na aplicação prática das competências e habilidades adquiridas no percurso curricular. Obrigatoriamente, o TCC deve integrar-se a uma Linha de Pesquisa, uma vez que após a elaboração do Projeto de Pesquisa na disciplina *Metodologia da Pesquisa em História*, o discente desenvolverá a pesquisa no componente curricular de TCC e participará das discussões pertinentes a temática do objeto de estudo, destacando por exemplo: a execução dos projetos de pesquisa, os encaminhamentos teórico-metodológico, leituras e análises historiográficas. Assim, em *TCC I* o discente produzirá o relatório de pesquisa; já em *TCC II*, a elaboração da redação final do trabalho de conclusão de curso da graduação.

Destaca-se que o TCC segue normatização institucional específica, por meio da Resolução nº 11/2008 – CONSU/UNIFAP, de 16 de maio de 2008, que estabelece as diretrizes para o TCC em nível de Graduação, no âmbito da UNIFAP. O TCC será desenvolvido no âmbito das disciplinas *TCC I* e *TCC II*, compreendendo 180 (cento e oitenta) horas da carga horária e 12 créditos.

5. NUCLEAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0155	Atividades Complementares (AC)*	210	--	210	--	14
	Total	210	--	210	--	14
* Para efeito de cômputo de horas, para registro nas AC serão consideradas as seguintes atividades I. Audiência a eventos: congressos, seminários, colóquios, palestras, mesas-redondas, debates; ciclos e mostras de cinema, teatro e dança; II. Participação em eventos como apresentador de trabalho, coordenador de sessão, monitoria e comissão organizadora; III. Publicações em revistas científicas ou outros veículos de comunicação impressa ou eletrônica, além de anais de congressos científicos; IV. Iniciação científica com ou sem financiamento (agências de fomento à pesquisa); V. Atividades decorrentes de seleção em Bolsa de Pesquisa, Monitoria e/ou Estágio, relacionadas com a área de formação.						

A *Nucleação de Atividades Complementares (AC)* possui caráter complementar e formativo, por meio dos componentes curriculares *Atividades Complementares (AC)*, procurando valorizar a participação do discente, ao longo do curso, em eventos de natureza acadêmica e científico-culturais, tais como: cursos de extensão, palestras, seminários, congressos, oficinas, etc.

Assim, para efeito de integralização curricular, fica estabelecido que as Atividades de Extensão não são contabilizadas como Atividades Complementares (AC). Portanto, não poderão ser

computadas, simultaneamente, para a curricularização da Extensão prevista na Matriz Curricular do curso de Licenciatura em História. Essa medida visa evitar a duplicidade de créditos, garantindo o cumprimento das cargas horárias específicas tanto das Atividades Complementares (210h) quanto das Atividades Acadêmicas de Extensão (360h), conforme estabelecido neste Projeto Pedagógico Curricular e em normativas institucionais vigentes.

Essas atividades potencializam a identidade do futuro professor de História, com a finalidade de assegurar o perfil do egresso do Curso de Licenciatura em História e o cumprimento do Parecer CNE/CES 492/2001.

6. NUCLEAÇÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO (AAE):

Código	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
DIRG0140	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE I	45	--	--	45	3
DIRG0142	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE II	45	--	--	45	3
DIRG0144	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE III	60	--	--	60	4
DIRG0147	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE IV	60	--	--	60	4
DIRG0149	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE V	60	--	--	60	4
DIRG0153	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VI	60	--	--	60	4
DIRG0157	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VII	30	--	--	30	2
	Total	360	--	--	360	24

A Nucleação de Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) possui caráter complementar e compreendem componentes de créditos curriculares obrigatórios à/aos discentes, tendo o Colegiado de História definido que a oferta ocorrerá por meio dos AAE I, II, III, IV, V, VI e VII ao longo do curso de História, como forma de atender ao PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE (2014-2024), estendido até dezembro de 2025 e a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Essas normativas garantiram a inclusão de atividades de Extensão no currículo durante o percurso da Matriz Curricular, por meio de Diretrizes, sendo destinados 360 horas e 24 créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de formação integral dos futuros licenciados em História, integrando teoria e prática de forma indissociável.

As AAE's serão preferencialmente desenvolvidas em instituições de Educação Básica no município de Oiapoque, o que permitirá compreender a realidade escolar na aplicação de práticas pedagógicas em contextos reais de ensino, diretamente

correlacionada com os componentes curriculares durante o respectivo semestre. Essas atividades visam fomentar a participação ativa dos futuros docentes em projetos que impactam diretamente a comunidade escolar, fortalecendo a relação entre universidade e escola.

Logo, as práticas pedagógicas serão desenvolvidas na organização das AAE's, incentivando o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, com foco no uso de metodologias ativas, ensino colaborativo e produção de materiais didáticos inclusivos, adaptados às necessidades e diversidades dos estudantes da Educação Básica. Essa abordagem permite que os licenciandos não apenas experimentem diferentes estratégias de ensino, mas também criem, testem e avaliem essas metodologias em sala de aula, promovendo uma aprendizagem significativa e inclusiva, que promovam atividades práticas como a produção de materiais didáticos, a promoção da inclusão e a análise do contexto escolar, totalizando 330 horas e 22 créditos. Estes componentes curriculares devem ser associados a projetos de extensão, devidamente registrados no Departamento de Extensão-DEX.

A curricularização da extensão universitária apresentada na legislação citada anteriormente é reafirmada a Resolução CNE/CES nº 7 de 2018, que determina que as Instituições de Ensino Superior (IES) integrem atividades de extensão em seus currículos, correspondendo a 10% da carga horária total dos cursos, com vistas a superar a fragmentação entre teoria e prática. Deixando a extensão de ter um caráter marginal, dentro do processo educativo e para cumprir a indissociabilidade condizente com a formação integral, o que consta no artigo 207 da Constituição Federal.

8. FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR E PERÍODO LETIVO SEMESTRAL (COMPONENTES CURRICULARES)

Após o detalhamento das nucleações presentes nos *Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica* e *Núcleo de Formação Docente*, que compõe a Matriz Curricular, os componentes curriculares (disciplinas) estão distribuídos, conforme *Fluxograma da Matriz Curricular* e do Período Letivo Semestral

8.1 FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Licenciatura em História	Integralização Curricular	Disciplinas Obrigatórias	Disciplinas Optativas	Estágio Curricular Supervisionado em História	Prática em Ensino de História	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE	Atividades Complementares	TCC	Total
	Carga horária (h. Relógio)	1860	180	405	450	360	210	150	3615
	Créditos	124	12	27	30	24	14	10	241

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Introdução aos Estudos Históricos	História e Antropologia	História Moderna	Teoria da História I	História das Américas II	História Contemporânea II	TCC I	TCC II
Didática Geral	História Medieval	História das Américas I	História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas	História e Cultura Indígena	Teoria da História II	Optativa II	Atividades Complementares
História e Sociologia	Metodologia do Ensino da História	História do Brasil I	História das Mulheres	Optativa I	História do Amapá	Estágio Curricular Supervisionado em História II	Optativa III
História Antiga	História e Filosofia	História da Amazônia I	História do Brasil II	História Contemporânea I	Educação das Relações Étnico-Raciais	Metodologia da Pesquisa em História	
POLEB	LIBRAS	Psicologia da Educação	História da Amazônia II	Estágio Curricular Supervisionado em História I	História do Brasil Contemporâneo	Educação em Direitos Humanos	
Educação Inclusiva e Acessibilidade	Prática de Ensino em História I: Meio Ambiente, Patrimônio e Arqueologia	Prática de Ensino em História II: História Antiga e Medieval	Prática de Ensino em História III: História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas	Prática de Ensino em História IV: História Moderna e Contemporânea	Prática de Ensino em História V: História das Américas e Brasil	Prática de Ensino em História VI: História da Amazônia e Amapá	Estágio Curricular Supervisionado em História III
	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE I	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE II	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE III	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE IV	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE V	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VI	Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VII

8.2 PERÍODO LETIVO SEMESTRAL (COMPONENTES CURRICULARES)

Ano	Semestre	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
I	1.º	1. Introdução aos Estudos Históricos	60	45	15	--	4
		2. Didática Geral	60	45	15	--	4
		3. História e Sociologia	60	45	15	--	4
		4. História Antiga	60	45	15	--	4
		5. POLEB - Política e Legislação Educacional Brasileira	60	45	15	--	4
		6. Educação Inclusiva e Acessibilidade	60	45	15	--	4
		Total	360	270	90	--	24

Ano	Semestre	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
I	2.º	1. História e Antropologia	60	45	15	--	4
		2. História Medieval	60	45	15	--	4
		3. Metodologia do Ensino da História	60	45	15	--	4
		4. História e Filosofia	60	45	15	--	4
		5. LIBRAS	60	45	15	--	4
		6. Prática de Ensino em História I: Meio Ambiente, Patrimônio e Arqueologia	75	--	75	--	5
		7. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE I	45	--	--	45	3
		Total	420	225	150	45	28

Ano	Semestre	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
II	3.º	1. História Moderna	60	45	15	--	4
		2. História das Américas I	60	45	15	--	4
		3. História do Brasil I	60	45	15	--	4
		4. História da Amazônia I	60	45	15	--	4
		5. Psicologia da Educação	60	45	15	--	4
		6. Prática de Ensino de História II: História Antiga e Medieval	75	--	75	--	5
		7. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE II	45	--	--	45	3
		Total	420	225	150	45	28

Ano	Semestre	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
II	4.º	1. Teoria da História I	60	45	15	--	4
		2. História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas	60	45	15	--	4
		3. História das Mulheres	60	45	15	--	4
		4. História do Brasil II	60	45	15	--	4
		5. História da Amazônia II	60	45	15	--	4
		6. Prática de Ensino em História III: História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas	75	--	75	--	5
		7. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE III	60	--	--	60	4
		Total	435	225	150	60	29

Ano	Semestre	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
III	5.º	1. História das Américas II	60	45	15	--	4
		2. História e Cultura Indígena	60	45	15	--	4
		3. Optativa I	60	45	15	--	4
		4. História Contemporânea I	60	45	15	--	4
		5. Estágio Curricular Supervisionado em História I	135	--	135	--	9
		6. Prática de Ensino em História IV: História Moderna e Contemporânea	75	--	75	--	5
		7. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE IV	60	--	--	60	4
		Total	510	180	270	60	34

Ano	Semestre	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
III	6.º	1. História Contemporânea II	60	45	15	--	4
		2. Teoria da História II	60	45	15	--	4
		3. História do Amapá	60	45	15	--	4
		4. Educação das Relações Étnico-Raciais	60	45	15	--	4
		5. História do Brasil Contemporâneo	60	45	15	--	4
		6. Prática de Ensino em História V: História das Américas e Brasil	75	--	75	--	5
		7. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE V	60	--	--	60	4
		Total	435	225	150	60	29

Ano	Semestre	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
IV	7.º	1. TCC I	60	45	15	--	4
		2. Optativa II	60	45	15	--	4
		3. Estágio Curricular Supervisionado em História II	135	--	135	--	9
		4. Metodologia da Pesquisa em História	60	45	15	--	4
		5. Educação em Direitos Humanos	60	45	15	--	9
		6. Prática de Ensino em História VI: História da Amazônia e Amapá	75	--	75	--	5
		7. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VI	60	--	--	60	4
		Total	510	180	270	60	34

Ano	Semestre	Componentes curriculares	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
IV	8.º	1. TCC II	90	45	45	--	6
		2. Atividades Complementares (AC)	210	--	210	--	14
		3. Optativa III	60	45	15	--	4
		4. Estágio Curricular Supervisionado em História III	135	--	135	--	9
		5. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VII	30	--	--	30	2
		Total	525	90	405	30	35
		Total Geral	3615	1620	1635	360	241

9. PRÁTICA, ESTÁGIOS E AS CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.

5. Estágios e Atividades Complementares

1. As atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História, e sob sua responsabilidade, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente.
2. As atividades acadêmicas complementares (estágios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários extra-classe, participação em eventos científicos) poderão ocorrer fora do ambiente escolar, em várias modalidades que deverão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelos Colegiados/Coordenações dos Cursos.
(CNE. Parecer CNE/CES 492/2001, de 03/04/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2001. Seção 1e, p. 50.)

9.1. PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA.

A Nucleação de *Prática de Ensino em História* compreende 6 (seis) componentes curriculares (disciplinas):

- Prática de Ensino em História I: Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Arqueologia
- Prática de Ensino em História II: História Antiga e Medieval
- Prática de Ensino em História III: História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas
- Prática de Ensino em História IV: História Moderna e Contemporânea
- Prática de Ensino em História V: História das Américas e Brasil
- Prática de Ensino em História VI: História da Amazônia e Amapá

As atividades de prática de ensino serão desenvolvidas dentro do *Nucleação Prática de Ensino em História*, como estratégias de ensino no interior do curso de História, haja vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdos curriculares de forma sistemática e permanente em ambientes escolares e não escolares.

Portanto, as Práticas de Ensino em História estão voltadas para a vivência em ambientes escolares no trato com alunos do 5º (quinto) ao 9º (nono) anos letivos do Ensino Fundamental e, também, do Ensino Médio.

Na educação básica, os graduandos produzirão textos didáticos, de caráter teórico-prático, direcionados ao Ensino de História; bem como desenvolverão habilidades e competências voltadas para a produção de textos didáticos e o uso de mídias em diversas abordagens do Saber Histórico Escolar. Reiteramos que a Prática de Ensino propõe, durante a formação acadêmica, a experiência controlada no cotidiano escolar dos futuros professores de História, garantindo uma experiência preliminar ao exercício da docência.

A *Nucleação de Prática de Ensino em História* exigirá o estabelecimento de políticas de ensino envolvendo o Curso de História da UNIFAP e a Secretaria de Educação do Estado do Amapá ou na Secretaria Municipal de Educação de Oiapoque, uma vez que as atividades serão exercidas preferencialmente nas escolas presentes em Oiapoque-AP ou em ambientes não escolares como Patrimônios Culturais, Laboratório de História e Museus.

Neste sentido, os acadêmicos serão integrados às atividades dos docentes na Educação Básica, com o devido acompanhamento do professor da UNIFAP responsável pela disciplina. Este acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos prima pela qualidade na formação discente, para adquirir a experiência de que trata a diretriz elaborada para a formação docente.

9.2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA.

A *Nucleação de Estágio Curricular Supervisionado em História* compreende 3 (três) disciplinas:

1. Estágio Curricular Supervisionado em História I
2. Estágio Curricular Supervisionado em História II
3. Estágio Curricular Supervisionado em História III

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado em História, desenvolvidas dentro da *Nucleação de Estágio Curricular Supervisionado em História*, como estratégias de ensino no interior do curso de História, tem a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdos curriculares de forma sistemática e permanente em ambientes escolares, objetivando o exercício da pesquisa educacional e a prática docente no Ensino Fundamental e Médio. Reiterando a observância a Lei nº. 11.788, de 25/09/2008 e a Resolução nº. 02/2010 – CONSU/UNIFAP, de 26/02/2010.

Portanto, no Estágio Curricular Supervisionado os discentes exercerão atividades docentes regulares destinadas à Educação Básica, devidamente supervisionadas e elaborarão relatórios técnicos e/ou artigos científicos sobre a experiência no campo de estágio.

Igualmente, os alunos que comprovarem experiência como professores de História, em qualquer dos níveis de Ensino, por pelo menos quatro anos, poderão credenciar até 200 horas de Estágio, ficando sob a responsabilidade do professor da UNIFAP responsável pela disciplina a avaliação das competências e habilidades exercidas pelo discente como docente da área de História.

A *Nucleação de Estágio Curricular Supervisionado em História* exigirá o estabelecimento de políticas de ensino envolvendo o Curso de História da UNIFAP e Secretaria de Educação do Estado do Amapá, uma vez que as atividades serão exercidas preferencialmente nas escolas estaduais presentes em Oiapoque-AP.

Neste sentido, os acadêmicos serão integrados às atividades dos docentes na Educação Básica, com o devido acompanhamento do professor da UNIFAP responsável pela disciplina. Este acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos prima pela qualidade na formação discente, para adquirir a experiência de que trata a diretriz elaborada para a formação docente.

9.3. ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES.

A *Nucleação de Pesquisa e Ensino: Atividades Complementares (AC)* compreende 210 (duzentas e dez) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais e serão cumpridas ao longo do percurso curricular e compreendem a participação em diversas atividades de pesquisa, ensino e extensão, para fins de integralização curricular.

Obrigatoriamente, uma Comissão de Avaliadores (docentes) será formada para aferir o cômputo da carga horária e dependerá, necessariamente, da

participação efetiva e ativa nas atividades eleitas. Assim, para registro nas ACs serão consideradas as seguintes atividades e cômputo de carga horária:

Atividades Acadêmicas Complementares		Limite máximo
I.	Audiência a eventos: congressos, seminários, colóquios, palestras, mesas-redondas, debates; ciclos e mostras de cinema, fotografia, teatro e dança.	100 horas
II.	Participação em eventos como apresentador de trabalho, coordenador de sessão, monitoria e comissão organizadora.	60 horas
III.	Publicações em revistas científicas ou outros veículos de comunicação impressa ou eletrônica, além de anais de congressos científicos.	40 horas
IV.	Iniciação científica com ou sem financiamento (agências de fomento à pesquisa).	100 horas
V.	Atividades decorrentes de seleção em Bolsa de Pesquisa e/ou Estágio, relacionadas com a área de formação.	100 horas
VI.	Participação em grupos de estudo, pesquisa ou extensão na UNIFAP, com, ou sem financiamento (Iniciação Científica)	80 horas

9.3.1. DOCUMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS.

Para fins de procedimento e registro comprobatório das atividades em AC a necessidade exigência de documentos e alguns procedimentos:

1. São documentos comprobatórios de realização das AC: cópias de certificados, declarações e atestados com registro de carga horária e discriminação das atividades realizadas.
2. Os documentos devem ser anexados ao *Formulário: Ficha de Registro de AC* devidamente preenchido com a indicação das atividades (ver tabela no item 5.6.3). O Formulário (**Anexo 02 - Formulário: Ficha de Registro de AC**) estará à disposição do discente na Coordenação do Curso.
3. Os documentos deverão ser entregues na Coordenação de Curso. A Comissão de Avaliadores será responsável pela aferição e validação das atividades no prazo estabelecido pela Coordenação de Curso.
4. O discente poderá registrar as atividades acadêmico-científico-culturais realizadas desde o primeiro semestre do curso, por meio de formulário, apresentando cópias com os respectivos documentos comprobatórios para conferência.

Por isso, as AC também compreendem atividades de ensino de caráter formativo que constitui parte do processo de aprendizagem teórico-prático e acadêmico-cultural, que visam promover no discente a autonomia na configuração de sua formação. Os casos omissos serão avaliados pela Comissão de Avaliadores, que deliberará sobre a matéria.

10. LINHAS DE PESQUISA.

A política de pesquisa do curso de História está diretamente associada e inserida nas especialidades, objetos de estudo e área de formação dos docentes, compreendendo as seguintes linhas de pesquisa:

- **Trabalho, Sociedade & Cultura na Amazônia.**

Resumo: A linha de pesquisa centra-se nas referências da história social e nos estudos sobre o mundo do trabalho, nas mais diversas manifestações sociais, como forma de investigar e compreender as experiências e relações históricas dos sujeitos, por exemplo, o trabalho rural/urbano, escravo/livre e formal/informal, com ênfase na história da escravidão indígena e negra, bem a cultura pós-abolição no Brasil, promovendo estudo sobre o trabalho e os movimentos sociais na cidade e no campo na Amazônia colonial, imperial e republicana.

- **Estado, Elites & Partidos Políticos: identidades, discursos e relações de poder no Amapá.**

Resumo: A linha de pesquisa centra-se nos estudos sobre Estado, Elites e Partidos Políticos, como forma de investigar e desenvolver reflexões sobre as identidades, os discursos e as relações de poder no Amapá, como bases da legitimidade dos sistemas políticos e governamentais, dos grupos dirigentes e suas relações com diversas formas de exercício de poder, entre os quais se destacam os poderes: judicial, político, burocrático e econômico; por meio de alianças, coalizões e identidades no campo do Estado por meio das elites amapaenses e dos movimentos sociais.

- **História, Ciência & Epidemiologia na Amazônia.**

Resumo: A linha de pesquisa centra-se nos estudos sobre História e Saúde, com ênfase nos estudos das epidemias na Amazônia - tais como febre amarela, varíola e peste bubônica, por exemplo - como forma de investigar saberes e práticas de cura relacionadas às doenças em contextos históricos; objetivando a reflexão das instituições e intervenções do estado, por meio de práticas médico-sanitárias no corpo da cidade e seus moradores.

- **Ensino de História: Pesquisa e Produção de Material Didático Pedagógico**

Resumo: A linha de pesquisa está voltada para reflexões sobre a formação de professores(as) de História, para a atuação da/do professor(a) em sala de aula, bem como para a análise de métodos

de ensino e uso de materiais didáticos próprios para o ensino de História em todos os níveis do ensino fundamental e médio.

- **História, Fronteiras e Territorialidades: usos e representações.**

Resumo: Estudo de temas relacionados à formação e uso do território amapaense. Ocupação territorial a ações estatais na defesa, proteção e conservação do território amazônico. Disputas territoriais e constituição da fronteira Franco-brasileira. Relações transfronteiriças nos tempos da economia Globalizada. Observação e análise de formas e representações e imaginários relacionados aos povos amazônidas em relação à sua cultura e as suas percepções exógenas e endógenas

- **Ensino de História e o enfrentamento às violências contra as mulheres e à comunidade LGBTQIAP+**

Resumo: Tendo em vista a urgência do enfrentamento à violência contra as mulheres e à comunidade LGBTQIAP+, essa linha de pesquisa será desenvolvida através da implementação de projetos de aplicação de oficinas didáticas nas escolas, por meio das quais as estudantes e os estudantes possam problematizar temas sensíveis através de uma abordagem temporalizada (permanências, mudanças e ‘o que fazer’).

- **Práticas afro indígenas de cura e intercessões com o meio ambiente.**

Resumo: A linha de pesquisa visa discutir práticas de cura na perspectiva popular que estão em consonância com uma perspectiva singular do meio ambiente, englobando saberes indígenas, de populações negras e provenientes de interações afroindígenas, memórias ancestrais e recriações culturais. Interessa-se também por analisar a historiografia e narrativas sobre tais práticas de cura na Amazônia, a partir de seus diversos produtores. Serão discutidos princípios comuns entre etnias, saberes e práticas cotidianas, também se ressaltará uma perspectiva local que se refere às comunidades tradicionais e originárias da fronteira franco-brasileira.

- **Memórias, Identidades e Ressignificações do Passado**

Resumo: Esta linha de pesquisa dedica-se ao estudo das dinâmicas socioculturais presentes em territórios de fronteira, explorando como identidades individuais e coletivas são construídas, negociadas e transformadas ao longo do tempo. Busca compreender de que modo memórias, tradições e práticas culturais inventadas e/ou ressignificadas em contextos de dominação, resistência e integração social, revelando as múltiplas formas pelas quais os grupos reelaboram o passado para

afirmar pertencimentos e consolidar símbolos culturais coletivos. A linha acolhe investigações que abordem patrimônio cultural, narrativas identitárias, oralidades e as reinterpretações de experiências sociais em diferentes contextos históricos e culturais, além de narrativas heroicas ou contestatórias.

- **Mobilidades, Fronteiras e Dinâmicas Socioeconômicas**

Resumo: Esta linha de pesquisa dedica-se ao estudo das mobilidades transfronteiriças e suas implicações sociais, econômicas e culturais em territórios de fronteira. Busca compreender as dinâmicas que emergem da circulação de pessoas, bens e serviços, considerando tanto as experiências cotidianas de comunidades locais quanto as transformações estruturais provocadas pelo contato constante com populações estrangeiras. O enfoque recai sobre as interações sociais, o consumo, os processos de integração e os desafios de desenvolvimento em contextos fronteiriços, valorizando também os mecanismos de cooperação, as tensões políticas e os impactos simbólicos dessas trocas.

As linhas de pesquisa envolvem os docentes efetivos e substitutos(as) vinculados(as) ao Colegiado de História, com a participação de pesquisadores da UNIFAP e instituições de ensino e pesquisa, com a devida anuência do colegiado.

Estas visam promover o desenvolvimento do conhecimento histórico, fomentar a pesquisa, o ensino e a extensão, bem como núcleos de pesquisa que integram pesquisadores(as) e graduandos(as) no debate historiográfico e na elaboração de monografias, projetos, artigos, palestras, seminários e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com os objetivos formativos do curso. Reitera-se que a obrigatoriedade da/do discente participar de uma linha de pesquisa durante a elaboração do TCC, sendo o objeto de estudo direcionado para as proposições da Linha de Pesquisa.

As linhas de pesquisa envolvem os docentes efetivos e substitutos vinculados ao Colegiado de História, com a participação de pesquisadores da UNIFAP e instituições de ensino e pesquisa, com a devida anuência do colegiado.

Estas visam promover o desenvolvimento do conhecimento histórico, fomentar a pesquisa, o ensino e a extensão, bem como núcleos de pesquisa que integram pesquisadores e graduandos no debate historiográfico e na elaboração de monografias, projetos, artigos, palestras, seminários e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com os objetivos formativos do curso. Reitera-se que a obrigatoriedade do discente participar de uma linha de pesquisa durante a elaboração do TCC, sendo o objeto de estudo direcionado para as proposições da Linha de Pesquisa.

11. POLÍTICA DE EXTENSÃO.

Em observância à RESOLUÇÃO N. 22, 26 de maio de 2025, as políticas de extensão da UNIFAP são coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), respeitando a autonomia do Colegiado do Curso. Assim, as atividades de extensão perpassam todas pelos componentes curriculares, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa, ensino e extensão dos professores vinculados ao Colegiado de História.

Por isso, a política de extensão proposta pelos docentes, obrigatoriamente, deve estar vinculada ao PPC, constituindo, inclusive, carga horária para integralização curricular contemplada nas *Atividades Complementares (AC)*.

As atividades de extensão serão articuladas com os programas de extensão da UNIFAP, conforme RESOLUÇÃO N. 22, 26 de maio de 2025 - Institui a Política de Extensão Universitária da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, uma vez que se apresenta não como tarefa adicional, mas como forma de intercâmbio entre a comunidade universitária e a comunidade social, sendo mister atender aos interesses e demandas da sociedade com a produção de conhecimento, concretizando-se em ações tais como: discussão e produção de material didático voltado para a comunidade inter e extramuros, em particular para as escolas da rede pública de ensino; promoção de eventos e palestras dirigidas à comunidade extramuros, com o propósito de aproximar e sensibilizar a sociedade da importância da história na prática e no saber cotidiano; atendimento de alunos de escolas públicas, Museus e Patrimônios Históricos, a fim de possibilitar a estes o acesso a documentos e a percepção da construção da memória e do saber historiográfico, com ênfase na Amazônia. Destaca-se também a Semana de História organizada pelo Curso de História do Campus Binacional e o Encontro de História organizada pela ANPUH-AP com o Curso de História do Campus Marco Zero (Macapá-AP). Eventos locais que aglutinam a pesquisa, o ensino e a extensão como principal fórum de debate.

12. A CARGA HORÁRIA E AS DIMENSÕES DOS COMPONENTES COMUNS.

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estabelece as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial de professores no Brasil. A norma atualiza as regulamentações anteriores, de 2015 e 2019, e impacta diretamente no curso de licenciatura em História, definindo critérios para a organização e o funcionamento, incluindo a carga horária mínima e o período de integralização, além de abordar a importância do estágio curricular supervisionado e

o uso de metodologias que promovam a prática reflexiva dos futuros professores.

12.1. PRINCIPAIS PONTOS DA RESOLUÇÃO CNE/CP nº 4

- **Abrangência:** Define diretrizes para a formação de profissionais do magistério da Educação Básica, incluindo licenciaturas, formação pedagógica e segundas licenciaturas.
- **Carga horária e integralização:** os cursos de licenciatura deverão ter, no mínimo, 3.200 horas de carga horária de efetivo trabalho acadêmico e um período mínimo de integralização de quatro anos.

Portanto, na Estrutura curricular, a carga horária passa a ser distribuída nos seguintes componentes:

- Formação geral:** 880 horas dedicadas às atividades de formação geral;
- Formação específica:** 1.600 horas dedicadas ao estudo de aprofundamento de conhecimentos específicos, na área de formação e atuação na educação;
- Atividades acadêmicas de extensão:** 320 horas de atividades acadêmicas de extensão desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso;
- Estágio curricular supervisionado:** 400 horas, distribuídas ao longo do curso, na área de formação e atuação na Educação Básica, realizadas em instituições de Educação Básica

Outrossim, a Matriz Curricular do curso de Licenciatura em História tem carga horária superior das exigências mínimas para Integralização da Carga-Horária e dos Créditos garantindo o cumprimento presentes na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, conforme se observa:

QUADRO RESUMO - DIMENSÕES DOS COMPONENTES COMUNS

Dimensões dos componentes comuns	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
Núcleo I – Formação Geral	930	360	570	--	62
Núcleo II – Formação Específica	1920	1260	660	--	128
Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão	360	--	--	360	24
Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado	405	--	405	--	27
Total	3615	1620	1635	360	241

Neste sentido, a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estabelece no Art. 13, a constituição dos seguintes núcleos:

Núcleo I – Estudos de Formação Geral - EFG: composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas (...)

Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.

Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado - ECS: componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

Na Matriz Curricular, designamos nos componentes curriculares (disciplinas) a necessidade de Carga Horária Prática (CHP), haja vista que a concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento presente na reflexão profissional, bem como, na própria identidade da formação em Licenciatura, por meio das características deste PPC apontadas no perfil profissiográfico, nos objetivos, nas competências e habilidades gerais e específicas da Licenciatura.

Em outras palavras, na CHP ocorrerá atividades práticas, em que o discente desenvolverá o planejamento e a produção de material didático-pedagógico voltados para o Saber Histórico Escolar e, também, direcionados para a prática e o estágio, tendo como ponto de princípio e fim a educação básica voltadas para as atividades acadêmicas de extensão. Por isso, constitui momento privilegiado para uma visão crítica da teoria e da estrutura curricular de forma continuada e progressiva de aprendizado ao longo do curso, em função de tratar-se de tarefa para toda a equipe de formadores e não, apenas, para o “supervisor” (docente) da Nucleação de Integração, seja do Estágio Curricular Supervisionado em História, seja da Prática de Ensino de História e/ou, também, das Atividades Acadêmicas de Extensão, com carga horária vinculadas aos componentes curriculares.

A) Núcleo I -Formação Geral

Núcleo I -Formação Geral	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
1. Didática Geral	60	45	15	--	4
2. História e Sociologia	60	45	15	--	4
3. POLEB - Política e Legislação Educacional Brasileira	60	45	15	--	4
4. Educação Inclusiva e Acessibilidade	60	45	15	--	4
5. História e Antropologia	60	45	15	--	4

6. História e Filosofia	60	45	15	--	4
7. LIBRAS	60	45	15	--	4
8. Psicologia da Educação	60	45	15	--	4
9. Prática de Ensino em História I: Meio Ambiente, Patrimônio e Arqueologia	75	--	75	--	5
10. Prática de Ensino em História II: História Antiga e Medieval	75	--	75	--	5
11. Prática de Ensino em História III: História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas	75	--	75	--	5
12. Prática de Ensino em História IV: História Moderna e Contemporânea	75	--	75	--	5
13. Prática de Ensino em História V: História das Américas e Brasil	75	--	75	--	5
14. Prática de Ensino em História VI: História da Amazônia e Amapá	75	--	75	--	5
Total	930	360	570		62

O **Núcleo I - Formação Geral** exige o mínimo de 880 horas. Por conseguinte, o Projeto Pedagógico Curricular de Licenciatura em História, possui 930 horas, sendo composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar, formando a base comum do curso, em observância a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dialogando com o NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE, especialmente com a NUCLEAÇÃO DE FORMAÇÃO BÁSICA DA LICENCIATURA e a NUCLEAÇÃO DE PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA, que são centradas no desenvolvimento pleno dos estudantes da Educação Básica.

B) NÚCLEO II - FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Núcleo II - Formação Específica	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
1. Introdução aos Estudos Históricos	60	45	15	--	4
2. História Antiga	60	45	15	--	4
3. História Medieval	60	45	15	--	4
4. Metodologia do Ensino da História	60	45	15	--	4
5. História Moderna	60	45	15	--	4
6. História das Américas I	60	45	15	--	4
7. História do Brasil I	60	45	15	--	4
8. História da Amazônia I	60	45	15	--	4
9. Teoria da História I	60	45	15	--	4
10. História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas	60	45	15	--	4
11. História das Mulheres	60	45	15	--	4
12. História do Brasil II	60	45	15	--	4
13. História da Amazônia II	60	45	15		4
14. História das Américas II	60	45	15	--	4

15. História e Cultura Indígena	60	45	15	--	4
16. Optativa I	60	45	15	--	4
17. História Contemporânea I	60	45	15	--	4
18. História Contemporânea II	60	45	15	--	4
19. Teoria da História II	60	45	15	--	4
20. História do Amapá	60	45	15	--	4
21. Educação das Relações Étnico-Raciais	60	45	15	--	4
22. História do Brasil Contemporâneo	60	45	15	--	4
23. TCC I	60	45	15	--	4
24. Optativa II	60	45	15	--	4
25. Metodologia da Pesquisa em História	60	45	15	--	4
26. Educação em Direitos Humanos	60	45	15	--	9
27. TCC II	90	45	45	--	6
28. Atividades Complementares (AC)	210	--	210	--	14
29. Optativa III	60	45	15	--	4
Total	1920	1260	660		128

O **Núcleo II - Formação Específica** exige o mínimo de 1.600 horas. Por conseguinte, o Projeto Pedagógico Curricular de Licenciatura em História, possui 1920 horas, dedicadas ao estudo de aprofundamento de conhecimentos específicos, na área de formação profissional e atuação na educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos. Portanto, atendendo a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, o Núcleo II dialoga com o NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA e o NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE (com ênfase na NUCLEAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO e a NUCLEAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES), que reforçam conteúdos específicos da área de História, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

C) NÚCLEO III – ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO

Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
1. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE I	45	--	--	45	3
2. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE II	45	--	--	45	3
3. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE III	60	--	--	60	4
4. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE IV	60	--	--	60	4
5. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE V	60	--	--	60	4
6. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VI	60	--	--	60	4
7. Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE VII	30	--	--	30	2
Total	360			360	24

O **Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)** exige o mínimo de 320 h horas. Outrossim, o Projeto Pedagógico Curricular de Licenciatura em História, possui 360 horas, que serão realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares e projetos de extensão

referentes a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador do Colegiado de História, em consonância com a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. As AAE's compõem uma reflexão social com a educação Básica, dialogando com o NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE, especialmente com as Atividades Acadêmicas de Extensão e os componentes curriculares desenvolvidos nos semestres, conforme calendário acadêmico.

D) NÚCLEO IV - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.

Núcleo IV - Estágio curricular supervisionado	CH	CHT	CHP	CHAAE	Créditos
Estágio Curricular Supervisionado em História I	135	--	135	--	9
Estágio Curricular Supervisionado em História II	135	--	135	--	9
Estágio Curricular Supervisionado em História III	135	--	135	--	9
Total	405		405	--	27

O **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado** exige o mínimo de 400 horas. Ainda assim, o Projeto Pedagógico Curricular de Licenciatura em História, possui 405 horas, voltadas para a área de formação e atuação na Educação Básica, realizadas em instituições de Educação Básica, tendo por objetivo a formação do licenciado em História, em conformidade com a Lei 14.038, de 2020, que regulamenta a profissão de historiador, e o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996) quanto à obrigatoriedade da licenciatura.

Portanto, o **Estágio Curricular Supervisionado**, atendendo a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, deve oferecer oportunidades para que “progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.” Por isso é um dos componentes da formação do futuro profissional de magistério, dialogando com o NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE, especialmente com a **NUCLEAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA**, conforme calendário acadêmico e o calendário da rede pública da Educação Básica; assegurando uma experiência de aprendizagem e socialização inicial na profissão, devidamente acompanhado do professor regente e supervisionado pelo docente do colegiado de História.

13. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO E A CONEXÃO COM A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

6. *Conexão com a Avaliação Institucional*

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem.

(CNE. Parecer CNE/CES 492/2001, de 03/04/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2001. Seção 1e, p. 50.)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) coordenará o Sistema de Avaliação do Curso de História, em consonância com a Avaliação Institucional da UNIFAP. Assim, o NDE prevê a aplicação de quatro eixos de avaliação durante o período de integralização do curso, tendo a finalidade de garantir um diagnóstico mais preciso das proposições lançadas nesse PPC e, também, construir uma cultura de excelência de avaliação, diagnosticando os pontos negativos e positivos, bem como proposições à Coordenação do Curso, responsável por tomar as medidas legais junto ao Colegiado do Curso e, também, com as instâncias administrativas da UNIFAP.

Assim, o *Sistema de Avaliação do Curso* tem como parâmetro o Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES:

- O *Primeiro Eixo* diz respeito as *Avaliações do Projeto Pedagógico do Curso*, do Corpo Docente e das Instalações Físicas, que num primeiro momento será objeto da avaliação dos membros do NDE, da Coordenação do Curso e Técnicos-Administrativos, por meio da aplicação dos *Instrumentos de Avaliação do PPC: Dimensões 1, 2 e 3*; e num segundo momento, pelo Núcleo Docente Estruturante, que emitirá *Parecer Técnico-Pedagógico*; portanto, compreende a aplicação das Fichas A, B, C, D e E.
- O *Segundo Eixo* se refere a *Avaliações do processo de aprendizagem dos discentes*, que tem como objeto a avaliação do professor sobre o processo de aprendizagem dos discentes, considerando-se a nota para aprovação no componente curricular e a frequência.
- O *Terceiro Eixo* infere sobre as *Avaliações do desempenho dos docentes realizadas pelos discentes*, garantindo-se o anonimato dos acadêmicos, oportunizando ao docente uma auto-avaliação em relação ao seu desempenho profissional e teórico-metodológico;
- Por fim, o *Quarto Eixo* compreende a *Avaliação Externa*, por meio da aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

A) 1º EIXO – INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PPC.

O PPC será avaliado em momentos distintos e, intrinsicamente, relacionados. Procurar-se-á desta forma detectar e qualificar o cumprimento ou não das propostas do PCC, os erros e acertos

verificados e, a partir desse diagnóstico, a Coordenação do Curso aplicará proposições de soluções e correções de rumos do PPC que visem, sempre, aperfeiçoar a qualidade do ensino oferecido no curso de Licenciatura em História. Princípio que visa construir uma cultura de excelência e qualidade, direcionada para atos normativos legais, tendo como parâmetro norteador o Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

- **FICHA A – DIMENSÃO 1:** Primeiramente, somente os docentes que compõe o NDE avaliarão a *Organização Didática-Pedagógica*, que ao término de cada 4 (quatro) semestres consecutivos, periodicamente, possam avaliar de forma objetiva e subjetiva, por meio da aplicação de *Instrumentos de Avaliação do PPC* (FICHA A) e, em consonância com as dimensões e indicadores presentes no Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação, do SINAES. **Anexo 05 – Ficha A (Dimensão 1)**

- **FICHA B – DIMENSÃO 2:** No segundo momento e, com os dados consolidados da “Dimensão 1”, somente os docentes que compõe o NDE avaliarão o *Corpo Docente*, que ao término de cada 4 (quatro) semestres consecutivos, periodicamente, possam avaliar de forma objetiva e subjetiva, por meio da aplicação de *Instrumentos de Avaliação do PPC* (FICHA B) e, em consonância com as dimensões e indicadores presentes no *Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação*, do SINAES. **Anexo 06 – Ficha B (Dimensão 2)**

- **FICHA C – DIMENSÃO 3:** No terceiro momento e, com os dados consolidados da “Dimensão 2”, somente os docentes que compõe o NDE avaliarão, com o auxílio de 3 (três) técnicos administrativos, as *Instalações Físicas*, que ao término de cada 4 (quatro) semestres consecutivos, periodicamente, possam avaliar de forma objetiva e subjetiva, por meio da aplicação de *Instrumentos de Avaliação do PPC* (FICHA C) e, em consonância com as dimensões e indicadores presentes no *Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação*, do SINAES. **Anexo 07 – Ficha C (Dimensão 3).**

- **FICHA D – PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO:** Com os dados consolidados das dimensões, somente os docentes que compõe o NDE emitirão *Parecer Técnico-Pedagógico*, que ao término de cada 4 (quatro) semestres consecutivos, periodicamente, possam avaliar de forma objetiva e subjetiva, por meio da aplicação de *Instrumentos de Avaliação do PPC* (FICHA D) e, em consonância com as dimensões e indicadores presentes no Instrumento de Avaliação de Curso

de Graduação, do SINAES. Esse parecer tem a finalidade de diagnosticar, conduzir e encaminhar as discussões necessárias à Coordenação do Curso, que tomará medidas legais no âmbito das competências da Coordenação do Curso. **Anexo 08 – Ficha D (Parecer técnico-pedagógico do NDE)**

- **FICHA E – REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS:** Ao término de cada 4 (quatro) semestres consecutivos, periodicamente, somente os docentes que compõe o NDE farão o registro do cumprimento ou não dos dispositivos legais e normativos de caráter regulatórios e, portanto, obrigatórios (FICHA E). Essa ficha não se caracteriza parte da avaliação. Igualmente, o parecer tem consonância com os indicadores presentes no *Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação*, do SINAES; reforçando dessa forma, a necessidade da construção de uma cultura de excelência e qualidade, pautada nos requisitos legais e normativos. **Anexo 09 – FICHA E (Requisitos Legais e Normativos)**

B) 2º EIXO – AVALIAÇÕES DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS DISCENTES.

Considerando os eixos norteadores do PPC referente a formação acadêmica em Licenciatura em História, a avaliação da aprendizagem dar-se-á como componente da prática de ensino e do trabalho educativo, resguardando a autonomia do docente em propor os instrumentos adequados para inferir avaliações, em conformidade com as competências e habilidades associadas à disciplina.

Assim, a partir de processos contínuos de avaliações, o professor buscará compreender e valorizar os discernimentos formativos dos discentes, referentes a independência intelectual, a criatividade e criticidade, o rigor teórico-metodológico e a reflexão sobre o debate com as proposições historiográficas, bem como a prática docente do ensino em História.

Igualmente, os processos avaliativos de ensino-aprendizagem deverão ser realizados, no mínimo, em duas oportunidades durante as atividades propostas em cada componente curricular (disciplina) semestral, conforme a regulamentação vigente do Regimento Geral, vide Portaria nº 09 – CONSU/UNIFAP, de 29/04/2009, verificando-se especificamente no Capítulo VIII (da avaliação e da frequência), a normalização sobre o rendimento escolar, sendo que a aprovação diz respeito a assiduidade e o desempenho:

- O rendimento escolar será aferido por disciplina pela assiduidade do discente. A frequência mínima será de 75% da carga horária em cada componente curricular (disciplina) semestral. A frequência em quaisquer atividades didática oficial e programa constitui aspecto obrigatório para a aprovação do estudante.

- O rendimento escolar será aferido por disciplina pelo desempenho do discente. Os alunos serão avaliados em uma escala de 0,0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo a nota mínima para aprovação 5,0 (cinco) pontos; condicionando a aprovação somente depois de satisfeito o cumprimento da frequência mínima de 75%.

O sistema de progressão ou aprovação do estudante será semestral e por componente curricular, dependendo do cumprimento dos requisitos constantes do currículo do presente curso.

Logo, os instrumentos para inferir o desempenho dizem respeito, por exemplo: provas escritas dissertativas individuais, com ou sem consultas; provas orais desde que acompanhadas de registros específicos; trabalhos individuais e/ou em grupos; seminários desde que devidamente orientados pelo docente; fichamentos, resenhas, *papers* e/ou artigos sobre autores e obras; trabalhos e relatório sobre atividades pedagógicas de caráter teórico ou prático como estágios supervisionados, estudos de caso, pesquisa bibliográficas, temáticas teóricas e empíricas.

Tais procedimentos deverão capacitar o discente para a prática da leitura intensiva da literatura do ensino e da ciência História (e de outras ciências com as quais a História mantém diálogo), debatendo as correntes, concepções, os conceitos e os métodos de ensino. O exercício contínuo da leitura crítica desses textos irá embasar a prática do ensino de História, de modo que o acadêmico realize o diálogo entre teoria e prática.

O princípio fundamental da avaliação é que esta deverá ser processual, contínua e acumulativa do desempenho do aluno, considerando-se, sobretudo, os resultados ao longo do período letivo.

C) 3º EIXO – AVALIAÇÕES DO DESEMPENHO DOS DOCENTES REALIZADA PELOS DISCENTES.

Ao término de cada disciplina, o desempenho teórico-metodológico dos professores será avaliado pelos discentes, de forma anônima e por meio de formulário próprio (**Anexo 10 – Avaliação dos Discentes**), considerando-se a assiduidade, a pontualidade, o empenho, o respeito às diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso e demais questões relativas ao Plano de Curso, tais como: coerência entre o planejamento e a execução da aula; utilização e citação no desenvolvimento da aula, de referencial teórico adequado ao tema de modo articulado; linguagem apropriada à situação de comunicação de uma aula em nível de graduação; domínio e segurança no desenvolvimento do conteúdo; utilização de exemplos reforçadores do conteúdo explorado; aula ministrada com introdução, desenvolvimento e conclusão de forma articulada com a temática explorada.

Esse instrumento de avaliação **não tens fins de publicidade junto ao universo acadêmico**, mas tão somente aos professores do Colegiado do Curso, uma vez que diz respeito a auto avaliação

do docente sobre a sua prática de ensino. O instrumento será aplicado pelo docente da disciplina, que consolidará os dados e apresentará ao colegiado.

D) 4º EIXO – AVALIAÇÃO EXTERNA: EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE.

De acordo com a Portaria MEC nº 315, de 4 de abril de 2018, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação.

A avaliação dos estudantes, por meio do ENADE, será aplicada periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. A avaliação será expressa por meio de conceitos, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS.

Decreto Nº 98.977, de 02 de março de 1990 (Institui a Fundação Universidade Federal do Amapá e dá outras providências).

Lei Nº 7.530, de 29 de Agosto de 1986 (Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá.)

Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional)

Parecer CNE/CES Nº 1.363/2001, de 25 de dezembro de 2001. HOMOLOGADO. Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 29/01/2002 (Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.)

Parecer CNE/CES Nº 492/2001, de 03 de Abril de 2001. HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 04/07/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50. (Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia)

Parecer CNE/CP Nº 28/2001, de 02 de Outubro de 2001. HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 17/01/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31. (Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena)

Parecer CNE/CP Nº 9/2001, de 8 de Maio de 2001. HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

[*Parecer CES/CNE Nº 606/1999*](#), de 08 de Junho de 1999. (Retificado pelo *Parecer CNE/CES Nº 741/1999*)

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019. Unifap, 2015.

Portaria Nº 1.219/2014 – Reitoria/UNIFAP, de 21 de Agosto de 2014.

Processo Nº 23125.002057/2011-01. (Projeto do Campus Binacional do Oiapoque)

Resolução CNE/CES Nº 13/2002, de 13 de Março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33 (Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História)

Resolução Nº 01/2013 – CONSU/UNIFAP, de 14 de janeiro de 2013. (Transforma o Campus de Oiapoque em Campus Binacional)

Resolução Nº 026/2014 – CONSU/UNIFAP, de 28 de Outubro de 2014 (Retificação da *Resolução Nº 37/2013* – CONSU/UNIFAP, de 06 de novembro de 2013 e *Resolução Nº 14/2014* – CONSU/UNIFAP, de 14 de março de 2014)

Resolução Nº 037/2013 – CONSU/UNIFAP, de 06 de novembro de 2013 (Normatização dos novos cursos do *Campus Binacional*)

Resolução Nº 04/1997, de 08 de setembro de 1997 (Aprova o Projeto de Interiorização da UNIFAP)

Resolução Nº 09/2002 – CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002. (Regimento Geral)

Resolução Nº 19/2000, de 11 de dezembro de 2000 (Institui os Campi em Laranjal do Jari e Oiapoque para a realização dos cursos de licenciatura da UNIFAP)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), 1999.

Parecer CNE/CP Nº 2/2002, de 19 de Fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9 (Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior).

Parecer CNE/CP Nº 2/2007, de 18 de Junho de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6. (Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial)

BRASIL. Planalto. **Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Ministério da Educação. Brasília-DF, 2006.

_____. Planalto. **Lei Nº 10.861, de quatorze de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Ministério da Educação. Brasília-DF, 2004.

_____. Planalto. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Ministério da Educação. Brasília- DF, 1996.

_____. **Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007**.

CNE. *Parecer CNE/CES 492/2001*, de 03/04/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2001. Seção 1e, p. 50.

CNE. Resolução CNE/CES 13/03/2002. *Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História*. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33

CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

CNE/CES 13, de 13/03/2002,

PARECER CNE/CP 9/2001 – HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990.

Lei 9.131, de 25/11/1995 (câmara superior)

Lei Federal Nº 7.530, de 29 de agosto de 1986

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002

Lei nº 10.639, de 9/01/2003,

Lei nº 11.645, de 10/03/2008,

Lei nº 11.788, de 25/09/2008

Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

Parecer CES/CNE nº 606/1999, de 08/06/1999

Parecer CNE/CES 1.363/2001, de 25/01/2002

Parecer CNE/CP 28/2001 – HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

Parecer CNE/CP nº 9/2001, de 17/01/2002. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

Portaria MEC Nº 1.482/95, de 6 de dezembro de 1995

Portaria nº 09 – CONSU/UNIFAP, de 29/04/2009

Resolução nº 09 – CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002

Resolução nº 09 – CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002.

Resolução Nº 003 CONSU/UNIFAP, de 07 de março de 1996

Resolução nº 037/2013 – CONSU/UNIFAP, de 06/11/2013

Resolução nº 11/2008 – CONSU/UNIFAP, de 16 de maio de 2008

Resolução nº. 01/2013 – CONSU/ UNIFAP, de 14/01/2013

Resolução nº. 02/2010 – CONSU/UNIFAP, de 26/02/2010.

CNE/CP N. 04/2024

Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007

Resolução CNE/CES 13/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002

Resolução nº 04, de 08 de setembro de 1997

Resolução nº 19, de 11 de dezembro de 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Estatuto**. Macapá-AP, 1999. (Texto aprovado pela Portaria MEC nº 1.053, de 12/07/1999)

_____. **Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Macapá-AP, 2008.

_____. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA**. Macapá-AP, 2007

_____. **Relatório de Gestão 2008**. Macapá-AP, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), 1999.

A N E X O S

ANEXO 01 – EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

.

ANEXO 01 – EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

A) NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA

1. NUCLEAÇÃO DE TEORIA E METODOLOGIA

• INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

Ementa: Balizas fundamentais da História. A História e o conhecimento. Relações entre Memória, História e Historiografia. Exigências e desafios postos ao ofício de historiadoras e historiadores. Os fundamentos da pesquisa e da escrita da História: teoria e método. História e Ensino de História. Mulheres na construção do conhecimento histórico.

Bibliografia Básica:

ÁVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos. In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/> Publicado em: 29 abr. 2019.

BAUER, Caroline Silveira; Nicolazzi, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752016000300009>.

CARDOSO, Ciro Flamarion; Brignoli, Hector P. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a história. In: Salomon, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

DASTON, Lorraine. Objetividade e imparcialidade: virtudes epistêmicas nas humanidades. In: Almeida, Tiago Santos (org.). **Historicidade e Objetividade**. São Paulo: Editora LiberArs, 2017.

GATTINARA, Enrico. Verdades, histórias, realidades. In: Almeida, Tiago Santos; Salomon, Marlon (orgs.). **História e epistemologia das Ciências Humanas**. São Paulo: LiberArs, 2023.

KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade: Contribuição à apreensão historiográfica da história. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**. Vol. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v11i28.1414>

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: Salomon, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011. p. 21- 49.

RICOEUR, Paul. Objetividade e subjetividade em história. In: **História e verdade**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987, p. 23-44.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS/FACED.

Bibliografia complementar:

BARROS, Assumpção. **O Tempo dos Historiadores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

DOSSE, François. **A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

GATTINARA, Enrico. A multiplicidade temporal: um problema no qual ciência, história e filosofia se encontram. In: Salomon, Marlon (org.). **Heterocronias**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História: Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

REIS, José Carlos. **História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Editora Escuta, 2000, p. 73-98.

SMITH, Bonnie. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru: EDUSC, 2003.

STILLE, Alexander. **A destruição do passado**. São Paulo: Arx, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. A história como multiplicidade temporal. In: Salomon, Marlon (org.). **Heterocronias**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

• METODOLOGIA DA PESQUISA EM HISTÓRIA

Ementa: A pesquisa em História. Produção do conhecimento Historiográfico. Definição de Objeto. Justificativa do Objeto. Balanço Bibliográfico. Levantamento de Fontes. Elaboração de um projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica:

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. *Planejamento de Pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2003. 21

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2ª. ed. SP: UNESP, 1994, 354p.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os métodos da história*. RJ: Graal, 1983, 528 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Campus, 1997, 508 p.

CARTEAU, Michel de. *A escrita da história*. RJ: Forense Universitária, 1982, 345 p.

LE GOFF, Jaques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques (dir.) *A Nova História*, Coimbra: Almedina, 1990, 591 p.

Bibliografia complementar:

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

SAMARA, Eni; TUPY, Ismênia. *História e Documentos e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GAY, Peter. *Freud para Historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

• METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA

Ementa: A formação de professores(as) de História. A reflexão sobre a atuação da/do professor(a) em sala de aula. Os métodos de ensino e conhecimento dos materiais didáticos próprios para o ensino de História em todos os níveis do ensino fundamental e médio.

Bibliografia Básica:

ABUD, K.M. Tempo histórico: conceito fundamental para a aprendizagem de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPHU/Humanitas, v.18, n.36, 1998, p.15-38.

BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

LASTÓRIA, A.C. e MIZUKAMI, M.G.N. Construção de material instrucional como ferramentas para aprendizagens docentes. In: MIZUKAMI, M.G.N. e REALI, A.M.M.R.(orgs.) **Aprendizagem profissional da docência: saberes, contextos e práticas**. São Carlos: Ed.UFSCar, 2002

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Celso. A sala de aula de geografia e de história: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia. Campinas: Papirus, 2003.

NIKITIUK, Sônia Maria L. (org.). Repensando o Ensino de História. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

SAMARA, Eni; TUPY, Ismênia. *História e Documentos e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

• TEORIA DA HISTÓRIA I

Ementa: Definição e pressupostos da Teoria da História. Filosofia da História. Formação do conhecimento histórico moderno e a consolidação da História como Ciência (séculos XVIII – XIX). Mulheres e a produção do conhecimento histórico. A Escola dos Annales (1929-1989).

Bibliografia Básica:

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História e Filosofia da História. In: **Teoria da História**– Vol I: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020. p.85-150.

BARROS, José D'Assunção. Alguns conceitos fundamentais. In: **Teoria da História**– Vol I: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020. p.151- 267.

BARROS, José D'Assunção. Cap. II – Positivismo, Cap. III – Historicismo e Cap. IV – Relativismos. In: **Teoria da História**– Vol II: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020. p.73 – 198.

CORDEIRO, Raimundo Barroso. Lucien Febvre (1878-1956) . In: Parada, Maurício (Org.). **Os Historiadores: Clássicos da História**– Vol.2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2019. p. 227-253.

EYLER, Flávia Maria Schlee. Heródoto de Halicarnasso (484 a.C.-430/420 a.C.). In: PARADA, Maurício (Org). **Os Historiadores: Clássicos da História**– Vol.1: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2019. p. 9-31.

JASMIN, Marcelo. Alexis de Tocqueville (1805-1859). In: Parada, Maurício (Org.). **Os Historiadores: Clássicos da História**– Vol.2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2019. p.9-35.

LIMA, Luís Corrêa. Fernand Braudel (1902-1985). In: Parada, Maurício (Org.). **Os Historiadores: Clássicos da História**– Vol.2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2019. p.278-299.

MAGALHÃES, Luiz Otávio de. Tucídides (460 a.C-404 a.C.). In: Parada Maurício (Org.). **Os Historiadores: Clássicos da História** – Vol.1: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2019. p.32-50.

MARX, K. e Engels, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes *Memória*. Campinas: Unicamp. 1997.

REIS, José. Marc Bloch (1886-1944). In: Parada, Maurício (Org.). **Os Historiadores: Clássicos a História**– Vol.2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2019. p.254-277.

Rodrigues, Antonio E. Martins. Jacob Burckhardt (1818-1883). In: Parada, Maurício (Org.). **Os Historiadores: Clássicos da História**– Vol.2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2019. p.95-112.

VITORINO, Júlio César. Tito Lívio (59/64 a.C.-17 d.C.). In: Parada, Maurício (Org.). **Os Historiadores: Clássicos da História** – Vol.1: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2019. p. 68-87.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: **Gênero, Corpo, Conhecimento**. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos. 1998.

Bibliografia Complementar:

BAKTHIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro Flammarion & Vainfas, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1997.

LE GOFF, Jacques & Nora, Pierre (org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

• **TEORIA DA HISTÓRIA II**

Ementa: As correntes historiográficas contemporâneas (Séculos XX-XXI). As diferentes historiografias – modelos explicativos da História. As implicações da cultura digital na Teoria da História e do Conhecimento.

Bibliografia Básica:

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOER, Franklin. **O mundo que não pensa: a humanidade diante do perigo real de extinção do homo sapiens**. São Paulo: Leya, 2019.

GINZBURG, Carlo. A História na era Google. In: Schuller, Luis; Wolf, Eduardo (Org.). **Pensar o Contemporâneo**. Porto Alegre: Arquipélago, 2014.

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e Interesse. In: **Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno: Textos Escolhidos**. São Paulo, Abril Cultural, 1983, pp.301-312.

LE GOFF, Jacques & Nora, Pierre (org.). **História: novas perspectivas**. São Paulo, Unesp, 1992.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, Liberdades e Controle: uma genealogia política da internet**. Petrópolis, Vozes, 2018.

PRADO, Magaly. **Fake news e inteligência artificial: o poder dos algoritmos na guerra da desinformação**. São Paulo: Edições 70, 2022.

RAGO, Margareth; Gimenez, Renato Aloizio de Oliveira. **Narrar o passado, repensar a História**. Campinas: IFCH, Unicamp, 2000.

SALIBA, Elias Thomas. Teoria da História em tempos digitais. In: Gonçalves, Marcia (org.)

Teorizar, aprender e ensinar História. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2023, pp. 23-48.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

VASCONCELOS, José Antonio. A História e a sedução da Narrativa. **Revista Uniandrade.** v.11/n.02, Julho/Dezembro 2010. p.19-29. Disponível em:

<https://revistahom.uniandrade.br/index.php/revistauniandrade/article/view/9/0>

Bibliografia Complementar:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX.** São Paulo: UNESP, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

HAN, Byung-Chul. **A crise da narração.** Trad. Daniel Guilhermino. Petrópolis: Vozes, 2023.

_____, **No Enxame: reflexões sobre o digital.** Trad. Miguel S. Pereira. Lisboa, Relógio d'Água, 2016.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. HUNT, Lynn. **A Nova História cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PARISIER, Eli. **O filtro invisível; o que a internet está escondendo de você.** Trad. Diego Alfaro. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História; uma teoria da história como ciência.** Trad. Estevão Martins, Curitiba, Editora da UFPR, 2015.

2. NUCLEAÇÃO DE HISTÓRIA GERAL E AMÉRICAS

• HISTÓRIA ANTIGA

Ementa: O componente inicialmente discute inicialmente o processo de construção da historiografia das sociedades comunais e das primeiras grandes civilizações, adotando como perspectivas as concepções sobre a formação da humanidade e a raridade das fontes sobre o período. Esse momento será efetivado a partir de duas unidades fundamentais: a primeira analisará a questão do ofício do historiador que trata da esfera histórica, inadequadamente chamada “pré-história”, destacando a construção do discurso historiográfico pertinente, após se discutirá a questão dos conteúdos na historiografia sobre as primeiras grandes civilizações, articulando-as com a historiografia da Antiguidade clássica (greco-romana). Se apresentarão então os eixos Grécia e Roma, adotando como foco interpretativo a atualidade de culturas e a historicidade de instituições. Na dimensão se analisará o ofício do historiador para com a antiguidade clássica, destacando a construção do discurso historiográfico, bem como, se discutirá – por intermédio de recortes econômicos, políticos, sociais e culturais – a questão dos conteúdos na historiografia sobre o período clássico greco-romano, considerando-os como fundamental para a ligação entre a época antiga e medieval/cristã.

Bibliografia Básica:

BAKOS, Margaret Marchiori. **Fatos e mitos do antigo Egito.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O Egito Antigo.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sociedades do antigo Oriente Próximo.** São Paulo: Ática, 1991.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da antiguidade oriental.** Petrópolis: Vozes, 1981.

LÉVÊQUE, Pierre. **O Mundo Helenístico.** Lisboa: Ed. 70, 1987.

ARIES, Phillipe. **História da vida privada: do império ao ano mil.** São Paulo: Cia. das letras, 1990.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga.** São Paulo: Hemus, 1975.

FINLEY, Moses I. **Os Gregos Antigos.** Lisboa: Ed. 70, 1993.

GRIMAL, Pierre. A Civilização Romana. Lisboa: Ed. 70, 1993.
 MOSSÉ, Claude. Instituições Gregas. Lisboa: Ed. 70, 1987.
 VEYNE, Paul. A Sociedade Romana. Lisboa: Ed. 70, 1993.

Bibliografia Complementar

AMOURETTI, Marie-Claire. O mundo grego antigo: dos palácios de Creta à conquista romana. Lisboa: Dom Quixote, 1993
 ANDERSON, Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. Porto-Portugal: Afrontamento, 1982.
 CARDOSO, Ciro Flamarion. A cidade-estado antiga. 2ª ed., São Paulo: Ática. 1987.
 CONDURACHI, Émile. “Roma, berço da latinidade”. In: DUBY, Georges (direção). A civilização latina – dos tempos antigos ao mundo moderno. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
 JAEGER, Werner. Paidéia – a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
 VERNANT, Jean Pierre. As origens do pensamento grego. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1981.

• HISTÓRIA MEDIEVAL

Ementa: A transição entre a Antiguidade e a Idade Média; As transformações do mundo romano (c.300-600); A economia agrária dominial, o comércio e as transformações no mundo cristão; A organização eclesiástica e monástica da Igreja e Cristianismo medieval; Reconquista e as Cruzadas; os “terrores” do ano mil. Feudalismo, Senhorio e feudalidade, economia agrária e economia urbana; O papado e o Sacro Império; As heresias medievais; A crise dos sécs. XIV e XV; Os eixos comerciais marítimos; A constituição de monarquias; Os movimentos comunais e as repúblicas urbanas.

Bibliografia Básica:

BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa: Edições 70, 1981.
 DUBY, Georges. Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos. São Paulo: UNESP, 1999.
 FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Perry. Passagem da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.
 BATISTA NETO, Jônatas. História da Baixa Idade Média (1066-1453). São Paulo: Atual, 1989.
 LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. [Tradução Manuel Ruas]. Vol. I e II. Lisboa: Estampa, 1983.
 DUBY, Georges. Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval. Vol. I e II. Lisboa: Ed. 70, 1987.
 _____. Para um novo conceito de Idade Média. Lisboa: Estampa, 1988.

• HISTÓRIA MODERNA

Ementa: A Modernidade. Do Feudalismo para o Capitalismo: rupturas e continuidades. O choque entre culturas: a descoberta do novo mundo. A Mentalidade de Transição: Renascimento e Ciência Moderna. Reformas Religiosas. A cultura popular na Idade Moderna. A fé e as religiões modernas. Bruxaria e Feitiçaria. Transformações da família na modernidade. A cidade moderna. As mulheres na modernidade. A ciência moderna. A arte renascentista. Analisar o processo de constituição do mundo moderno, tendo como enfoque os aspectos culturais e religiosos a partir das seguintes abordagens: o declínio do Antigo Regime.

Bibliografia Básica:

BAUMER, Franklin L. *O pensamento Europeu Moderno*. V. 1, Lisboa: Edições 70, 1990.

ELIAS, Nobert. *O Processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
 DELUMEAU, J. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.
 HOBSBAWN, Eric. *As origens da revolução industrial*. São Paulo: Global, 1979.
 BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: A Construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
 CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: UNICAMP, 1994.
 CHARTIER, R. (org.). *História da Vida Privada*, 3 - Da Renascença ao Século das Luzes. SP: Cia das Letras, 1991.
 DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

• HISTÓRIA DA AMÉRICA I

Ementa: Os povos pré-colombianos: Incas, Maias e Astecas. A conquista da América. O processo de colonização. A atuação da Igreja Católica. O trabalho na América Colonial. Revoltas sociais e os processos de independência. A participação das mulheres nos processos de independência.

Bibliografia Básica:

BARNADAS, Josep M. **A Igreja Católica na América Espanhola Colonial**. In: Bethell, Leslie. *História da América Latina*. Vol. 1 São Paulo: Edusp, 2004. P.521-551.
 Fuentes, Carlos. Parte II O conflito dos deuses. In: **O Espelho Enterrado – Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. P.93-147.
 GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz & Terra, 2005.
 GRUZINSKI, Serge. A cristianização do imaginário. In: **A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P. 271-292.
 LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A visão dos vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas**. Rio Grande do Sul: Porto Alegre, L& PM Editores, 1985.
 O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu devir**. São Paulo: Unesp, 1992.
 PRADO, Maria Ligia C. Sonhos e desilusões nas independências hispano-americanas e A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina. In: Prado, Maria Ligia C. **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Edusp, 1999.
 VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
 TODOROV, Tzevetan. **A conquista da América – A questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Cecília. Raminelli, Ronald. **História das Américas: novas perspectivas**. RJ: FGV, 2011.
 CARDOSO, Ciro F. **América pré-colombiana**. SP: Brasiliense, 1982
 COOPER, Frederick; Holt, Thomas; Scott, Rebecca. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
 FAVRE, Henri. **A civilização Inca**. RJ: Zahar, 1992.
 GEHRAN, Philomena; Lemos, Maria T. T. B. (org.). **América Latina: Cultura, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro: ANPHLAC, 1994.

GRUZINSKY, Serge; Bernand, Carmen. **História do Novo Mundo**. SP: EDUSP, 1997. KARNAL, L; PURDY, S; FERNANDES, L; MORAIS, M. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. 25ª Edição. SP: Atual, 2000
SEED, Patrícia. **Cerimônias de Posse na Conquista Europeia do Novo Mundo (1492-1640)**. Trad. LENITA R. ESTEVES, São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

• HISTÓRIA DA AMÉRICA II

Ementa: Os Estados Nacionais nas Américas. O Caudilhismo. Revolução Mexicana. O Populismo. Revolução Cubana. Regimes Militares na América Latina. Estados Unidos: Contracultura e a luta por direitos civis. Guerra Fria nas Américas. Abertura política e a economia de mercado nos anos de 1980 e 1990. América Latina no século XXI.

Bibliografia Básica:

AYERBE, Luis Fernando. **A revolução Cubana**. São Paulo: UNESP, 2004.

AZEVEDO, Cecília. Raminelli, Ronald. **História das Américas: novas perspectivas**. RJ: FGV, 2011.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 2ª Edição. São Paulo: Peres, 1994.

CAMÓN, Hector. MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**. SP: EDUSP, 2000.

FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FICO, Carlos et al. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. GARRETÓN, M. A. **América Latina no Século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

LEAL, Beatriz. **Mulheres que mordem**. Rio de Janeiro: Imã Editorial, 2015 PAMPLONA, Marco A. **Reverendo o sonho americano: 1890 – 1972**. SP: Atual, 1995

PAMPLONA, Marco A. Doyle, Don H (org). **Nacionalismo no Novo Mundo: A Formação de Estados-Nação no Século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

Soares, Gabriela Pellegrino; Colombo, Sylvia. **Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX**. SP: Humanitas – FFLCH/USP, 1999.

Bibliografia Complementar:

AYERB, Luiz Fernando. **Estados Unidos e a América Latina - a construção da hegemonia**. São Paulo/Franca: Unesp, 2002.

BAYLIN, B. **Origens ideológicas da Revolução Americana**. Bauru: Edusc, 2003.

CAMÍN, Hector Aguiar; Meyer, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989**. SP: EDUSP, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo. A Revolução Cubana**. SP: T. A. Queiroz, 1979.

GUAZZELLI, César Barcellos. **História contemporânea da América Latina – 1960/90**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

ROMERO, Jose Luis. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

ROUQUIE, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa Omega, 1989.

SADER, Emir. **Cuba, Chile, Nicarágua**. São Paulo: Atual, 1992.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão – uma história política norte- americana em relação à América Latina**. SC: EDUSC, 2000.

• HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Ementa: Sociedade Liberal: Formação e evolução. As revoluções Democráticas, burguesas na Europa e seus reflexos no mundo; o imperialismo monopolista. O avanço capitalista e a competição imperialista. A crise capitalista. A nova forma de Estado. Os conflitos ideológicos entre os Estados imperialistas, capitalistas e totalitários. O estado e o Direito. A nova ordem mundial: séculos XX e XXI. Os novos movimentos sociais, associativismo e cooperações: feminismos, pacifismo e ambientalismo. Crítica e análise das tradições históricas com a chamada Pós-modernidade.

Bibliografia Básica

- BRAUDEL, F. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
 CHACON, V. *A unificação da Europa*. São Paulo: Scipione, 1993.
 DUROCELLE, J. B. *A Europa de 1815 aos nossos dias*. São Paulo: Pioneira, 1976.
 HILL, C. *A revolução inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
 HOBSBAWN E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
 _____. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
 _____. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
 _____. *As origens da revolução industrial*. São Paulo: Global, 1979.
 _____. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
 PROST, A.; VICENT, G. (org.). *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
 SCHAMA, S. *Cidadãos: Uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
 SOBOUL, A. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
 VOVELLE, M. *A mentalidade revolucionária. Sociedade e mentalidades na Revolução Francesa*. Lisboa: Salamandra, 1987. BARROS, Edgar Luis de. *A Guerra Fria*. São Paulo: Atual, s/d.
 BEZERRA, Holien G. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Atual, 1987.
 BEZERRA, Holien G. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Atual, 1987.
 VIZENTINI, Paulo F. *A guerra do Vietnã*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

Bibliografia Complementar:

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Revolução e guerra civil na Espanha*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
 ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
 ARASSE, Daniel. *A guilhotina e o imaginário do terror*. São Paulo: Ática, 1989.
 ARIES, P. & CHARTIER, R. (org.) *História da vida privada*. Vol. 03. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
 BEAUD, Michel. *História do Capitalismo – de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
 BLACKBURN, Robin.(org.) *Depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
 CANEDO, Letícia. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Atual, 1987.
 CARNÓY, Martin. *Estado e teoria política*. São Paulo: Papirus, 1994.
 CROUZET, Maurice (org.) *História Geral das civilizações*. São Paulo: Difel, s/d.
 CHACON, V. *A questão alemã*. São Paulo: Scipione, 1992.
 SCHILLING, V. *A Revolução chinesa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
 ELIAS, Norbert. *Os alemães*. SP: Zahar, 1984.
 CATANI, Afrânio. *O que é o Imperialismo?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
 LENIN, V. *Imperialismo – fase superior do capitalismo*. In: LENIN. *Obras escolhidas – V. 01*, São Paulo: Alfa e Omega, 1979.

• HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

Ementa: Sociedade Liberal: Formação e evolução. As revoluções Democráticas, burguesas na Europa e seus reflexos no mundo; o imperialismo monopolista. O avanço capitalista e a competição imperialista. A crise capitalista. A nova forma de Estado. Os conflitos ideológicos entre os Estados imperialistas, capitalistas e totalitários. O estado e o Direito. A nova ordem mundial: séculos XX e XXI. Os novos movimentos sociais, associativismo e cooperativismo: feminismos, pacifismo e ambientalismo. As novas formas de poder e o século XXI.

Bibliografia Básica

- BRAUDEL, F. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CHACON, V. *A unificação da Europa*. São Paulo: Scipione, 1993.
- DUROCELLE, J. B. *A Europa de 1815 aos nossos dias*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- HILL, C. *A revolução inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- HOBSBAWN E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *As origens da revolução industrial*. São Paulo: Global, 1979.
- _____. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PROST, A.; VICENT, G. (org.). *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SCHAMA, S. *Cidadãos: Uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- SOBOUL, A. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- VOVELLE, M. *A mentalidade revolucionária. Sociedade e mentalidades na Revolução Francesa*. Lisboa: Salamandra, 1987.
- BARROS, Edgar Luis de. *A Guerra Fria*. São Paulo: Atual, s/d.
- BEZERRA, Holien G. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Atual, 1987.
- BLACKBURN, Robin.(org.) *Depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LOPES, Marta M. *O apartheid*. São Paulo: Atual s/d.
- VIZENTINI, Paulo F. *A guerra do Vietnã*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

Bibliografia Complementar:

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Revolução e guerra civil na Espanha*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARASSE, Daniel. *A guilhotina e o imaginário do terror*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARIES, P. & CHARTIER, R. (org.) *História da vida privada*. Vol. 03. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo – de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BLACKBURN, Robin.(org.) *Depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- BLANING, T. C. W. *Aristocratas versus Burgueses?* São Paulo: Ática, 1991.
- CANEDO, Letícia. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Atual, 1987.
- CARNÓY, Martin. *Estado e teoria política*. São Paulo: Papirus, 1994.
- CROUZET, Maurice (org.) *História Geral das civilizações*. São Paulo: Difel, s/d.
- CHACON, V. *A questão alemã*. São Paulo: Scipione, 1992.
- SCHILLING, V. *A Revolução chinesa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães*. SP: Zahar, 1984.
- CATANI, Afrânio. *O que é o Imperialismo?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LENIN, V. *Imperialismo – fase superior do capitalismo*. In: LENIN. *Obras escolhidas – V. 01*, São Paulo: Alfa e Omega, 1979.

• HISTÓRIA DAS MULHERES

Ementa: Mulheres: História e Historiografia. História do Movimento Feminista. Patriarcado Moderno. Ensino de História e Estudos de Gênero. História das Mulheres e Interseccionalidade. Invisibilidade do Feminino. História das Mulheres: Amazônia e Amapá. História das Mulheres: novos desafios.

Bibliografia Básica:

- ADOVASIO, J.M.; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. **Sexo invisível**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COSTARD, Larissa. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História. **Revista Fronteiras e Debates**, Macapá, v. 4, n. 7, p. 159- 175, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323272241_Genero_curriculo_e_pedagogia_decoloni_al_anotacoes_para_pensarmos_as_mulheres_no_ensino_de_Historia
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. **Revista de História: nova série**, São Paulo, USP, n. 114, p. 31- 45, jan./jun. 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058>
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Editora Claridade, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- MAZARÃO, Karine. História das Mulheres e relações de gênero como possibilidades críticas ao Ensino de História: Uma análise decolonial sobre as mulheres africanas e indígenas. **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, v. 14, n. 27, p. 216-247, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/13578>
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995.
- SILVA, Brenda Farias da; MIRANDA, Dábila de Cássia Brito de. A violência de gênero na fronteira franco-brasileira: A transversalidade da prostituição e o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. In: Sardinha, Carlos; Soares, Ana Cristina de Paula Maués; Oliveira, Francisca de Paula de (Orgs.) **Pesquisa em gênero e sexualidade: perspectivas e experiências a partir da Amazônia**. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2019. p. 119- 142.
- SILVA, Evelanne Samara Alves da. Mulheres que curam na fronteira: Recortes sobre o Amapá na primeira metade do século XX. Simpósio Nacional de História – ANPUH NACIONAL. 32., 2023. São Luís, MA. Anais [...] São Luis, ANPUH, 2023. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693794085_ARQUIVO_104_f321b33_37cc6524ad2916fe76a541.pdf

Bibliografia Complementar:

- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5) 1995: pp. 07-41.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. In: Algranti, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas, IFCH, 2002. p. 7-42. (Textos didáticos, 48).
- TEDESCO, Cristine. **Artemísia Gentileschi: trajetória biográfica e representações do feminino (1593-1654)**. São Leopoldo: OiKos, 2020.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In*: Flamarion, Ciro; Vainfas, Ronaldo. **Domínios da história: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 275-296.

• EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Ementa: Conceito de Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos no Brasil. Evolução dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diretrizes Nacionais para a Educação em direitos humanos; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; Temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana et alli. (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. São Paulo: Cortez, 2013.

CANDAU, Vera Maria (coord.); SACAVINO, Susana et alli. Somos todos/as iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. 2. ed. : Lamparina, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educar em direitos humanos: construir democracia; Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010.

CARDOSO, M. e CERENCIO, P. Direitos humanos: Diferentes cenários, novas perspectivas. São Paulo, Editora do Brasil, 2015.

PIOVESAN, F. Temas de direitos humanos. São Paulo, Editora Saraiva, 6ª Edição, 2013.

3. NUCLEAÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL

• HISTÓRIA DO BRASIL I

Ementa: A formação e o desenvolvimento da sociedade colonial lusa americana desde a expansão ultramarina europeia até o final do século XVIII tendo por base fatores econômicos, políticos, culturais e religiosos.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. 49ªEd. São Paulo: Global Editora, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 42º ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Bibliografia Complementar

NOVAIS, Fernando. (Og.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRIORE, Mary Del. História das Crianças no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
 REIS, João José et. al. Negociação e Conflito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
 SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz – Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
 WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

• HISTÓRIA DO BRASIL II

Ementa: Brasil na crise do Antigo Regime. O período político imperial brasileiro estudado desde o contexto da vinda da Família Real portuguesa para sua colônia sul-americana perpassando pela época joanina bem como pelo seu processo de emancipação política. As fases do Primeiro Reinado, período Regencial e do Segundo Reinado até sua crise e declínio analisando os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Bibliografia Básica:

COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo: Unesp, 1998.
 FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 2.ed., Porto Alegre: Globo, 1975.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Vols. III, IV, V, VI e VII 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
 MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004

Bibliografia Complementar:

LINHARES, Maria Yeda. História Geral do Brasil. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990
 NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial. 5ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
 SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
 SCHWARCZ, Lília Moritz. As Barbas do imperador, D. Pedro II: um Monarca dos Trópicos, de São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

• HISTÓRIA DO CONTEMPORÂNEO

Ementa: Formação do estado republicano no Brasil. Movimentos sociais. Sociedade civil. Conflitos e mediações. Militares, operários, trabalhadores urbanos e rurais. A Era Vargas. Redemocratização no Brasil - 1946. Governos Militares. Abertura política. Redemocratização pós-governos Militares. Trabalhadores urbanos e rurais. Sociedade civil.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (org.). História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque a Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 04, 1998.
 DECCA, Edgar de. 1930 – O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução. 6ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 DREIFUSS, R.A 1964: A conquista do estado. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

Bibliografia complementar:

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1985. v.1 e 2.
 FAUSTO, Boris(org.). História da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1986. Tomo III, Vols. 8,9,10 e 11.

FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais no fim do Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 4)

RINDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, vol 06. 2007.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena, 1970/80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

• HISTÓRIA DA AMAZÔNIA I

Ementa: História da Amazônia: Análise interpretativa e bases documentais; A Organização territorial: estratégias políticas de uma Corte distante; A Amazônia Colonial e Imperial: a saga pela dominação do Norte; As Terras do Cabo Norte no relato de viajantes; o Amapá no contexto do projeto colonial português; A Transição para a República: nada muda nos confins do Brasil.

Bibliografia Básica:

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *A Escrita da História Paraense*. Belém: UFPA, 1998.

AMARAL, Alexandre Souza; OLIVEIRA JÚNIOR, A; CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa; LOBATO, S. S; SANTOS, D. C. (Org.). *Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açai, 2011.

BEZERRA NETO, José Maia. GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. *Nas Terras do cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, Séculos XVIII-XIX*. Editora Universitária/UFPA, 1999.

Bibliografia Complementar:

DEL PRIORE, Mary. GOMES, Flavio dos Santos. *Os senhores dos rios. Amazônia margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

QUEIROZ, Jonas Marçal e COELHO, Mauro César. *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA, Macapá: UNIFAP, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa*; 2ª edição; vol 1. Belém: 1993. (Lendo o Pará).

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os Portugueses Revelaram*. 2ª. ed., Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994.

• HISTÓRIA DA AMAZÔNIA II

Ementa: A Amazônia no século XIX: os movimentos políticos. Fronteira, colonização e conflitos na Costa Setentrional do Grão-Pará; Expansão econômica na Amazônia; A sociedade da borracha na *belle époque*; Intervenção econômica e política da segunda metade do século XX com ênfase nas bases de organização econômica e política do Território Federal do Amapá e do Estado do Amapá; A Amazônia no planejamento da economia nacional; As grandes empresas agropecuárias, mineradoras e o meio ambiente.

Bibliografia Básica:

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth e CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: Guardiães e Matas e Rios*. 2ª. ed., Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

AMARAL, Alexandre Souza; OLIVEIRA JÚNIOR, A; CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa; LOBATO, S. S; SANTOS, D. C. (Org.). *Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açai, 2011

D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 177-184.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Edna M. Ramos de e ACEVEDO MARIN, Rosa E. (Orgs.). *Amazônias em Tempo de Transição*. Belém: UFPA/NAEA, ARNI, CELA, 1989.

COELHO, Maria Célia N. *A ocupação da Amazônia e a presença militar*. São Paulo: Atual, 1998.

LINS, Cristóvão. *A Jarí e a Amazônia*. Rio de Janeiro: DATAFORMA em convênio com a Prefeitura Municipal de Almerin (PA), 1997.

LOUREIRO, Violeta R. “A História Social e Econômica da Amazônia”. In: *Estudos e Problemas da Amazônicos*. História Social e Econômica e Temas Especiais. 2ª. ed., Belém: CEJUP, 1992, pp. 9-55.

MARTINS, José de Sousa. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 659-726.

• HISTÓRIA DO AMAPÁ

Ementa: As bases históricas da formação socioeconômica e da cultura política do Amapá com as seguintes temáticas: terras do Cabo Norte – o Amapá no contexto do projeto colonial português; fronteira, colonização e conflitos na Costa Setentrional do Grão- Pará; e economia e política na segunda metade do século XX; os grandes projetos e as bases de organização do Território Federal e do Estado do Amapá. Novas abordagens para História do Amapá.

Bibliografia Básica:

GOMES, Flávio. *Nas terras do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, séculos XVIII-XIX*. Editora Universitária UFPA, 1999.

ACEVEDO MARIN, Rosa. *A escrita da História Paraense*. Belém: UFPA, 1998. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazonia Brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa*. Belém: SECULT, 1993. SANTOS, Fernando R. dos. *História do Amapá*. Macapá: Editora Gráfica O DIA, 1998.

OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (Org.). *Amazônia, Amapá: escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

Bibliografia Complementar:

AMARAL, Alexandre Souza; OLIVEIRA JÚNIOR, A; CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa; LOBATO, S. S; SANTOS, D. C. (Org.). *Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açai, 2011

COSTA, Paulo Marcelo. *Na ilhargá, logo ali na Beira, lá tem regatão: significados dos regatões na vida do Amapá – 1945-1970*. Belém: Açai, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. *Nas Terras do cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, Séculos XVIII-XIX*. Editora Universitária/UFPA, 1999.

SILVA, Maura Leal da. *A (onto) gênese da nação nas margens do território nacional*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: PUC, 2007

LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na Fronteira da Modernização: a política educacional no Amapá (1944-1958)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

• HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS E AFRICANAS

Ementa: Analisar os principais aspectos da história da África. A África Pré-colonial. O processo de colonização. A diáspora. O processo de independência. Identificar e comparar os aspectos culturais relevantes da cultura afro-brasileira. Analisar a Lei 10.639/03 e sua implementação. Comunidades negras no Brasil.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Alexandre Souza; OLIVEIRA JÚNIOR, A; CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa; LOBATO, S. S; SANTOS, D. C. (Org.). Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá. Belém: Açai, 2011

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Quilombolas: tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori comunicação, 2006.

COSTA e SILVA, Alberto. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato Pinto. Ancestrais: uma introdução à história da África. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MATTOS, Rejane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.

HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. [Orgs.]. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad>>. Acesso em: 20-04-2007.

GONÇALVES, Luiz Alberto & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. O Movimento Negro e a Educação. In: Revista Brasileira de Educação. Set/out/Nov/Dez. 2000. Nº15.

LAUREANO, Marisa Antunes. O Ensino de História da África. In: Ciências & Letras. N. 1 (ago. 1979). Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense. 2008.

MAGGIE, Yvonne. A escola no seu ambiente: políticas públicas e seus impactos. Relatório parcial de pesquisa (julho de 2004 – maio de 2005). Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro/Fundação Ford/Faperj/ CNPq, 2006.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

• HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA

Ementa: Abordagem da diversidade étnica-cultural dos povos indígenas, concebidas como processo histórico distinto. As relações interétnicas: a presença dos brancos na vida dos povos indígenas. Planificação e diversidade cultural dos povos indígenas: política integracionista. A problemática constante na pesquisa e reflexão feita no Brasil e sobre os povos indígenas: a densa e complexa relação com as políticas públicas e com as estratégias de construção da identidade nacional.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2003.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRUPIONE, Luis Doniste B. (org.). Índios no Brasil. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.
 OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na Formação do Brasil. Brasília: MEC, Museu Nacional, 2006.
 SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete B. A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º. graus. São Paulo: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Ana Valéria. Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: O Direito à diferença. Brasília: MEC, Museu Nacional, 2006.
 ARNOUD, Expedito. O índio e a expansão nacional. Belém: SEJUP, 1989.
 AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs.). Confrontos de Culturas: conquistas, resistência e transformação. São Paulo: EDUSP, 1997.
 BATES, Henry Walter. Um Naturalista no Rio Amazonas. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1979.
 CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O índio no Mundo dos Brancos. São Paulo: Pioneira, 1972.
 CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; FARAGE, Nádia. O caráter da tutela dos índios: origens e metamorfoses. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. O direito dos índios: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 103-117.
 COELHO, Mauro César. A cultura do trabalho – o Diretório dos Índios e um novo paradigma de colonização na Amazônia do século XVIII. In: QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro César. Amazônia: Modernização e Conflito (Séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/Nea; Macapá: UNIFAP, 2001, p. 55-80.
 GALLOIS, Dominique T.; GRUPIONI, Denise F. Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará. Quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: Iepé, 2003.
 GRUPIONI, Luís Donisete. Coleções e expedições vigiadas: etnólogos no Conselho de Fiscalização da Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.
 LIMA, Antônio Carlos de Souza. Aos fetichistas, Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, MN/PPGAS, 2 vols, 1985.
 SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Entre a tutela e a liberdade dos índios: relendo a Carta Régia de 1798. In: COELHO, Mauro César et all. (orgs.). Meandros da História: trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005, p.68-84.

• EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAS

Ementa: Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas para a educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectivas didático-pedagógica de educação antirracista. Legislações pertinentes. Currículo e política curriculares. História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos. Pesquisas em educação e relações étnico-raciais.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. História da Educação e Pedagogia. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
 BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito. Educação escolar indígena no Oiapoque nos anos do regime militar: dialogando com as fontes documentais. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social, p. 1-11, 2013.
 BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre currículo e diversidade cultural. In: BUENO, José Geraldo Silveira; MUNAKATA, Kazumi; CHIOZZINI, Daniel Ferraz. A escola como objeto de

estudo: Escola, desigualdades, diversidades. São Paulo: Junqueira e Marin, 2014. p. 153 - 169.

CANDAUI, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Currículo sem Fronteiras, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.240-255, jul./dez. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: Desafios, políticas e práticas. Disponível em: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE (ufrgs.br). Acesso em 10 de Jun. de 2021.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva.

10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescentes em educação. São Paulo: Paulinas, 2007.

DE OLIVEIRA NETO, Manoel Martins. As diferentes abordagens do ensino de história indígena no município de Oiapoque. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo

(Licenciatura em História). 22. f. Universidade Federal do Amapá – Campus Oiapoque. Amapá-Oiapoque, 2023.

Bibliografia complementar:

BHABHA, Homi Kharshedji. O local da cultura. Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2001. CANCLINI,

Nestor. Consumidores e cidadãos. 5. ed. Rio de Janeiro: ED. da UFRJ, 2005. CANCLINI, Nestor.

Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CERTEAU, Michel. A Invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2.ed. Bauru, São Paulo:

Edusc, 2002. GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Disponível em:

5_Gomes_N_L_Rel_etnico_raciais_educ_e_descolonizacao_do_curriculo-with-cover- page v2.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em: 10 de Jun. de 2021.

HALL, Stuart. Da diáspora, identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SILVA, Vitor Ferreira, ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme da. A História do Amapá e o referencial curricular amapaense: Trajetória, perspectivas e possibilidades. In:

FERREIRA, Angela Ribeiro. et al. (Orgs.) BNCC de História nos Estados: o futuro do presente. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 130-145.

4. NUCLEAÇÃO DE HISTÓRIA: OPTATIVAS

• ARQUEOLOGIA

Ementa: A visão ampla da prática arqueológica no Brasil, a partir de uma vertente histórica e metodológica. A introdução teórica às metodologias e técnicas de campo em arqueologia. As principais linhas de abordagem nas práticas de campo em arqueologia. As pesquisas arqueológicas na Amazônia e no Amapá. O patrimônio arqueológico.

Bibliografia Básica:

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições70, 2006.

DEVEREUX, Paul. **Arqueologia: o estudo do nosso passado**. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

HERBERTS, Ana Lucia e COMERLATO, Fabiana. **Patrimônio Arqueológico: para conhecer e preservar**. Florianópolis: Eletrosul, 2003.

LAGE, Maria Conceição S.M. Análise química de pigmentos de arte rupestre do sudeste do Piauí. **Revista de Geologia**, vol. 9, 1996.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. **Desenvolvimento cultural em terra firme**: condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari no período pré-colonial. Macapá: UNIFAP, 2014.

_____. **Túmulos pré-históricos no Amapá**: Sepultamento em poço – Macapá: Editora Centro Genildo Batista, 2010.

_____. **Pesquisa Arqueológica no Amapá**. Macapá: B-A-BÁ, 2005.

TRIGGER, D. **A história do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado**: uma introdução à arqueologia. Belém: Pakatatu, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

HODDER, Ian. **Interpretação em Arqueologia**. Barcelona: Editorial Critica, 1988.

NEVES, Eduardo G.; EL FAR, Alessandra. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Coleção descobrindo o Brasil).

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina M. **Turismo e Arqueologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

SCHAN, Denise Pahl. Múltiplas vozes, memória e histórias. Por uma gestão compartilhada do Patrimônio Arqueológico na Amazônia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 33, 2007, p.109-132.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro. Os desafios da proteção legal; uma arqueologia da lei nº 3.924/61. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 33, 2007, p. 59-73.

• ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO

Ementa: Diferentes concepções de Ensino de História e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem. O livro didático como suporte do conhecimento histórico recontextualizado em objeto de ensino. Papéis e usos do livro didático em sala de aula. Análise do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e suas repercussões no Ensino de História. Estudo de epistemologias, representações e narrativas de materiais didáticos de História.

Bibliografia básica.

BITTENCOURT, Circe et all (org.). O saber histórico na sala de aula. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia Complementar.

FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2012. Instituto de Ciências Humanas Departamento de História

LARROSA, Jorge. Esperando não se sabe o quê: sobre o ofício de professor. Trad.: Cristina Antunes. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores de história: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 2010.

(Coleção Educação: Experiência e sentido). MASSCHELEIN, Jan, SIMONS, Maarten. Em defesa da escola: uma questão pública. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. MONIOT, Henri. Didática

da História. In: BURGUIÈRE, André (Org.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p.225- 228.

• HISTÓRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ementa: A disciplina visa discutir a História e a Educação Ambiental; os marcos teóricos da Educação Ambiental ética, interdisciplinar e transversal; a visão de Educação Patrimonial Ambiental no contexto dos saberes, cultura e patrimônios naturais e imateriais; Educação ambiental e formação de professores.

Bibliografia Básica:

- AMARAL, I. A. Em busca da planetização do ensino de Ciências para a Educação Ambiental. Campinas/SP: UNICAMP, 1995 (Tese de Doutorado).
- CRESPO, S. O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade. Brasília/Rio de Janeiro, MMA/Mast/Iser, 1997.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminho do meio ambiente. São Paulo, Contexto, 1989
- GRUNN, M. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. SP: Papirus, 1996.
- KRASILCHIK M. A preparação de professores e educação ambiental. In: Caderno do III Fórum de Educação ambiental, São Paulo, Gaia, 1995.
- MARTINS, L.C. & MELLO, M. I. S. Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Bibliografia Complementar:

- OLIVEIRA, E M et all. Amazônia: Uma proposta Interdisciplinar em Educação Ambiental. Brasília: IBAMA, 1994.
- PÁDUA S. M. & TABANEZ M.F. Uma abordagem participativa para a conservação de áreas naturais: Educação ambiental na Mata Atlântica, IN: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação - Anais, Curitiba, 1997.
- PENTEADO, H. D. Meio ambiente e formação de professores. SP: Cortez, 1994.
- REIGOTA M. Meio ambiente e representação social. São Paulo Ed. Cortez 1995
- RODRIGUES, V. (org.). Muda o mundo, Raimundo! Educação ambiental no ensino básico do Brasil. Brasília: WWF/MMA, 1997.

• HISTÓRIA E LITERATURA

Ementa: Estudo das aproximações interdisciplinares entre a Literatura e a História. Convergências e divergências entre o discurso histórico e o literário. Panorama das relações entre a Literatura e a História - da concepção aristotélica ao século XIX. A Escola dos Annales, a renovação dos estudos históricos no século XX e o diálogo contemporâneo entre Literatura e História. Análise de textos literários sob a perspectiva historicista; a ficção documental e a fabricação do tempo presente.

Bibliografia Básica:

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BURKE, Peter (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo. UNESP, 1992.

Bibliografia Complementar:

- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Trad. de Ephraim F. Alves. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. Cultura escrita, literatura e história. Trad. de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. De Maria Manuella Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- ECO, Umberto. Sobre a literatura. Trad. Eliana Aguiar. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FURET, François. Oficina da história. Lisboa: Gradiva, 1986.
- GINZBURG, Carlo. Relações de força: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

- **HISTÓRIA, MEMÓRIA E ORALIDADE**

Ementa: Documentos históricos. História escrita e história oral. Uso da história oral como fonte histórica. Memória e história oral. Metodologia da história oral: preparação e realização de entrevistas. Tratamento e difusão de fontes orais.

Bibliografia Básica:

- FENELON, D.R.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (org). Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 2004.
- FENELON, Déa Ribeiro. O Papel da História Oral na Historiografia Moderna. BOM MEIHY, J. C. S. (Org.) (Re)Introduzindo História Oral No Brasil. José Carlos Sebe . São Paulo: Xamã, 1996. p.22-32.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (et al.). Abusos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. História Oral E Tempo Presente. BOM MEIHY, J. C. S. (Org.) (Re)Introduzindo História Oral No Brasil. José Carlos Sebe . São Paulo: Xamã, 1996. p11-21.

Bibliografia Complementar:

- GONÇALVES, José Henrique Rollo. Trabalhando com Fontes Orais. Cadernos de Metep, DFE/CCH/UEM, Ano4, No 3:1-33, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Refletindo Sobre História Oral: Procedimentos e Possibilidades. BOM MEIHY, J. C. S. (Org.) (Re)Introduzindo História Oral No Brasil. José Carlos Sebe . São Paulo: Xamã, 1996b: 56-62.
- LAMBERT, Catherine Héau. Aproximaciones A La Oralidad. Revista CUICUILCO, México, p. 75-81, 1990.
- LOVISOLO, Hugo. A Memória e a Formação Dos Homens. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, No 3, p. 16-28, 1989.
- MENESES, Adélia Bezerra de. Memória: Matéria de Mimese. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão (org.) As Faces da Memória. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, s/d. p. 11-24. Col. Seminários/2.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Memória e História: Desafios da Contemporaneidade. Anais do Encontro de História e Documentação Oral, 12-17, UnB, Brasília, 1993.
- PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em História Oral. Revista Projeto História, São Paulo, No 10:29/40, 1993.

- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, No 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos. Revista Projeto História, São Paulo, No 10:41:58, 1993.
- _____. Relatos Oraís: do “Indizível” ao “Dizível”. VON SIMSON, Olga de Moraes (org.) Experimentos com História de Vida. Vértice/Revista dos Tribunais, p. 14-43, São Paulo, 1988.
- VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; KHOURY, Yara Aun. Movimentos Sociais, Documentação e História Oral. Revista Projeto História, No 8/9:103:109, São Paulo, 1992.
- THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: História Oral. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

• MUSEOLOGIA E PATRIMONIO CULTURAL

Ementa: Museu e seu papel histórico e sócio-cultural: preservação, pesquisa e a comunicação do Patrimônio Cultural. A Museologia, a Museografia a “Nova Museologia”, os Museus Tradicionais e os “Novos Museus”: configurações teórico-metodológicas. Conhecer e problematizar o conceito de Patrimônio.

Bibliografia Básica

- ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o Passado: estratégia de construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: brasiliense, 1989.
- ARAÚJO, M.M. BRUNO, M.C.O. *A memória do pensamento museológico contemporâneo*. São Paulo, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus-ICOM, 1995.
- BRUNO, M.C.O. *Museologia e Comunicação*. Cadernos de sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996.
- CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CRUZ, Maury Rodriugues. *Museus Reflexões*. Paraná: Governo do Estado do Paraná/secretaria Estadual de Cultura, 1993.
- FERREZ, Helena Dadd e BIANCHINI, Maria Helena S. *Thesaurus para o acervo museológico*. Rio de Janeiro: Fundação nacional Pró-Memória, 1987.
- FRONEW Y. *Estudos referentes à Conservação de Objetos de Museus*, MAE-USP, 1995.
- GIIRAUDY, Danièle e Baulhet, Henri. *O museu e a vida*. Tradução: Jeane EFE. Silva. RJ, Fundação Nacional Pró-Memória, 1990.
- GUARNIERI, Waidisa Russio. *Museu, museologia, museólogos e formação*. Revista de museologia, SP, Inst. Museologia de São Paulo-FESP, v. 1 ,n. 1, pág. 7-11

Bibliografia Complementar:

- CASTRO, Manoel Cabral de. *Desenvolvimento sustentável e Gestão Ambiental na Formulação de Políticas Públicas: a experiência do Amapá*. CEFORH e SEMA. Amapá, 1998.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP. 2001.
- Documento Final do Encontro Nacional do Conselho Internacional de Museus. ICOM. Brail. “Museus e Comunidades no Brasil: realidade e perspectiva”. Rio de Janeiro, Museus Imperial de Petrópolis, 1995 (apostila)
- FONSECA, Maria C. *O Patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN. 2002.
- GONÇALVES, José R.S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio no Brasil*. Rio de Janeiro, Regina Fraga. *A Nova Museologia e a Preservação*. Monografia para bacharel em museologia. UNI-RIO, RJ, 1994.
- Janeiro: Ed. UFRJ. 1996.
- LORENÇO, Maria C. França. *Museus Acolhem Moderno*. SP, Ed.da USP, 1999.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *Museus históricos: da celebração à consciência histórica*. São Paulo, Revista LER, pág. 7-10, 1997.

MENSCH, Peter van. *O objeto de estudo da museologia*. Tradução: Débora Bolsanello e Vânia D. E. de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIOIUGF. 1994.

Nacional.

OLIVEIRA, João Batista Gomes. *Museu, Museologia e Patrimônio Cultural: subsídios para a implantação de instituições museológicas*. FUNDAPIUNILFAP. Amapá-AP, 2002.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Reflexões sobre a Nova Museologia*. BA, 1999 (texto apresentado no Curso Esp. em Museologia MAE-USP)

VELHO, Gilberto(org.) Antropologia urbana. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 1999.

• REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIOS AMAZÔNICOS

Ementa: Análise e interpretação das formas de representação criadas sobre os povos amazônidas bem como o imaginário presente em sua cultura e suas implicações para o desenvolvimento regional.

Bibliografia Básica:

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUSA, Herculano Marcos de Inglês. *O Cacauleta: Canas da Vida do Amazonas*. 2ª Ed. Belém: Edufpa, 2004.

_____. *História de um Pescador: Cenas da Vida do Amazonas*. 2ª Ed. Belém: Edufpa, 2007.

_____. *O Coronel Sangrado: Cenas da Vida do Amazonas*. 2ª Ed. Belém: Edufpa, 2003.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. Rio de Janeiro: AGIR, 2001.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1991.

LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Belém: Livraria Clássica, 2008.

SILVA, José Maria da. *Desigualdade e o Poder da Representação Amazônica*. PRACS – Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais/UNIFAP. Nº 01, 2008.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *Margens Míticas. A Amazônia no Imaginário Europeu no Séc. XVI*. In: PRIORE, Mary Del. *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Bibliografia Complementar:

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos viajantes. Revista USP, São Paulo, n. 30, p. 8-19, jun./ago. 1996.

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAMILO, Janaina. Em busca do País das Amazonas: o mito, o mapa, a fronteira. In: ANAIS DO I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTOGRÁFICA, 2011. Paraty: Unicamp, 2011. Disponível em: http://www.ufmg.br/rededemuseus/crhc/simposio/CAMILO_JANAINA.pdf. Acesso em: 27 set. 2011. CANCIAN, Renato. Governo Medici (1969 -1974): “Milagre econômico” e tortura oficial. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/governo-medici-1969-1974-milagre-economico-e-a-tortura-oficial.jhtm>. Acesso em: 23 set. 2011.

COSTA, Luciana Miranda. *Comunicação & meio ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. 1. Ed. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

DUTRA, Manuel Sena. *A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta*. Belém: NAEA/UFPA, 2005. _____. *O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônia*. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras, 2003.

PONTE, Romero Ximenes. Amazônia: a hipérbole e o pretexto. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000

• TERRITÓRIO, FRONTEIRA E GLOBALIZAÇÃO

Ementa: Compreender a dinâmica da produção da fronteira no mundo globalizado, enquanto um território contraditório e complexo, produzido por relações sociais competitivas e solidárias. Analisar a produção do território da fronteira a partir de leituras geográficas da problemática ambiental, considerando aspectos centrais como patrimônio ambiental na fronteira, fragmentação ambiental, políticas públicas e práticas sociais direcionadas solução dos chamados problemas ambientais e territoriais adaptadas ao contexto local e regional.

Bibliografia Básica:

BRIGAGÃO, Clovis; RODRIGUES, Gilberto M. A. Globalização a Olho. 2ª Edição. São Paulo: Moderna, 2004.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira; Et al. Defesa e Criminalidade: Em Busca da Convergência para a Segurança. Belém: NAEA/UFPA, 2015.

NASCIMENTO, Durbens Martins; Et al. Inserções Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas Construções, Novas Territorialidades. Macapá: Publit, 2010.

_____. Amazônia e Defesa. Dos Fortes às Novas Conflitualidades. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

_____. Fronteiras em Perspectiva Comparada e Temas de Defesa e Segurança da Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2013.

SANTOS, M. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Bibliografia Complementar:

LEHNEN, A et al. (org). Fronteiras no Mercosul. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

YUDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Trad. Anne Marie Kremer. Belo Horizonte: Edufmg, 2006.

MARIN & VASCONCELOS. História, região e identidades. Campo Grande: UFMS, 2003.

GLISSANT, Édouard. Introdução a uma poética da diversidade. Trad. Enilce do Carmo Albegaria Rocha. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005. (Coleção Cultura, v. 1).

OLIVEIRA, Marco A. M. (org.). Guerras e migrações. Campo Grande: UFMS, 2004.p. 145-168.

OLIVEIRA, Tito C.M. Uma fronteira para o pôr-do-sol. Campo Grande: UFMS, 2000.

_____. Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

PADRÓS, E.S. Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. In: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. V. 17, n. 1 / 2, jan./fev. Porto Alegre, 1994.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SALES, Teresa. Migrações de Fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. In: Revista brasileira de Estados de População, 13, 1997.

• MEMÓRIA, IDENTIDADES E HISTÓRIA ORAL

Ementa: Estudos teóricos e metodológicos de usos da história oral. compreensão das dimensões relacionais entre memória e identidade. Análise e interpretação das fontes orais na produção do conhecimento.

Bibliografia Básica:

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.
- MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Bibliografia Complementar:

- AMADO, Janaína. **O grande mentiroso**: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, 14: 125, 136, 1995.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. “**A História, cativa da memória?**”. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 34. São Paulo, 1992.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992
- POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, volume 2, número 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na História Oral**: a pesquisa como um experimento em igualdade. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 14, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, v. 14, fev. 1997.
- PORTELLI, Alessandro. **Sempre existe uma barreira**. A arte multivocal da história oral. In: Ensaios de História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTHIAGO, Ricardo e MAGALHÃES, Valéria. **Rompendo o silêncio**: reflexões sobre a história oral e as entrevistas a distância. Revista Anos 90, 2020, p. 1-18. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/102266/58383>.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. São Paulo: Vozes, 2014.

B) NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE**1. NUCLEAÇÃO BÁSICA DA LICENCIATURA**

- DIDÁTICA GERAL**

Ementa: Tendências pedagógicas na prática escolar. A didática como atividade pedagógica: ensinar e aprender nas modalidades de ensino nas quais o licenciado terá que apreender o importância do papel da pesquisa na formação do professor. A pedagogia e a organização de procedimentos que envolve uma interdisciplinaridade; articulação entre a epistemologia da didática e ação docente nas modalidades de ensino com as quais o curso de história trabalha. Planejamento. Etapas do planejamento. Tipos de planos. Didática e prática pedagógica.

Bibliografia Básica

- BECKER, Fernando. *Epistemologia do professor*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CAMARGO, Dair Aily F. A didática nos cursos de formação de professores. *Revista Ande*, n. 9, p. 43-46.
- CANDAU, Vera M. (Org.). *A didática em questão*. Petrópolis : Vozes, 1984.
- CANDAU, Vera M.. *Rumo à uma nova didática*. Petrópolis : Vozes. 1989.
- CUNHA, Maria Izabel da. *O bom professor e sua prática*. Campinas: Papirus, 1992
- D' ANTOLA, Arlete (org.) *Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo*. São Paulo: EPU, 1989.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa, princípio científico e educativo*. 5. ed. São Paulo : Cortez, 1997.
- FAZENDA, Ivani. *Interdisciplinaridade. Um Projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.
- FUSARI, José Cerchi. O planejamento educacional e a prática dos educadores. *Revista Ande*, n. 8, p. 35-88.
- GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola prática – a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1996.
- LIMA, Adriana de Oliveira. *Avaliação escolar: julgamento x construção*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LOPES, Antonieta Osima et al. *Repensando a didática*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1989.
- LUCK, Heloísa. *Pedagogia interdisciplinar - fundamentos teóricos metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação de aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SALGADO, Maria Umbelina C. O papel da didática na formação do professor. *Revista Ande*, n. 44, p. 9-18, 1982.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Avaliação: concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad, 1993.
- VEIGA, Lima P. A. (Coord.). *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 1989.
- WOCHOWIEZ, Lilian Anna. *O método dialético na didática*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

Bibliografia Complementar

- BECKER, Fernando. *Modelos pedagógicos e modelos Epistemológicos*. Educação realidade, Porto Alegre, 89 – 96, Jan/Jun.1994.
- CAMARGO, Dair Aily F. A democratização da escola pública: a pedagógica crítica social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.
- CUNHA, Inez. “Uma escola em processo de planejamento participativo”. In: *Revista da Educação AEC*. Brasília: ano 19, n.75, p. 49- 62, abr./Jun.1999.
- DEMO, Pedro. *Educação e qualidade*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- FAZENDA, I. C. A. *Integração e interdisciplinariedade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. São Paulo : Loyola, 1992.
- GANDIN, Danilo. *Planejamento educacional para órgãos municipais de educação*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- GAUDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré- escola à universidade*. Porto Alegre: educação e realidade, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990.
- MARTINS, Pura Lúcia Oliver. *Didática teórica/ didática prática:para além do confronto*. São Paulo: Loyola,1991.
- MENEGOLLA, Maximiliano & SANT’ANNA, Ilza Marins. *Por que planejar? Como planejar?* Petrópolis: Vozes, 1992.
- VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. *Planejamento participativo na escola*. São Paulo: EPU, 1986.

• EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACESSIBILIDADE

Ementa: Estudo dos fundamentos legais da política de educação inclusiva, a partir da compreensão das transformações históricas da Educação Especial, com vistas à construção de uma prática pedagógica/educacional inclusiva – favorecedora do acesso, permanência e sucesso do aluno com necessidades educativas especiais – sustentadas em princípios éticos e na aceitação da diversidade humana, em seus aspectos sociais, culturais e pessoais

Bibliografia Básica:

- ARANHA, Maria Salete F. *A inclusão da criança com deficiência. Criança Especial*. São Paulo: Roca, 1995.
- BRASIL. CORDE. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação*. Brasília: Corde, 1994.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, 9394/96* (artºs 58 a 60). Brasília: 1996.
- _____. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* – Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/2001. Brasília: SEESP/MEC, 2001.
- BUENO, José Geraldo Silveira. *A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular*. temas sobre desenvolvimento, V.9, nº 54, p. 21-7, 2001.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2004.
- DUARTE, José B. (org) *Igualdade e Diferença numa Escola para Todos: Contextos, controvérsias, perspectivas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas 2001.

Bibliografia Complementar:

- OMOTE, Sadao (org.). *Inclusão: Intensão e realidade*. Marília: FUNDEP, 2004, p.1-9 e 113-143.
- RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri e BAUMEL, Rosely C. R. de Carvalho (orgs). *Educação Especial: do querer ao fazer*. São Paulo: Avercamp, 2003 (cap. I, II, V)
- GRACINDO, Regina Vinhaes (org.) [et al] *Educação como exercício da Diversidade: estudos em Campos de desigualdades sócio-educacionais*. Liber Livro Ed.: Brasília, 2007. Vol 1 (6 exemplares)
- MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoleti, REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues. *Aprendizagem profissional da Docência: saberes, contextos e práticas*. EDUFSCar: São Carlos, 2002. (08 exemplares)

• HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

Ementa: A Antropologia no quadro das ciências. As noções de alteridade, etnocentrismo e relativização. O conceito de cultura. O método etnográfico. O debate entre Antropologia e História. A Antropologia e os sentidos da História: cosmologia, tempo, realidade.

Bibliografia Básica:

- CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.
- CUNHA, Olívia M. Gomes. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana* 10(2): 287-322, 2004.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia*. Social. Petrópolis: Vozes. 1983.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça e história”, in *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1976.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Abr 1998, vol.4, no.1, p.47-77.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo? São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Celso; CUNHA, Olívia. Quando o campo é o arquivo. *Estudos Históricos*, n. 36: 3-5, 2005.

FRAZER, James George, 1982. O ramo de ouro (versão resumida). Rio de Janeiro: Guanabara.

MAIR, Lucy, 1969. Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Zahar.

SCHWARCZ, Lília. Questões de Fronteira: sobre uma antropologia da história. *Novos Estudos Cebrap*, n. 72: 119-135, 2005.

SHAPIRO, Harry (org.). Homem, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1966.

• HISTÓRIA E FILOSOFIA

Ementa: Conceito, Método e Divisão da Filosofia. Os problemas Filosóficos. Formação Histórica. O Conhecimento. A verdade e a Ciência. Os valores. A existência, A Conduta Humana, Cultura, A Filosofia no Quadro da Cultura. Educação e Sociedade.

Bibliografia Básica

ABBAGNANO, Nicola. DICIONÁRIO DE FILOSOFIA. 2º Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ALTHUSSER, Louis. IDEOLOGIA E APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO. Lisboa, Editora presença.s/a

CASSIRER, E. ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA. São Paulo: Saraiva, 1976.

CHAUÍ, Marilena. CONVITE À FILOSOFIA. 13ª edição revista e ampliada. São Paulo, Ed. Ática, 2004.

_____. FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA. HISTÓRIA E GRANDES TEMAS. 15º Ed. Saraiva, São Paulo, 2000.

GRAMSCI, Antônio. CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1987.

JAPIASSU, Hilton. INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO EPISTEMOLÓGICO. Francisco Alves. RJ, 1990.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Maria Lúcia de A. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO. 2º edição: Moderna, São Paulo, 1996.

FEAR, Nicholas. APRENDENDO A FILOSOFAR EM 25 LIÇÕES: DO POÇO DE TALES À DESCONSTRUÇÃO DE DERRIDA. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FEITOSA, Charles. EXPLICANDO A FILOSOFIA COM ARTE. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MONDIM, Batista. CURSO DE FILOSOFIA: OS FILÓSOFOS DO OCIDENTE. Paulinas, São Paulo, 1990.

• HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

Ementa: Condições históricas das grandes correntes do pensamento social que tornaram possível o surgimento da sociologia como ciência; Clássicos da Sociologia; Augusto Comte, Durkheim, Marx e Weber. Visão Geral e Crítica das grandes correntes sociológicas e seus respectivos conceitos. Debate de temas atuais que constituem o campo de reflexão desta disciplina. Objeto e Método da Sociologia. Inter-relacionamento Pessoal.

Bibliografia Básica

- CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia e outras Falas*. São Paulo: Cortez, 1996.
- FERNANDES, Florestan. *A herança intelectual da Sociologia*. In: FORACCI, M. A. & MARTINS, J. de S. *Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 11-22.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 4ª.ed., Rio de Janeiro:Forense,1987.
- GALLIANO, Alfredo Guilherme. *Introdução a Sociologia*. São Paulo: Harbra, 1985.
- IANNI, Octávio. *Sociologia e o mundo moderno*. In: Tempo Social, Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1989. P.07 – 27.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- WEBER, Max. *A ética Protestante e o espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1994.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993

Bibliografia Complementar

- BRESCIANI, Maria Stela. *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAUI, Marilena. *Convite a Filosofia*. 7ª. ed., São Paulo: Ática, 1996.
- GUIDDENS, Anthony. *Capitalismo e Moderna Teoria Social. Uma análise das Obras de Marx, Durkheim e Max Weber*. 2ª.,ed. Lisboa:Presença, 1972.

• POLEB: POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Ementa: Retrospectiva da educação no Brasil: políticas e planos. A Constituição Federal e o redimensionamento da educação básica no texto da atual LDB. A concepção de educação profissional no conjunto das políticas públicas. A política de formação dos profissionais da educação básica. Financiamento da Educação Básica. Desafios atuais para a Educação brasileira.

Bibliografia Básica:

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A Educação como política pública*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2004. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo)
- BIANCHETTI, Roberto G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca, 1965. *LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei n.ª 9.394/96), Comentada e interpretada, artigo por artigo*. 3.ed.atual. São Paulo: Avercamp, 2007.
- CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico - compreensivo artigo por artigo*. 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos et. al. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.
- FÁVERO, Osmar (org). *A educação nas constituintes brasileiras 1823 - 1988*. 2 ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2001.

Bibliografia Complementar:

- BRZEZINSKI, Iria (org). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CASTRO, Claudio de Moura. *Educação brasileira: consertos e remendos*. Nova. ed. rev. atual. Rio de Janeiro - RJ: Rocco, 2007.
- DEMO, Pedro. *A nova LDB: ranços e avanços*. 10 ed. Campinas - SP: Papirus, 2000.

- FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Centauro, 2005.
- FRAUCHES, C. da C. e FAGUNDES, G. M. LDB anotada e comentada e reflexões sobre a educação superior. Brasília: ILAP, 2007.
- FREIRE, Paulo, 1921 - 1997. Política e educação. 5. ed. São Paulo - SP: Cortez, 2001.
- GENTILI, P.; SILVA, Tomás T. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MENESES, João Gualberto de Carvalho. Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras. 2. ed. atual. São Paulo: Pioneira thompson Learning, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria W. Educação e política no Brasil hoje. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org). Política educacional: impasses e alternativa. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- OLIVEIRA, R. P. e CATANE, A. M. Constituições estaduais brasileiras e educação. São Paulo: Cortez, 1993.
- SEVERINO, A. J. e FAZENDA, I. C. A. (orgs.). Políticas educacionais: o ensino nacional em questão. São Paulo: Papirus, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.
- VIEIRA, S. L. Política educacional em tempos de transição. Brasília: Plano, 2000.

• **LIBRAS - LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS**

Ementa: Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e história. Identidade surda. Introdução aos aspectos lingüísticos na Língua Brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a língua Portuguesa.

Bibliografia Básica:

- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume II: Sinais de M a Z. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- Coleção Lições de Minas. Vocabulário Básico de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais. 2002
- QUADROS, Ronice. M. de & PERLIN, Gladis. Estudos Surdos II – Série de Pesquisas. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro. 2007
- QUADROS, Ronice. M. de. Estudos Surdos III – Série de Pesquisas. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro. 2008.
- QUADROS, Ronice. M. de & STUMPF, Marianne R. Estudos Surdos VI – Série de Pesquisas. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro. 2009.
- QUADROS, Ronice. M. de & KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos lingüísticos. Porto Alegre. Artes Médicas. 2004.

Bibliografia Complementar:

- BERNARDINO, Elidéa Lúcia. Absurdo ou lógica?: A produção lingüística do surdo. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000.
- BERBERIAN, Ana Paula. Letramento: referências em saúde e educação-Plexus, 2006. BRASIL. Lei nº 10.436, de 24/04/2002.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.

LUNARDI, Márcia Lise. Cartografando os Estudos Surdos: currículo e relação de poder. IN. SKLIAR, Carlos. Surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1997.
 SACKS, Oliver. Vendo vozes. Uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1990
 SKLIAR, Carlos B. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Editora Mediação. Porto Alegre. 1998.

• PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: História, campos e ramos da psicologia. Desenvolvimento bio-psico-social e cognitivo da infância e da adolescência e suas implicações no processo de ensino aprendizagem.

Bibliografia Básica

BIGGE, M. L. Teorias da aprendizagem para professores; Tradução: José A. da Silva: São Paulo: EPU, ed. da Universidade de SP, 1977.
 BOCK, A. M. B. Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 13ª ed., 2000.
 COLL, C. Palácios e Marchesi. Desenvolvimento Psicológico da educação. vol. 3. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
 COLL, C. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
 COLL, C. Psicologia do Ensino. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
 DAVIS, C. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1994-2ª ed. (coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)
 FERNANDES, F. Campos e Tolaine. Leituras de Psicologia para formação de professores. Petrópolis: RJ, Vozes, 2000.
 LANE, Silvia e CODO, Wanderley (Orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo. Brasiliense. 1989.
 SCHULTZ, Duane. História da psicologia Moderna. São Paulo, Cultrix. 1990.
 WOOLFOLK, E. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artmed. 7ª ed., 2000.

Bibliografia Complementar

BEE, H. A criança em desenvolvimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
 BIAGGIO, A. M. B. Psicologia do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1984.
 FADIMAN, J. e Frager, R. Teorias da personalidade. São Paulo: Habra, 1986.
 MUSSEN, P. H.; Conger, J. J.; Kagan, J. e Huston, A. C. Desenvolvimento e Personalidade da Criança. São Paulo: Habra, 1988.
 PAPALIA, D. E.(2000). Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artes Médicas.
 RAPPAPORT, C. R.; Fiori, W. R. e Davis, C. Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo: E.P.U, 1981.

2. NUCLEAÇÃO DE PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA

• PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA I: MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA

Ementa: "Prática de Ensino em História I: Meio Ambiente, Patrimônio e Arqueologia" aborda a integração entre esses três elementos no contexto da educação histórica. O componente "Meio Ambiente" refere-se à relação entre as sociedades e o seu entorno, incluindo a paisagem natural e os recursos naturais. O "Patrimônio" abrange os bens materiais e imateriais que são considerados importantes para a identidade cultural e a memória de um povo. Já a "Arqueologia" é a ciência que

estuda o passado humano através de vestígios materiais, contribuindo para a compreensão da história e da cultura.

Bibliografia Básica:

ARGAN, G. C. História da arte como história da cidade. Tradução Píer Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARRETO, C. A Construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. Revista USP, n. 44, Arqueologia Brasileira, I, pp. 32-52, 1999-2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Iphan, 2005. 294 p.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, R.L.; COSTA, M.C. – Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. 2Ed. São Paulo: 9SR/IPHAN, 2008.

FAUSTO, C. Os Índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, L. L. (org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 108-123.

LIMA, E. et al (Org.). Cultura, patrimônio e habitação: possibilidades e modelos. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.

PEREIRA, Edith. Arte Rupestre na Amazônia. Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: UNESP, 2003.

• PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA II: HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

Ementa: Discute processos de ensino e aprendizagem de História Antiga e Medieval como objeto de estudo. Elabora, avalia e executa planos de ação pedagógica nos espaços escolares com ênfase na História Antiga e Medieval. Problematisa a utilização do livro didático e outras fontes documentais para a prática docente no Ensino Fundamental e Médio. Exercício da regência.

Bibliografia Básica.

CARVALHO, A. G. (Org.). Economia Antiga: História e Historiografia. Vitória da Conquista: EDIÇÕES UESB, 2011

CERRI, L. F. Ensino de História e Consciência Histórica. Implicações Didáticas de Uma Discussão Contemporânea. Edição: 1a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História Antiga. São Paulo: Contexto, 2013.

Bibliografia Complementar.

DA SILVA, G. J. História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume, 2007a.

___. O mundo antigo visto por lentes contemporâneas: as extremas direitas na França nas décadas de 1980 e 90, ou da instrumentalidade da Antiguidade. Revista de História (São Paulo), v. 26, n. 1, p. 98–118, 2007b.

FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. História Antiga na Sala de Aula. Col. Textos Didáticos, n. 51. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004.

GEBARA da SILVA, U. Rebeldes contra o Mediterrâneo: revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia. São Paulo: Humanitas, 2016.

VENTURINI, R. L. B. História Antiga I: fontes e métodos. Maringá: UEM, 2010. p. 95–126.

• PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA III: HISTÓRIA E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS

Ementa: Analisar aspectos da história da África e possibilidades de contribuição para o Ensino de História nas etapas da Educação Básica. Identificar e comparar os aspectos culturais relevantes da cultura afro-brasileira e experiências em projetos educativos a nível nacional e regional e local. Analisar a Lei 10.639/03 e sua implementação, desafios e implementação. Ementa: Abordagem da diversidade étnica-cultural dos povos indígenas. Povos indígenas de Oiapoque e educação local. Processos de povos indígenas com afro-indígenas.

Bibliografia Básica:

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato Pinto. Ancestrais: uma introdução à história da África. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. FOSTER, Eugênia da Luz Silva. Garimpando pistas para desmontar racismos e potencializar movimentos instituintes na escola. Curitiba: Appris, 2015.

MATTOS, Rejane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Enciclopédia Negra. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer nº 13, de 10 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. RESOLUÇÃO 1 DE 7 DE JANEIRO DE 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.

GRUPIONI, Luís Donisete (Org.). - As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena / organização. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

LIMA, Antonio C. de S.; HOFMANN, Maria B. (Org.). Estado e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista. v. II. Rio de Janeiro/LACED, 2002.

MACHADO, Tadeu Lopes. A escola reivindicada. Educação escolar no contexto do povo indígena Palikur. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia e antropologia da UFPA. Belém-PA, 2022.

Povos indígenas e práticas de ensino no Brasil. Disponível em: <https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?&q=Povos+ind%C3%ADgenas+e+pr%C3%A1ticas+de+ensino+no+Brasil.&mid=76ED8DE6CCCE29B60BCD76ED8DE6CCCE29B60BCD&&FORM=VRDGAR> Acesso em: 24 de julho de 2025.

As raízes te Teçá! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V2RCedAH6uo> Acesso em 24 de julho de 2025.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs.). Confrontos de Culturas: conquistas, resistência e transformação. São Paulo: EDUSP, 1997.

GALLOIS, Dominique T.; GRUPIONI, Denise F. Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará. Quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: Iepé, 2003.

• PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA IV: HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Ementa: A "Prática de Ensino em História IV: História Moderna e Contemporânea" refere-se a uma disciplina que aborda o ensino da história moderna e

contemporânea nas escolas, com foco em metodologias e práticas pedagógicas. A disciplina explora as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas nesses períodos, bem como as abordagens teóricas e de ensino mais adequadas para a sala de aula.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. Bibliografia Complementar BITTENCOURT, Circe Maria F.(Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Marcos (Org.). História: que ensino é esse? São Paulo: Papirus, 2013.

NIKITIUK, Sônia Maria L. (Org.). Repensando o Ensino de História. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). A escrita da história escolar: memória e Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Marcos A. História: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 2003.

• PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA V: HISTÓRIA DAS AMÉRICAS E BRASIL

Ementa: A disciplina tem a finalidade de desenvolver conhecimentos sobre história do Brasil e história das Américas e sobre didática que possibilitem a prática docente. Também pretende-se analisar a prática pedagógica como prática social, observando seu caráter multifacetado.

Bibliografia Básica

Bordenave, J.D. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

Libâneo, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

Vasconcelos, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

Bibliografia Complementar:

Freitas HC. **O Trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

Vainfas, Ronaldo. **Economia e Sociedade na América Espanhola**. RJ: Graal, 1984.

Galeano, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. RJ: Paz e Terra, 1976.

Holanda, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Faoro, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1975.

• PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA VI: HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E AMAPÁ

Ementa: A disciplina Prática de Ensino em História VI, com foco na História da Amazônia e Amapá, aborda a complexidade da região, incluindo sua história de ocupação, povos originários, cultura e desafios educacionais. O componente curricular visa promover o reconhecimento e a valorização da identidade cultural local, além de discutir as particularidades do ensino de história na Amazônia, considerando a diversidade étnica e cultural da região.

Bibliografia Básica:

GOMES, Flávio dos Santos. *Nas Terras do cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, Séculos XVIII-XIX*. Editora Universitária/UFPA, 1999.

Elizabeth. *A Escrita da História Paraense*. Belém: UFPA, 1998.

COELHO, Mauro Cezar (Orgs.). *Relatos de Fronteira: Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

FARAGE, Nádia. *Relatos da fronteira Amazônia no século XVIII. Documentos de Henrique João Wilkens e Alexandre Rodrigues Ferreira*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – USP, 1994.

Bibliografia Complementar:

BEZERRA NETO, José Maia. GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos; seleção e coordenação de Hildon Rocha*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Brasil 500 Anos)

CARVALHO, João Rênor Ferreira de. *Momentos de História da Amazônia*. Imperatriz: Ética, 1998.

DEL PRIORE, Mary. GOMES, Flávio dos Santos. *Os senhores dos rios. Amazônia margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier.

CASTRO, Edna M. Ramos de e HÉBETTE, Jean. *Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

3. NUCLEAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA

• ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA I

Ementa: A pesquisa no ensino de História no cotidiano escolar: objetivos, fontes e metodologias. Elaboração de projetos de pesquisa voltados às problemáticas do ensino. Estágio curricular supervisionado em escola de ensino médio. Elaborar e executar projetos de ensino-aprendizagem a partir da investigação da realidade escolar e de uma problemática evidenciada no ensino de História. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas.

Bibliografia Básica:

ALVES, Nilda (org.) *Formação de professores: pensar e fazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

CABRINI, Conceição et al. *O Ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Bibliografia complementar:

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 1994.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 443-481.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *A história na escola: autores, livros e leituras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

• ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA II

Ementa: Estágio curricular supervisionado em escola de ensino médio. Elaborar e executar projetos de ensino-aprendizagem a partir da investigação da realidade escolar e de uma problemática evidenciada no ensino de História. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas.

Bibliografia Básica:

ALVES, Nilda (org.) *Formação de professores: pensar e fazer*. São Paulo: Cortez, 2006.
 BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.
 _____. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
 CABRINI, Conceição et al. *O Ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Bibliografia complementar:

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 1994.
 KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
 LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 443-481.
 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998.
 ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *A história na escola: autores, livros e leituras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

• ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA III

Ementa:

Orientação para a prática docente em História caracterizada pela execução do Plano de Ação em escola-campo, integrante da rede de Ensino Médio. Valorização do caráter interventivo, cabendo ao acadêmico a regência de classe, sob a orientação do professor que ministra a disciplina e História na escola.

Bibliografia Básica:

ALVES, Nilda (org.) *Formação de professores: pensar e fazer*. São Paulo: Cortez, 2006.
 BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.
 _____. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
 CABRINI, Conceição et al. *O Ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Bibliografia complementar:

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 1994.
 KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
 LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 443-481.
 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *A história na escola: autores, livros e leituras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

4. NUCLEAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

• TCC I

Ementa: Leitura, análise e acompanhamento dos projetos de pesquisa por linha de pesquisa. Encaminhamento metodológico específico para cada projeto. Leituras e acompanhamento bibliográfico de cada projeto de pesquisa. Metodologia para elaboração de relatório de pesquisa.

Bibliografia Básica:

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. *Planejamento de Pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2003.

PINSK, Carla (org.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia complementar:

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et all.). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2011.

• TCC II

Ementa: Leitura, análise e acompanhamento dos projetos de pesquisa por linha de pesquisa. Encaminhamento metodológico específico para cada projeto. Leituras e acompanhamento bibliográfico de cada projeto de pesquisa. Metodologia para elaboração da redação final da monografia de graduação.

Bibliografia Básica:

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. *Planejamento de Pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2003.

PINSK, Carla (org.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia complementar:

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et all.). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2011.

5. NUCLEAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

• ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Observação: as atividades complementares não possuem ementário, compreendem um conjunto de natureza acadêmicas e científicas-culturais do tripe ensino-pesquisa-extensão e pertinentes, complementares e transversais ao curso, com carga horária de 210 horas, as quais obrigatoriamente devem ser cumpridas ao longo do percurso curricular, para fins de integralização curricular.

6. NUCLEAÇÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO (AAE)

- ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO I
- ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO II
- ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO III
- ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO IV
- ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO V
- ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO VI
- ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO VII

Observação: as atividades acadêmicas de extensão não possuem ementário. Outrossim, são normatizadas pela RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Portanto, em consonância com os artigos 7º e 8º, são “consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante”, caracterizadas no PPC: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV – eventos e V - prestação de serviços.

**ANEXO 02 – FORMULÁRIO: FICHA DE REGISTRO DE
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)**

ANEXO 02 – FORMULÁRIO: FICHA DE REGISTRO DE AC
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

Aluno (a): _____ **Matrícula:** _____

ORDENE E NUMERE AS CÓPIAS DOS COMPROVANTES, ANTES DE RELACIONÁ-LAS:

[illegible]

DECLARAÇÃO

Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e as cópias conferem com os documentos originais (cópias de documentos em anexo).

Entregue em: ____ / ____ / ____

Aluno (a):

Funcionário da Coordenação de Curso

Uso da Comissão

Parecer:

[illegible]

Comissão Avaliadora (docentes):

1. _____
2. _____
3. _____

Data: ____/____/____

ANEXO 03 – FICHA A (DIMENSÃO 1)
(INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PPC)

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA
(SOMENTE DOCENTES QUE COMPÕE O NDE)

ANEXO 03 – FICHA A (DIMENSÃO 1)
(INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PPC)
DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA
(SOMENTE DOCENTES QUE COMPÕE O NDE)

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.1 Autoavaliação de componentes curriculares.	1	Quando não há mecanismos de autoavaliação.
	2	Quando os mecanismos de autoavaliação funcionam insuficientemente e/ou não foram implementadas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação.
	3	Quando os mecanismos de autoavaliação funcionam suficientemente e foram implementadas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação.
	4	Quando os mecanismos de autoavaliação funcionam plenamente e foram implementadas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação.
	5	Quando os mecanismos de autoavaliação apresentam excelente funcionamento, e constata-se a implementação efetiva de ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação.

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.2 Atuação da Coordenação do Curso	1	Quando não se verifica: 1) o atendimento aos discentes e 2) aos docentes e 3) a dedicação do coordenador à gestão do curso;
	2	Quando a dedicação à gestão do curso é insuficiente ; há pouca inserção institucional da coordenação; quando o atendimento aos discentes e docentes é insuficiente;
	3	Quando existe suficiente dedicação à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento aos discentes e docentes; inserção institucional da coordenação; dialogicidade, transparência e liderança no exercício das funções; acessibilidade a informações; conhecimento e comprometimento com o PPC.
	4	Quando existe plena dedicação à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento aos discentes e docentes; inserção institucional da coordenação; dialogicidade, transparência e liderança no exercício das funções; acessibilidade a informações; conhecimento e comprometimento com o PPC.
	5	Quando existe excelente dedicação à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento aos discentes e docentes; inserção institucional da coordenação; dialogicidade, transparência e liderança no exercício das funções; acessibilidade a informações; conhecimento e comprometimento com o PPC.

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.3 Objetivos do curso (indicador de destaque)	1	Quando a efetiva implementação do curso não demonstra atendimento aos objetivos propostos e/ou não expressa os compromissos institucionais relacionados ao PPC.
	2	Quando a efetiva implementação do curso demonstra insuficiente atendimento aos objetivos propostos e expressa parcialmente os compromissos institucionais relacionados ao PPC.
	3	Quando a efetiva implementação do curso demonstra suficiente atendimento aos objetivos propostos e expressa os compromissos institucionais em relação ao PPC.
	4	Quando a efetiva implementação do curso demonstra pleno atendimento aos objetivos propostos e expressa os compromissos institucionais em relação ao PPC.
	5	Quando a efetiva implementação do curso demonstra excelente atendimento dos objetivos propostos e expressa os compromissos institucionais em relação ao PPC.

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.4 Perfil do egresso	1	Quando a efetiva implementação do curso não demonstra atendimento do perfil do egresso proposto.
	2	Quando a efetiva implementação do curso demonstra insuficiente atendimento ao perfil do egresso proposto.
	3	Quando a efetiva implementação do curso demonstra suficiente atendimento ao perfil do egresso proposto.
	4	Quando a efetiva implementação do curso demonstra pleno atendimento ao perfil do egresso proposto.
	5	Quando a efetiva implementação do curso demonstra excelente atendimento ao perfil do egresso proposto.

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.5 Número de Vagas ofertadas; Corpo docente e Infraestrutura do Campus Binacional	1	Quando o número de vagas ofertadas não corresponde à dimensão do corpo docente ou às condições de infraestrutura do Campus Binacional.
	2	Quando o número de vagas ofertadas corresponde de forma insuficiente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura do Campus Binacional
	3	Quando o número de vagas ofertadas corresponde suficientemente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura do Campus Binacional
	4	Quando o número de vagas ofertadas corresponde plenamente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura do Campus Binacional
	5	Quando há excelente correspondência entre o número de vagas ofertadas, a dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura do Campus Binacional

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.6 Conteúdos curriculares (disciplinas) (Indicador de destaque)	1	Quando os conteúdos curriculares não são relevantes, ou não existem, e/ou são desatualizados , e/ou incoerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso.
	2	Quando os conteúdos curriculares são insuficientes e desatualizados e/ou não são suficientemente coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso.
	3	Quando os conteúdos curriculares são suficientemente relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso.
	4	Quando os conteúdos curriculares são relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso, e verifica-se pleno dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento.
	5	Quando os conteúdos curriculares são relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso; verifica-se excelente dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento, e são complementados por atividades extraclasse definidas e articuladas com o processo global de formação de forma excelente .

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.7 Metodologia	1	Quando a metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso não está explicitada no PPC e/ou não está comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	2	Quando a metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso está insuficientemente comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	3	Quando a metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso está suficientemente comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

	4	Quando a metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso está plenamente comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	5	Quando a metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso está comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos, de forma excelente .

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.8 Atendimento ao discente	1	Quando o curso não possui programas de atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente e as atividades de nivelamento não estão implementadas
	2	Quando o curso implementou, de forma insuficiente , programas de atendimento extraclasse, e apoio psicopedagógico ao discente, e atividades de nivelamento.
	3	Quando o curso implementou, de forma suficiente , programas de atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente, e atividades de nivelamento.
	4	Quando o curso implementou, de forma plena , programas de atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente, e atividades de nivelamento.
	5	Quando o curso implementou, de forma excelente , programas de atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente, e atividades de nivelamento.

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.9 Estímulo a atividades acadêmicas, eventos complementares e participação em eventos externos (congressos, seminários, palestras, etc.)	1	Quando não há estímulo aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e eventos complementares, e não há estímulo à participação em eventos externos, com divulgação, preparação e apoio.
	2	Quando há insuficiente estímulo aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e eventos complementares, bem como à participação em eventos externos, com divulgação, preparação e apoio.
	3	Quando há suficiente estímulo aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e eventos complementares, bem como à participação em eventos externos, com divulgação, preparação e apoio.
	4	Quando há pleno estímulo aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e eventos complementares, bem como à participação em eventos externos, com divulgação, preparação e apoio.
	5	Quando há excelente estímulo aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e eventos complementares, bem como à participação em eventos externos, com divulgação, preparação e apoio.

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.10 Estágio supervisionado e prática profissional	1	Quando o estágio supervisionado (<i>e a prática profissional, quando houver</i>) não está(ão) previsto(s) na matriz curricular do curso.
	2	Quando o estágio supervisionado (<i>e a prática profissional, quando houver</i>) consta(m) da matriz curricular do curso e está(ão) programado(s) para ser realizado(s) antes dos dois (2) últimos anos do curso. Além disso, os locais utilizados são inadequados e a supervisão é insuficiente.
	3	Quando o estágio supervisionado (<i>e a prática profissional, quando houver</i>) consta(m) da matriz curricular do curso e está(ão) programado(s) para que seja(m) realizado(s) nos dois (2) últimos anos. Além disso, os locais utilizados são adequados e a supervisão é suficiente .
	4	Quando o estágio supervisionado (<i>e a prática profissional, quando houver</i>) consta(m) da matriz curricular do curso e está(ão) programado(s) para que seja(m) realizado(s) nos dois (2) últimos anos. Além disso, os locais utilizados são adequados e a supervisão é realizada plenamente .
	5	Quando o estágio supervisionado (<i>e a prática profissional, quando houver</i>) consta(m) da matriz curricular do curso e está(ão) programado(s) para que

		seja(m) realizado(s) nos dois (2) últimos anos. Além disso, os locais utilizados são adequados e a supervisão é realizada de forma excelente .
--	--	---

Indicador	Conceito	Critério de análise
1.11 Atividades complementares	1	Quando o curso não realiza atividades complementares.
	2	Quando se verifica possibilidade de execução de atividades complementares, mas os temas pertinentes e complementares ao curso são contemplados insuficientemente .
	3	Quando estão sendo abordados, de forma suficiente, nas atividades complementares, temas pertinentes e complementares ao curso, assim como temas transversais (sustentabilidade, diversidade, direitos humanos e outros).
	4	Quando estão sendo abordados, de forma plena, nas atividades complementares , temas pertinentes e complementares ao curso, assim como temas transversais (sustentabilidade, diversidade, direitos humanos e outros).
	5	Quando estão sendo abordados, de forma excelente, nas atividades complementares , temas pertinentes e complementares ao curso, assim como temas transversais (sustentabilidade, diversidade, direitos humanos e outros).

Turma (ano/semestre): _____

Somente docentes que compõe o NDE:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Data: ____/____/____

ANEXO 04 – FICHA B (DIMENSÃO 2)
(INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PPC)

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE
(SOMENTE DOCENTES QUE COMPÕE O NDE)

ANEXO 04 – FICHA B (DIMENSÃO 2)
(INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PPC)

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE
(SOMENTE DOCENTES QUE COMPÕE O NDE)

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.1 Composição do NDE (Núcleo Docente Estruturante)	1	Quando não há NDE.
	2	Quando o NDE é composto por menos de cinco (5) dos docentes do curso, e a participação destes é insuficiente na implantação e consolidação do PPC.
	3	Quando o NDE é composto por, pelo menos, cinco (5) dos docentes do curso, sendo que parte destes participou da implantação do PPC e participa da sua consolidação de forma suficiente .
	4	Quando o NDE é composto por, pelo menos, cinco (5) dos docentes do curso, sendo que parte destes participou da implantação do PPC e participa da sua consolidação de forma plena .
	5	Quando o NDE é composto por, pelo menos, cinco (5) dos docentes do curso, sendo que parte destes participou da implantação do PPC e participa da sua consolidação de forma excelente .

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.2 Titulação e formação acadêmica do NDE	1	Quando menos de 40% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	2	Quando entre 40% (inclusive) e 60% (exclusive) do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	3	Quando entre 60% (inclusive) e 80% (exclusive) do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , e destes, 40% possuem título de Doutor.
	4	Quando entre 80% (inclusive) e 100% (exclusive) do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , e destes, 50% possuem título de Doutor.
	5	Quando 100% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , e destes, 60% possuem título de Doutor.

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.3 Regime de trabalho do NDE	1	Quando menos de 60% dos docentes do NDE têm contratação em regime de tempo parcial ou integral.
	2	Quando menos de 100% dos docentes do NDE têm contratação em regime de tempo parcial ou integral.
	3	Quando 100% dos docentes do NDE têm contratação em regime de tempo parcial ou integral e, desse conjunto, no mínimo, 20% em tempo integral; além disso, a instituição demonstra compromisso com a permanência dos docentes do NDE até, pelo menos, a renovação de reconhecimento do curso.
	4	Quando 100% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral e, desse conjunto, mais de 20% em tempo integral; além disso, a instituição demonstra compromisso com a permanência dos docentes do NDE até, pelo menos, a renovação de reconhecimento do curso.
	5	Quando 100% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral e, desse conjunto, mais de 40% em tempo integral; além disso, a instituição demonstra compromisso com a permanência dos docentes do NDE até, pelo menos, a renovação de reconhecimento do curso.

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.4 Titulação e formação do coordenador do curso	1	Quando o coordenador não possui graduação na área do curso.
	2	Quando o coordenador possui graduação na área do curso, mas não possui titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ou não tem experiência de magistério superior de, no mínimo, dois (2) a nos .

	3	Quando o coordenador possui graduação na área do curso, titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e experiência de magistério superior de, no mínimo, três (3) anos .
	4	Quando o coordenador possui graduação na área do curso, titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , na área, e experiência de magistério superior de, no mínimo, quatro (4) anos .
	5	Quando o coordenador possui graduação na área do curso, doutorado nessa área e experiência de magistério superior de, no mínimo, cinco (5) anos .

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.5 Regime de trabalho do coordenador do curso	1	Quando o regime de trabalho previsto para o coordenador do curso não é de tempo parcial ou integral.
	2	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral, sendo que as horas reservadas à coordenação não satisfazem à relação mínima de uma (1) hora para trinta (30) vagas , considerado o somatório das vagas anuais do curso, desrespeitando o patamar mínimo de dez (10) horas semanais.
	3	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral, sendo que as horas reservadas à coordenação satisfazem à relação máxima de uma (1) hora para trinta (30) vagas , considerado o somatório das vagas anuais do curso, respeitado o patamar mínimo de dez (10) horas semanais.
	4	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral, sendo que as horas reservadas à coordenação satisfazem à relação máxima de uma (1) hora para vinte e quatro (24) vagas , considerando o somatório das vagas anuais do curso, respeitado o patamar mínimo de dez (10) horas semanais.
	5	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral, sendo que as horas reservadas à coordenação satisfazem à relação máxima de uma (1) hora para dezoito (18) vagas , considerando o somatório das vagas anuais do curso, respeitado o patamar mínimo de dez (10) horas semanais.

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.6 Composição e funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	1	Quando não há colegiado de curso ou não há documentos oficiais que comprovem sua institucionalização.
	2	Quando o colegiado de curso possui documentos oficiais da Instituição contendo constituição e atribuições que lhe conferem insuficiente participação nas decisões sobre assuntos acadêmicos.
	3	Quando o colegiado de curso comprova, por meio de documentos oficiais da instituição, a sua constituição e as suas atribuições e estas lhe conferem suficiente representatividade e importância nas decisões sobre assuntos acadêmicos do curso.
	4	Quando o colegiado de curso comprova, por meio de documentos oficiais da instituição, a sua constituição e as suas atribuições e estas lhe conferem plena representatividade e importância nas decisões sobre assuntos acadêmicos do curso.
	5	Quando o colegiado de curso comprova, por meio de documentos oficiais da instituição, a sua constituição e as suas atribuições e estas lhe conferem excelente representatividade e importância nas decisões sobre assuntos acadêmicos do curso.

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.7 Titulação do corpo docente (indicador de destaque)	1	Quando menos de 15% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	2	Quando, pelo menos, 15% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .

	3	Quando, pelo menos, 33% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	4	Quando, pelo menos, 60% dos docentes têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , e destes, 50% possuem título de Doutor.
	5	Quando, pelo menos, 80% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , e estes, 50% possuem título de Doutor.

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.8 Regime de trabalho do corpo docente (indicador de destaque)	1	Quando menos de 15% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral.
	2	Quando, pelo menos, 15% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral.
	3	Quando, pelo menos, 1/3 dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral.
	4	Quando, pelo menos, 45% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral.
	5	Quando, pelo menos, 60% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral.

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.9 Tempo de experiência de magistério superior ou experiência do corpo docente	1	Quando menos de 40% dos docentes do curso têm, pelo menos, três (3) anos de experiência acadêmica no ensino superior ou experiência profissional.
	2	Quando pelo menos 40% dos docentes do curso têm, no mínimo, três (3) anos de experiência acadêmica no ensino superior ou experiência profissional.
	3	Quando pelo menos 50% dos docentes do curso têm, no mínimo, três (3) anos de experiência acadêmica no ensino superior ou experiência profissional.
	4	Quando pelo menos 60% dos docentes do curso têm, no mínimo, quatro (4) anos de experiência acadêmica no ensino superior ou experiência profissional.
	5	Quando pelo menos 70% dos docentes contratados têm, no mínimo, cinco (5) anos de experiência acadêmica no ensino superior ou experiência profissional.

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.10 Número de vagas anuais autorizadas por “docente equivalente a tempo Integral”	1	Quando a relação entre o número de vagas anuais autorizadas e o número docente equivalente a tempo integral for superior a 35/1 .
	2	Quando a relação entre o número de vagas anuais autorizadas e o número docente equivalente a tempo integral for, no máximo, 35/1 .
	3	Quando a relação entre o número de vagas anuais autorizadas e o número docente equivalente a tempo integral for, no máximo, de 30/1 .
	4	Quando a relação entre o número de vagas anuais autorizadas e o número docente equivalente a tempo integral for, no máximo, de 25/1 .
	5	Quando a relação entre o número de vagas anuais autorizadas e o número docente equivalente a tempo integral for, no máximo, de 20/1 .

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.11 Alunos por turma em disciplina teórica	1	Quando o número de alunos por turma em disciplina teórica for superior a 80/1 .
	2	Quando o número de alunos por turma em disciplina teórica for, no máximo, 80/1 .
	3	Quando o número de alunos por turma em disciplina teórica for, no máximo, 70/1 .
	4	Quando o número de alunos por turma em disciplina teórica for, no máximo, 60/1 .
	5	Quando o número de alunos por turma em disciplina teórica for, no máximo, 50/1 .

Indicador	Conceito	Critério de análise
-----------	----------	---------------------

2.12 Número médio de disciplinas por docente	1	Quando a média de disciplinas por docente por semestre for maior que quatro (4).
	2	Quando a média de disciplinas por docente por semestre for, no máximo , quatro (4).
	3	Quando a média de disciplinas por docente por semestre for, no máximo , três (3).
	4	Quando a média de disciplinas por docente por semestre for, no máximo dois (2).
	5	Quando a média de disciplinas por docente por semestre for menor que dois (2).

Indicador	Conceito	Critério de análise
2.13 Pesquisa e produção científica	1	Quando não há no curso o desenvolvimento de pesquisa, com participação de estudantes (iniciação científica).
	2	Quando há no curso, de maneira insuficiente, o desenvolvimento de pesquisa, com participação de estudantes (iniciação científica).
	3	Quando há, no curso, de maneira suficiente, o desenvolvimento de pesquisa, com participação de estudantes (iniciação científica); e quando os docentes do curso têm em média, nos últimos três (3) anos, pelo menos, uma produção por docente.
	4	Quando há, no curso, pleno desenvolvimento de pesquisa, com participação de estudantes (iniciação científica); e quando os docentes do curso têm em média, nos últimos três (3) anos, pelo menos, duas produções por docente.
	5	Quando há, no curso, excelente desenvolvimento de pesquisa, com participação de estudantes (iniciação científica); e quando os docentes do curso têm, em média, nos últimos três (3) anos, pelo menos, três produções por docente.

Turma (ano/semestre): _____

Somente docentes que compõe o NDE:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Data: ____/____/____

ANEXO 05 – FICHA C (DIMENSÃO 3)
(INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PPC)

DIMENSÃO 3: INSTALAÇÕES FÍSICAS
(TRÊS TÉCNICOS E NDE)

ANEXO 05 – FICHA C (DIMENSÃO 3)
(INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PPC)

DIMENSÃO 3: INSTALAÇÕES FÍSICAS
(TRÊS TÉCNICOS E NDE)

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1 Sala de professores e sala de reuniões	1	Quando não há instalações para docentes (salas de professores e de reuniões).
	2	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) não estão equipadas segundo a finalidade ou atendem insuficientemente aos requisitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.
	3	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, suficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.
	4	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.
	5	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, de forma excelente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2 Gabinetes de trabalho para professores	1	Quando o curso não tem gabinetes de trabalho.
	2	Quando o curso tem gabinete de trabalho apenas para o coordenador do curso e atende insuficientemente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.
	3	Quando o curso tem gabinete de trabalho equipado, pelo menos para o coordenador do curso e para os integrantes do NDE , segundo a finalidade (computador conectado à internet) que atende, suficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.
	4	Quando o curso tem gabinete de trabalho equipado, pelo menos para o coordenador do curso , para os integrantes do NDE e docentes em tempo integral , segundo a finalidade (computador conectado à internet), que atende, plenamente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade desenvolvida.
	5	Quando o curso tem gabinete de trabalho equipado, pelo menos para o coordenador do curso e para os integrantes do NDE , para os docentes em tempo integral e docentes em tempo parcial , segundo a finalidade (computador conectado à internet), que atende, de forma excelente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3 Salas de aula	1	Quando as salas de aula do curso não atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.
	2	Quando as salas de aula do curso não estão equipadas segundo a finalidade ou atendem, insuficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.

	3	Quando as salas de aula do curso estão equipadas segundo a finalidade e atendem, suficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.
	4	Quando as salas de aula do curso estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.
	5	Quando as salas de aula do curso estão equipadas segundo a finalidade e atendem, de forma excelente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.4 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática	1	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um terminal para mais de quarenta e cinco (45) alunos , considerando o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	2	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um terminal para até quarenta e cinco (45) alunos , considerando o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	3	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um terminal para até quarenta (40) alunos , considerando o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	4	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um terminal para até trinta e cinco (35) alunos , considerando o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	5	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um terminal para até trinta (30) alunos , considerando o total de matrículas dos cursos em funcionamento.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.5 Registros acadêmicos	1	Quando o processo de registros acadêmicos não funciona.
	2	Quando existe processo de registros acadêmicos informatizado e implantado, com garantia de atualização, confiabilidade e eficiência, mas o acesso aos corpos docente e discente é insuficiente .
	3	Quando existe processo de registros acadêmicos informatizado e implantado, com garantia de atualização, confiabilidade e eficiência, e o acesso aos corpos docente e discente é suficiente .
	4	Quando existe processo de registros acadêmicos informatizado e implantado, com garantia de atualização, confiabilidade e eficiência, e o acesso aos corpos docente e discente é pleno .
	5	Quando existe processo de registros acadêmicos informatizado e implantado, com garantia de atualização, confiabilidade e eficiência, e o acesso aos corpos docente e discente é excelente .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6 Livros da bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) (indicador de destaque)	1	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para mais de quinze (15) alunos para cada turma e/ou não está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	2	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para até quinze (15) alunos e não está adequadamente informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até dez (10) alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

	4	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até oito (8) alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até seis (6) alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.7 Livros da bibliografia complementar referidas os programas das disciplinas (mínimo de 5 bibliográficas)	1	Quando o acervo não atende às indicações bibliográficas complementares, referidas os programas das disciplinas.
	2	Quando o acervo atende, insuficientemente , às indicações bibliográficas complementares, referidas os programas das disciplinas, referidas nos programas das disciplinas.
	3	Quando o acervo atende, suficientemente , às indicações bibliográficas complementares, referidas os programas das disciplinas, referidas nos programas das disciplinas.
	4	Quando o acervo atende, plenamente , às indicações bibliográficas complementares, referidas os programas das disciplinas, referidas nos programas das disciplinas.
	5	Quando o acervo atende, excelentemente , às indicações bibliográficas complementares, referidas os programas das disciplinas, referidas nos programas das disciplinas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.8 Periódicos especializados, indexados e correntes	1	Quando não há assinaturas de periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada.
	2	Quando as assinaturas de periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada atendem, de maneira insatisfatória , às principais áreas do curso.
	3	Quando as assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, estão atualizadas, em sua maioria, no último anos , abrangem as principais áreas temáticas e estão distribuídos entre as principais áreas do curso.
	4	Quando as assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, estão atualizadas, em sua maioria, nos últimos dois anos , abrangem as principais áreas temáticas e estão distribuídos entre as principais áreas do curso.
	5	Quando as assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, estão atualizadas, em sua maioria, nos últimos três anos , abrangem as principais áreas temáticas e estão distribuídos entre as principais áreas do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.9 Laboratórios especializados (indicador de destaque)	1	Quando não existem laboratórios especializados para as atividades práticas do curso.
	2	Quando os laboratórios especializados atendem insuficientemente às demandas do curso.
	3	Quando os laboratórios especializados possuem regulamento específico, destinam-se à realização das aulas práticas, e atendem suficientemente às demandas do curso.
	4	Quando os laboratórios especializados possuem regulamento específico, destinam-se à realização das aulas práticas, e atendem plenamente às demandas do curso.
	5	Quando os laboratórios especializados possuem regulamento específico, destinam-se à realização das aulas práticas, e atendem, de forma excelente , às demandas do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.10 Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados	1	Quando não há espaços e/ou equipamentos e serviços destinados aos laboratórios especializados.
	2	Quando os espaços, equipamentos e serviços destinados aos laboratórios especializados atendem de forma insuficiente às atividades desenvolvidas.
	3	Quando os espaços, equipamentos e serviços destinados aos laboratórios especializados atendem suficientemente às atividades ali desenvolvidas.
	4	Quando os espaços, equipamentos e serviços destinados aos laboratórios especializados atendem plenamente às atividades ali desenvolvidas.
	5	Quando os espaços, equipamentos e serviços destinados aos laboratórios especializados atendem, de forma excelente , às atividades ali desenvolvidas

Turma (ano/semestre): _____

NDE:

1. _____

2. _____

Técnicos-administrativos:

1. _____

2. _____

3. _____

Data: ____/____/____

ANEXO 06 – FICHA D (PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO NDE)
(INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PPC)

PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO NDE

**ANEXO 06 – FICHA D (PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO NDE)
(INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PPC)**

PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO NDE

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:

Parecer Técnico-Pedagógico da categoria de análise pelo NDE (descrição analítica dos **indicadores 1.1 a 1.11** componentes da Dimensão 1 – Organização didático-pedagógica, destacando os aspectos negativos e os positivos, bem como proposições à Coordenação do Curso):

DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE:

Parecer Técnico-Pedagógico da categoria de análise pelo NDE (descrição analítica dos **indicadores 2.1 a 2.6** componentes da Dimensão 2 – Corpo Docente, destacando os aspectos negativos e os positivos referentes aos indicadores apontados, bem como proposições à Coordenação do Curso):

DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE:

Parecer Técnico-Pedagógico da categoria de análise pelo NDE (descrição analítica dos **indicadores 2.7 a 2.13** componentes da Dimensão 2 – Corpo Docente, destacando os aspectos negativos e os positivos referentes aos indicadores apontados, bem como proposições à Coordenação do Curso):

DIMENSÃO 3 – INSTALAÇÕES FÍSICAS

Parecer Técnico-Pedagógico da categoria de análise pelo NDE (descrição analítica dos **indicadores 3.1 a 3.5** componentes da Dimensão 3 – Instalações Físicas, destacando os aspectos negativos e os positivos referentes ao NDE, bem como proposições à Coordenação do Curso):

DIMENSÃO 3 – INSTALAÇÕES FÍSICAS

Parecer Técnico-Pedagógico da categoria de análise pelo NDE (descrição analítica dos **indicadores 3.6 a 3.8** componentes da Dimensão 3 – Instalações Físicas, destacando os aspectos negativos e os positivos referentes ao NDE, bem como proposições à Coordenação do Curso):

DIMENSÃO 3 – INSTALAÇÕES FÍSICAS

Parecer Técnico-Pedagógico da categoria de análise pelo NDE (descrição analítica dos **indicadores 3.9 a 3.10** componentes da Dimensão 3 – Instalações Físicas, destacando os aspectos negativos e os positivos referentes ao NDE, bem como proposições à Coordenação do Curso):

Turma (ano/semestre): _____

Somente docentes que compõe o NDE:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Data: ____/____/____

ANEXO 07 – FICHA E (REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS)

ANEXO 07 – FICHA E (REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS)

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: Estes itens são essencialmente regulatórios, por isso não fazem parte da avaliação. Os avaliadores do NDE apenas farão o registro do cumprimento ou não dos dispositivos legais, por parte da Coordenação do Curso e/ou da UNIFAP, para que a Coordenador (a) de História, de posse dessas informações, possa tomar as decisões cabíveis no âmbito das competências designadas no Art. 28, do Regimento Geral. Tratando-se de disposições legais, esses itens são de atendimento obrigatório.

Dispositivo Legal		Explicitação do dispositivo	Sim	Não	Não se aplica
1	Cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN	O currículo atende ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais?			
2	Estágio supervisionado – (consoante às DCNs do curso)	Está prevista, na matriz curricular, com carga horária adequada, a oferta de estágio supervisionado, com seu respectivo regulamento?			
3	Disciplina obrigatória/optativa de Libras (Dec. nº 5.626/2005)	a) O PPC prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso, como disciplina obrigatória, quando se tratar de curso de licenciatura? ou b) O PPC prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso, como disciplina optativa, quando se tratar dos demais cursos superiores?			
4	Carga horária mínima e tempo mínimo de integralização da Licenciatura: a) Parecer CNE/CP 28/2001. b) Resolução CNE/CP 02/2002. c) Parecer CNE/CES 492/2001. d) Resolução CNE/CES nº 13.	O curso possui carga horária igual ou superior ao previsto na legislação?			
5	Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008).	A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida?			
6	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (consoante Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso)	Há previsão de Trabalho de Conclusão de Curso, com conteúdo fixado e regulamentação contendo critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação e diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração?			
7	NDE (Núcleo Docente Estruturante) Portaria MEC nº 147/2007	O curso possui NDE (Núcleo Docente Estruturante), responsável pela formulação do Projeto Pedagógico do Curso, sua implementação e desenvolvimento, com titulação em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e contrato de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso e experiência docente?			

Turma (ano/semestre): _____

Somente docentes que compõe o NDE:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Data: ____/____/____

ANEXO 08 – AVALIAÇÃO DOS DISCENTES

3º EIXO – AVALIAÇÕES DO DESEMPENHO DOS DOCENTES REALIZADA PELOS DISCENTES.

ANEXO 08 – AVALIAÇÃO DOS DISCENTES

3º EIXO – AVALIAÇÕES DO DESEMPENHO DOS DOCENTES REALIZADA PELOS DISCENTES.

DOCENTE: _____ DATA: ____/____/____
 DISCIPLINA: _____ TURMA (ANO/SEMESTRE): ____/____

Indicador	Conceito	Critério de análise
Avaliação do desempenho profissional docente considerando-se a assiduidade, a pontualidade, o empenho, o respeito às diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso e demais questões relativas ao Plano de Curso	1	Quando o docente demonstra desempenho profissional insatisfatório em relação as diretrizes propostas no PPC e no Plano de Curso e/ou não expressa os compromissos com a turma.
	2	Quando o docente demonstra desempenho profissional insuficiente em relação as diretrizes propostas no PPC e no Plano de Curso e/ou expressa razoavelmente os compromissos com a turma
	3	Quando o docente demonstra desempenho profissional suficiente em relação as diretrizes propostas no PPC e no Plano de Curso e/ou expressa parcialmente os compromissos com a turma
	4	Quando o docente demonstra desempenho profissional satisfatório em relação as diretrizes propostas no PPC e no Plano de Curso e/ou expressa regularmente os compromissos com a turma
	5	Quando o docente demonstra desempenho profissional excelente em relação as diretrizes propostas no PPC e no Plano de Curso e/ou expressa com proeminência os compromissos com a turma

Indicador	Conceito	Critério de análise
Didática, precisão e clareza entre os elementos teórico-metodológico nas aulas ministradas	1	Quando o docente demonstra de forma insatisfatória a didática, precisão e clareza teórico-metodológico nas aulas ministradas.
	2	Quando o docente demonstra de forma insuficiente a didática, precisão e clareza teórico-metodológico nas aulas ministradas.
	3	Quando o docente demonstra de forma suficiente a didática, precisão e clareza teórico-metodológico nas aulas ministradas.
	4	Quando o docente demonstra de forma satisfatória a didática, precisão e clareza teórico-metodológico nas aulas ministradas.
	5	Quando o docente demonstra de forma excelente a didática, precisão e clareza teórico-metodológico nas aulas ministradas.

Indicador	Conceito	Critério de análise
Coerência entre o planejamento e a execução da aula (metodologia de ensino)	1	Quando a coerência entre o planejamento e a execução das aulas no desenvolvimento das atividades do curso não está explicitada no Plano de Curso e/ou não está comprometida com o desenvolvimento da metodologia de ensino.
	2	Quando a coerência entre o planejamento e a execução das aulas no desenvolvimento das atividades do curso está insuficientemente explicitada no Plano de Curso e/ou razoavelmente comprometida com o desenvolvimento da metodologia de ensino.
	3	Quando a coerência entre o planejamento e a execução das aulas no desenvolvimento das atividades do curso está suficientemente explicitada no Plano de Curso e/ou parcialmente comprometida com o desenvolvimento da metodologia de ensino.
	4	Quando a coerência entre o planejamento e a execução das aulas no desenvolvimento das atividades do curso está satisfatoriamente explicitada no Plano de Curso e/ou regularmente comprometida com o desenvolvimento da metodologia de ensino.
	5	Quando a coerência entre o planejamento e a execução das aulas no desenvolvimento das atividades do curso está excelentemente explicitada no Plano de Curso e/ou com mérito e comprometida com o desenvolvimento da metodologia de ensino.

Indicador	Conceito	Critério de análise
Utilização e citação no desenvolvimento da aula, de referencial teórico adequado ao tema de modo articulado	1	Quando o docente demonstra de forma insatisfatória a utilização de citações e/ou referências teóricas relacionados aos temas abordados nas aulas ministradas.
	2	Quando o docente demonstra de forma insuficiente a utilização de citações e/ou referências teóricas relacionados aos temas abordados nas aulas ministradas.
	3	Quando o docente demonstra de forma suficiente a utilização de citações e/ou referências teóricas relacionados aos temas abordados nas aulas ministradas.
	4	Quando o docente demonstra de forma satisfatória a utilização de citações e/ou referências teóricas relacionados aos temas abordados nas aulas ministradas.
	5	Quando o docente demonstra de forma excelente a utilização de citações e/ou referências teóricas relacionados aos temas abordados nas aulas ministradas.

Indicador	Conceito	Critério de análise
Linguagem apropriada à situação de comunicação de uma aula em nível de graduação (com o uso da variante padrão da língua)	1	Quando a linguagem utilizada pelo docente no desenvolvimento das atividades do curso não apresenta clareza e diálogos com a turma.
	2	Quando a linguagem utilizada pelo docente no desenvolvimento das atividades do curso apresenta dificuldades e insuficiente diálogos com a turma.
	3	Quando a linguagem utilizada pelo docente no desenvolvimento das atividades do curso apresenta clareza suficiente nos diálogos com a turma.
	4	Quando a linguagem utilizada pelo docente no desenvolvimento das atividades do curso apresenta clareza satisfatória nos diálogos com a turma.
	5	Quando a linguagem utilizada pelo docente no desenvolvimento das atividades do curso apresenta clareza excelente nos diálogos com a turma.

Indicador	Conceito	Critério de análise
Capacidade de análise e síntese considerando o tempo estipulado da aula	1	Quando o docente apresenta de forma insatisfatória a capacidade de análise no debate historiográfico e na síntese dos debates propostos no Plano de Curso
	2	Quando o docente apresenta de forma insuficiente a capacidade de análise no debate historiográfico e na síntese dos debates propostos no Plano de Curso
	3	Quando o docente apresenta de forma suficiente a capacidade de análise no debate historiográfico e na síntese dos debates propostos no Plano de Curso
	4	Quando o docente apresenta de forma satisfatória a capacidade de análise no debate historiográfico e na síntese dos debates propostos no Plano de Curso
	5	Quando o docente apresenta de forma excelente a capacidade de análise no debate historiográfico e na síntese dos debates propostos no Plano de Curso

Indicador	Conceito	Critério de análise
Domínio e segurança no desenvolvimento do conteúdo	1	Quando o docente não tem domínio dos temas e não apresenta segurança no desenvolvimento dos conteúdos.
	2	Quando o docente tem domínio insuficiente dos temas e apresenta insegurança no desenvolvimento dos conteúdos.
	3	Quando o docente tem domínio suficiente dos temas e apresenta segurança parcialmente no desenvolvimento dos conteúdos.
	4	Quando o docente tem domínio satisfatório dos temas e apresenta segurança no desenvolvimento dos conteúdos.
	5	Quando o docente tem domínio excelente dos temas e apresenta segurança com transcendência no desenvolvimento dos conteúdos.

Indicador	Conceito	Critério de análise
Utilização de exemplos reforçadores do conteúdo explorado	1	Durante as aulas o docente não apresenta exemplos ou evidências que reiteram os conteúdos abordados.
	2	Durante as aulas o docente apresenta insuficientes exemplos ou evidências que reiteram os conteúdos abordados.
	3	Durante as aulas o docente apresenta suficientes exemplos ou evidências que reiteram os conteúdos abordados.
	4	Durante as aulas o docente apresenta satisfatoriamente exemplos ou evidências que reiteram os conteúdos abordados.
	5	Durante as aulas o docente apresenta excelentes exemplos ou evidências que reiteram os conteúdos abordados.

Indicador	Conceito	Critério de análise
Aula ministrada com introdução, desenvolvimento e conclusão de forma articulada com a temática explorada	1	As aulas ministradas não apresentam sequência processual do conteúdo abordado, como a problematização do tema (introdução), a apresentação de argumentos (desenvolvimento da aula) e síntese com a ideia central do autor (conclusão).
	2	As aulas ministradas apresentam de forma insuficiente a sequência processual do conteúdo abordado, como a problematização do tema (introdução), a apresentação de argumentos (desenvolvimento da aula) e síntese com a ideia central do autor (conclusão).
	3	As aulas ministradas apresentam de forma suficiente a sequência processual do conteúdo abordado, como a problematização do tema (introdução), a apresentação de argumentos (desenvolvimento da aula) e síntese com a ideia central do autor (conclusão).
	4	As aulas ministradas apresentam de forma satisfatória a sequência processual do conteúdo abordado, como a problematização do tema (introdução), a apresentação de argumentos (desenvolvimento da aula) e síntese com a ideia central do autor (conclusão).
	5	As aulas ministradas apresentam de forma excelente a sequência processual do conteúdo abordado, como a problematização do tema (introdução), a apresentação de argumentos (desenvolvimento da aula) e síntese com a ideia central do autor (conclusão).

Coordenação do curso:

1. _____

2. _____

Data: ____/____/____